



Revista de
**Estudos
Culturais**

EDIÇÃO 4 (2019)

EACH USP - São Paulo/ SP

A Revista Estudos Culturais é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). A revista incentiva a submissão de artigos originais e resenhas em todas as vertentes dos Estudos Culturais.

Edição 4 (2019.1) - Primeiro semestre de 2019

ISSN: 2446-7693

Rua Arlindo Béttio, 1000

Ermelino Matarazzo

São Paulo - SP - Brasil

CEP 03828-000

E-mail: revistaestudosculturais@gmail.com

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaec>



Reitor

Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez



Diretora EACH-USP

Profª Drª Mônica Sanches Yassuda

Vice-Diretor EACH-USP

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

**Programa de Pós-Graduação
em Estudos Culturais**

Coordenador

Prof. Dr. Luis Paulo de Carvalho Piassi

Suplente

Profª. Dra. Cynthia Harumy Watanabe Correa

Editores

Jefferson Agostini Mello

Luiz Menna-Barreto

Eunice Almeida da Silva

Salvador Andres Schavelzon

Iván David Sanabria González

Lennon Oliveira Mattos

Conselho Editorial

Ana Carolina D Escosteguy (PUC-RS)

Alfredo Veiga Neto (UFRG)

Aristóteles de Paula Berino (UFRRJ)

Luís Paulo de Carvalho Piassi (USP)

Maria Elisa Cevasco (USP)

Rachel Esteves Lima (UFBA)

Nicholas Brown (Universidade de Illinois)

Revisão

Elane dos Santos Almeida Guerra

Projeto Gráfico e Diagramação

Anna Karolyne Souza Miranda

Maria Eduarda Andreazzi Borges

EDITORIAL

Por Luiz Menna-Barreto e Jefferson Agostini Mello 03 - 06

ARTIGOS

Mães negras em luto: configurações da literatura e da crítica literária diante da violência racista por Fabiana Carneiro da Silva 07 - 22

O cansaço como nova categoria de análise para os estudos críticos da deficiência por Marcos Cezar de Freitas 23 - 36

Lula's Brazil in Africa: cultural diplomacy as an instrument of soft power por Mathilde Chatin 37 - 51

Do outro lado da ópera: as bandas como fator de expressão dos núcleos de pertencimento dos imigrantes, na virada do século XX por Diósnio Machado Neto 52 - 91

ENTREVISTA

Entrevista com Catherine Walsh
por Iván David Sanabria e Lennon Matos 92 - 110

DAS POSSIBILIDADES E NECESSIDADES DO MOMENTO SOCIAL BRASILEIRO – UM PAPEL PARA A REVISTA DE ESTUDOS CULTURAIS

POR LUIZ MENNA-BARRETO¹
JEFFERSON AGOSTINI MELLO²

Percebemos um crescente constrangimento no meio acadêmico com as repetidas profissões de fé produzidas pela nova equipe dirigente do país. Para além do humor, do tipo do que nasce em goiabeiras, há uma situação ambivalente nesse cenário: se, por um lado, essas manifestações primam pela aversão ao debate, por outro, elas convidam a reflexões sobre suas origens e finalidades.

É nesse cenário que divulgamos o quarto número da Revista de Estudos Culturais. Nossa expectativa é a de que ela sirva de inspiração para debates e eventualmente atitudes coletivas. Se a atual onda conservadora pode vir a produzir contradições que inviabilizem o arco de alianças que sustenta o poder, isso requererá, da parte da resistência, respostas imediatas e comprometimentos diversos, como, por exemplo, a promoção de debates capazes tanto de aprofundar o entendimento das raízes do conservadorismo brasileiro, quanto de propor alternativas.

Importa, pois, superarmos o fatalismo pessimista, que nada mais é do que a aceitação peremptória desse ambiente cultural rasteiro e eivado de preconceitos. O rancor dominante nos discursos tanto da equipe dirigente quanto de parte de seu eleitorado já vinha se desenhando há alguns anos. Embora ele tenha óbvias raízes

¹ Mestre e doutor em Ciências (Fisiologia Humana) pela Universidade de São Paulo em 1981, com Pós-Doutorado na Université de Franche-Comté, França em 1987. Livre-Docente pela Universidade de São Paulo em novembro de 2008 e Titular em 2009. Foi professor do departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas da USP entre 1980 e 2005 e, desde 2005 é docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.

² Graduado em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996), mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), doutor em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (2004) e Livre-Docente na área de Artes, Cultura e Lazer - especialidade Estudos Culturais e Literatura Brasileira. É professor associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo.

internacionais, seu núcleo duro é local – digamos que colhemos o que deixamos de plantar, ao achar que o resultado do jogo estava a nosso favor, isto é, a favor das aspirações democráticas e progressistas. Mas o jogo só termina quando acaba e cada um o joga com as armas que tem; no nosso caso, isto é, no caso da universidade pública e gratuita, a análise e a reflexão, traduzidas em discurso crítico.

Assim, o texto que abre este número, “Mães negras em luto: configurações da literatura e da crítica literária diante da violência racista”, de autoria de Fabiana Carneiro da Silva, discute os limites entre a ética e a estética, apostando no romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, e na tradição da literatura afrodescendente, que o constitui, como uma forma de se posicionar tanto no campo literário, dominado por um cânone secular (branco e predominantemente masculino) quanto em uma sociedade racista como a nossa, que, neste momento, volta a expor as suas garras sem nenhum pudor. Trata-se, pois, seguindo as palavras da autora, de sublinhar os vínculos entre os modos de representação da maternidade negra, na literatura de autoria negra no Brasil, e o repertório crítico de outras áreas do saber, evidenciando-se aspectos do racismo à brasileira.

O artigo na sequência, “O cansaço como nova categoria de análise para os estudos críticos da deficiência”, de Marcos Cezar de Freitas, aponta para um problema de ordem global, mas que compõe um quadro bizarro, ao se associar com o conservadorismo local. Porque aquele que capitaneia o país é justamente aquele que traz em seu séquito representantes do espírito neoliberal, promotores do empreendedorismo de si, de alta performance, a antagonizar a diversidade e a diferença. De acordo com o autor, que constrói seu argumento a partir da análise da obra de Byung-Chul Han, “estaríamos mergulhando numa sociedade do cansaço, provida de uma *neuro-enhancement*, ou seja, convencidos de que melhoramentos cognitivos decorreriam da exacerbação constante do desempenho neoliberal, que se finge de liberdade enquanto exige 'superar a si mesmo' como única regra [...]”. Em outras palavras, no estado de *laissez-faire* que de agora em diante se faz vigente, somos os únicos culpados do nosso fracasso, em uma condenação perversa e *a priori* da vítima.

De sua parte, a contribuição de Mathilde Chatin, com o artigo “Lula's Brazil in

Africa: cultural diplomacy as an instrument of soft power”, nos traz, pelo contraste, uma percepção da gravidade da mudança em curso no plano cultural. Se, nos dias que correm, a “brutalidade jardim” (para usar uma expressão tropicalista da década de 1970) é articulada, junto com o anti-intelectualismo da hinterlândia que lhe é peculiar, à subserviência aos modelos dos Estados Unidos em sua versão trumpista, Chatin nos mostra como a política externa brasileira, em sua dimensão cultural e educacional, viveu momentos interessantes há poucos anos, em sua opção clara pelas relações internacionais Sul-Sul. Mesmo que justificada, também, por interesses comerciais, “na administração de Lula, a diversidade cultural, que era um dos investimentos principais da diplomacia cultural, torna-se um elemento central para diminuição das assimetrias internacionais resultantes de modelos hegemônicos”. Ou seja, se lermos com atenção os dados e reflexões trazidos pela autora, ficará evidente a radicalidade da mudança do Brasil no plano cultural, com a ascensão da direita extremista.

Finalizando a seção de artigos, lemos o ensaio de Diósnio Machado Neto, “Do outro lado da ópera: as bandas como fator de expressão dos núcleos de pertencimento dos imigrantes, na virada do século XX”. Com amplo uso de fontes documentais, o autor lê as bandas musicais, surgidas a partir da imigração italiana no Brasil, como articuladoras de “espaços de múltiplos sentidos: da ópera à política; da música à construção das identidades sociais legitimadas; das árias das óperas que percorriam o interior paulista à música caipira de Cornélio Pires”. Articuladas, elas próprias, pelo movimento migratório, as bandas forjam, na perspectiva do autor, “não só um elo com um repertório tido como 'civilizador'—a ópera e a música 'oficial' da Igreja—, mas se criou uma transculturação de linguagens que abriu caminhos para manifestações diversas do universo musical regional, principalmente de São Paulo [...]”. O fecho da seção, portanto, provoca o leitor, outra vez, ao exercício do contraste, entre, de um lado, a mescla, a transculturação, em uma tentativa – vã – de se forjar uma identidade de um povo imigrante, e, de outro lado, um novo tipo de universalismo – religioso – que este descendente de imigrantes italianos tenta, agora, nos enfiar goela abaixo.

O número termina com uma longa entrevista com Catherine Walsh, concedi-

da especialmente para a nossa revista. Segundo Iván David Sanabria e Lennon Matos, discentes do Programa de Estudos Culturais, que a entrevistaram, Walsh conduz uma pesquisa cujo trabalho “tem tido como foco, principalmente, o projeto político, epistêmico, ético e existencial da interculturalidade crítica e da decolonialidade, tomando como eixos centrais a geopolítica do conhecimento, a ancestralidade e filosofias de vida-existência, a educação, o pensamento feminista, e as lutas em torno da ideia de gênero, a interculturalidade jurídica, o pensamento e pedagogia decoloniais de resistência, insurgência e re-existência”. Perspectivas, como vemos, antagônicas à agenda política e cultural do país nos dias de hoje. Para se ter uma ideia, em uma passagem, Walsh diz: “Entre a extrema-direita no Brasil, Argentina e Colômbia, a consolidação do neoliberalismo no Chile, Peru e novamente no Equador, e os progressismos autoritários da Bolívia e o que Zibechi chamou em 2017 de a “luta sem quartel” na Venezuela (ZIBECHI, 2017), a colonialidade se reconstitui de maneira mais complexa, entretecendo-se com as cabeças velhas, novas e que renascem do que as/os zapatistas chamam de a Hidra do capital (EZLN, 2015). O extrativismo é o indício mais inquestionável. Menos falado e estudado é o que se refere aos campos de pensamento, conhecimento e educação. Nisso, a aliança Estado-empresa religiosa exerce um novo poder estratégico fundamental. Seu eixo: 'a ideologia de gênero imposta pela nova ordem mundial'. No Paraguai, Uruguai, Chile, Brasil, Argentina, Colômbia e Peru, e também Bolívia e Equador, o extermínio 'sexo-genérico' está em plena operação [...]”.

Essa é mais uma das tarefas da Revista de Estudos Culturais em tempos sombrios, que a entrevista de Walsh corrobora: não baratear o perigo, dizendo o(s) seu(s) nome(s).

ARTIGO

MÃES NEGRAS EM LUTO: CONFIGURAÇÕES DA LITERATURA E DA CRÍTICA LITERÁRIA DIANTE DA VIOLÊNCIA RACISTA

POR FABIANA CARNEIRO DA SILVA ¹

RESUMO

Tendo como pressuposto a análise detida do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, o artigo centra-se na tópica da maternidade negra, sublinhando os vínculos entre os modos como essa representação se dá na literatura de autoria negra no Brasil, e o repertório crítico que busca, desde diversas áreas do saber, explicitar os mecanismos racistas perversos de obstrução ao pleno exercício da maternidade pelas mulheres negras do país.

PALAVRAS-CHAVE

Um defeito de cor; Maternidade negra; Literatura e Racismo.

ABSTRACT

Based on the analysis of the novel *Um defeito de cor*, by Ana Maria Gonçalves, the article focuses on the topic of black motherhood, emphasizing the links between the ways in which this representation takes place in the literature of black authorship in Brazil and the critical repertoire that seeks, from several areas of knowledge, to explain the perverse racist mechanisms of obstruction to the exercise of motherhood by the black women of the country.

KEYWORDS

Um defeito de cor; Black motherhood; Literature and Racism.

¹ Professora Adjunta do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e vice-coordenadora da Licenciatura Interdisciplinar em Artes e suas Tecnologias. Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (2017), mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (2012) e bacharel e licenciada em Letras (Português e Espanhol) também pela Universidade de São Paulo (respectivamente 2008, 2012). O presente texto integra o livro *Ominibú: maternidade negra em Um defeito de cor*, o qual encontra-se no prelo pela editora EDUFBA.

16 de junho... Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo?"

*Quarto de Despejo: diário de uma favelada (1960)
Carolina Maria de Jesus*

Ele disse: 'Mãe, eu sei quem atirou em mim, eu vi quem atirou em mim. Foi o blindado, mãe. Ele não me viu com a roupa de escola?'

*Bruna Silva, mãe do jovem Marcos Vinicius da Silva,
assassinado pela polícia em junho de 2018*

Ao definir o projeto de sua carta como um pedido de desculpas ao filho, a narradora do romance *Um defeito de cor*, Kehinde, institui, à rememoração operada pela narrativa, o caráter de elaboração de uma perda. A forma como a perda é processada diz respeito ao confinamento da subjetividade da narradora em um entre-lugar, na medida em que a suspensão do encontro com o filho - sendo este indeterminadamente um corpo vivo ou morto -, confere às passagens finais do relato uma melancolia pungente, apontando para uma possível resistência ao trabalho de luto². A transferência do afeto a um novo elemento, que está na base desse processo tal qual ele foi desenvolvido por Sigmund Freud, aparece como impedimento dado pelo contexto, mas também como reforço da agência da mãe, que se recusa

² Dirigindo-se ao interlocutor da carta, Kehinde afirma: "Seu desaparecimento foi pior que a morte de seu irmão, muito pior, porque ele eu sabia onde e como estava. Mas foi bom ter esperanças, pois acho que o destino resolveu aliviar a mão agora, e por isso não hesitei em deixar tudo para trás e partir" (GONÇALVES, 2006, p. 631).

a fazê-lo³. A angústia por não saber o rumo que Luiz/Omotunde tomou associa-se à contrariedade dos sentimentos em relação ao pai que o vendeu e a certo remorso pelas decisões tomadas num passado que não volta mais:

Durante todos esses anos, eu sempre me lembrei dele [Alberto, o pai] com ódio, e só agora, depois de relembrar esta história desde o começo, entendo tudo o que passou e que, apesar da mágoa, ainda consigo pensar nele com um pouco de carinho. Como terá sido para você? Tenho imensa curiosidade de saber disso, de saber até que ponto você conseguiu perdoá-lo e a mim também, de saber quanto você conhece desta história toda. Assumo minha parte de culpa, e por ela me penitenciei em cada um dos dias que se passaram, na esperança de que você entendesse isso e não sentisse tanta raiva. Nem tanto por mim, mas por você mesmo, para que seu coração estivesse mais livre e menos preocupado para poder traçar o destino grandioso que eu sempre soube estar reservado para você. (GONÇALVES, 2006, p. 564).

As passagens finais do romance incitam que entendamos a história retrospectivamente narrada, isto é, os deslocamentos de Kehinde, seus trânsitos geográficos, sociais, afetivos e identitários, sob o sentimento de dor e incompletude. As autocríticas que ela realiza estendem-se à forma como se relacionou com os outros filhos - "Por que será que tenho pelo menos um arrependimento em relação a cada um dos meus filhos? Arrependimento por falta

³ Sobre as relações entre luto e melancolia ver o texto clássico de Sigmund Freud, *Luto e Melancolia*. FREUD, Sigmund; KEHL, Maria Rita; PERES, Urania T.; CARONE, Modesto e CARONE, Marilene (trad. Marilene Carone). *Luto e Melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2011 e NATALI, Marcos Piason. *A política da nostalgia: um estudo de formas do passado*. São Paulo: Nankin Editorial, 2006. O desejo de encontrar Luiz faz da busca de Kehinde uma meta obstinada. Mesmo em África, tendo um oceano e alguns anos de distância como hiato em relação ao filho, ela não abandonou a procura: "[...] Comecei a receber relatórios muito claros e extensos a cada seis meses, explicando tudo o que estava sendo feito na sua busca e justificando todos os gastos. Mesmo que não justificassem, eu teria pago com muito gosto, deixando o Tico autorizado a não economizar quando o assunto fosse você. Em uma das cartas, ele tentou me desanimar, dizendo que já fazia muito tempo e eu estava gastando uma pequena fortuna, mas nem dei importância. A Ìyá Kumani, depois de visitar um babalaô, tinha me garantido que você seria encontrado, e esta afirmação, aliada à minha esperança, ao que sentia no meu coração de mãe, dizia que eu estava no caminho certo, e nele iria até o fim, até não ter mais jeito" (GONÇALVES, 2006, p. 850, grifo nosso).

ou por excesso de zelo, mas nunca por falta de querer bem, e é isso que me consola” (GONÇALVES, 2006, p. 939) –, o que amplia a significância da dicção materna como traço central da narrativa e potencializa o desfecho do relato.

Um defeito de cor não tem como final um feliz encontro entre mãe e filho. Ao contrário disso, a despeito das conquistas alcançadas por Kehinde, a perda permanece no livro como ponta solta, irresolução que dificulta um balanço ou valoração estanque da trajetória narrada. No que se refere a esse melancólico desfecho, espelhando o romance no contexto de sua publicação, nota-se que o percurso de vida apresentado por Kehinde conecta-se a outras narrativas de mães negras no Brasil, as quais também são apartadas de seus filhos, mas que, diferentemente da narradora do romance, não raro deparam-se com os corpos inertes desses filhos assassinados cotidianamente por uma política genocida do Estado, que tem como alvo a população negra do país. Desse modo, o livro de Gonçalves encena um passado histórico que, apesar da distância cronológica, mantém duras conexões com o presente.

O trabalho de Ana Luiza Pinheiro Flauzina, *Corpo Negro Caído no Chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro*, concluído no mesmo ano de lançamento do romance, auxilia-nos a vislumbrar algumas das questões para as quais essa “ponta solta” do final da carta de Kehinde, enquanto potência semântica, remete. Desde a área do Direito, Flauzina objetiva explicitar como, ao longo de nossa história, isto é, passando pelos sistemas colonial-mercantilista, imperial-escravista, republicano-positivista e chegando ao contemporâneo, neoliberal, o racismo faz-se categoria substantiva de estruturação do sistema penal brasileiro e fundamenta práticas genocidas do Estado. A autora evidencia, de modo contundente e inquestionável, as formas de materialização das vulnerabilidades em torno do segmento negro da população, “das políticas de esterilização [das mulheres] às limitações educacionais – passando por todas as interdições quanto à estruturação de uma identidade negra e, principalmente, pela produção em série de mortes” (FLAUZINA, 2006, p. 13). O racismo, negado a partir da resistente ideologia da democracia racial (que também opera no sentido de relegar a escravidão ao esquecimento), segundo ela, seria a prática que, na contemporaneidade, autoriza o

sistema liberal a realizar “a intervenção física para o controle ostensivo dos corpos”. Em consonância com essa não declarada metodologia – que vem sendo, conforme a dissertação de Flauzina demonstra, sistematicamente atualizada –, o medo e a desumanização são atrelados a esses segmentos vulneráveis⁴ e tem nos homens jovens, na faixa dos vinte anos, o seu principal alvo:

No que se refere à taxa de homicídio, chegamos aos números de 20,6 em 100.000 para a população branca, e de 34,0 para a população negra. Isso representa uma proporção 65,3% maior de vítimas no segmento negro. Atentando especificamente para a juventude, os números apresentam uma diferença ainda mais drástica. A taxa de homicídios entre os jovens negros é 74% superior à dos brancos. No Distrito Federal, na Paraíba e em Pernambuco, por exemplo, a chance de um jovem negro ser vítima de homicídio é cinco vezes maior que a de um jovem branco (FLAUZINA, 2006, p. 112-113).

Desse contingente de homicídios, cujos dados foram obtidos a partir da consulta em índices públicos de pesquisas, 20% das mortes seriam ocasionadas por intervenções policiais. A análise de Flauzina explicita, assim, a agência do Estado que, ao se instituir indiretamente do direito de matar, passa também a regular a vida. Mais do que isso, conforme ela salienta, o grau de vitimização da juventude revela um controle estatal sobre o futuro, isto é, torna visível um mecanismo de interdição da existência e reprodução, constituição de famílias, desses jovens.

Os estudos de Flauzina fazem reverberar o histórico de subtração dos filhos das mães negras no período escravista enformado pelo romance de Ana Maria Gonçalves⁵. No que se refere às mulheres negras no período neoliberal, para além das inúmeras formas de violência que as fazem figurar, dentre as mulheres, como

⁴A vulnerabilidade racial encontra-se vinculada à econômica. De acordo com Flauzina, a pobreza também tem no aspecto racial uma variante significativa de sua reprodução, conforme é possível notar pelos dados de pesquisa realizada pelo IBGE e citados por ela, segundo os quais, “entre o 1% mais rico da população brasileira, estão 87% de brancos, enquanto entre os 10% mais pobres, 68% são negros” (IBGE 13 fev. 2004. Apud FLAUZINA, 2006, p. 103).

⁵ Em outros trabalhos, desenvolvo com vagar essa vereda temática.

principais vítimas de homicídios, e das formas precarizadas de trabalho, que seguem alheando-as do convívio diário com seus filhos⁶, a pesquisa de Flauzina afirma que, sobretudo a elas, se destinam as práticas de histerectomia, a saber, a retirada, sob a incorrência de miomas, de seus úteros, conforme explica Suely Carneiro:

[...] o útero da mulher negra não tem valor, então qualquer mioma tem a indicação de retirada do útero. Souza aponta que as condutas médicas são diferentes diante de uma mulher se ela é negra ou se ela é branca. A conduta conservadora do uso de remédios ou expectantes é geralmente indicada para a mulher branca de qualquer classe social; ao contrário, para as mulheres negras, é indicada a histerectomia (CARNEIRO, 2005, p. 86 apud FLAUZINA, 2006, p. 104).

Vislumbra-se, assim, também na medicina, o funcionamento da categoria de raça como definidor de práticas que tendem a voltar sua atenção para a corporalidade branca e a negligenciar, segundo escreve Flauzina, as particularidades de cada segmento de mulheres que constituem a diversidade humana. Dentre o leque dos possíveis tratamentos dos miomas, aplica-se o mais radical (aquele que deveria ser última possibilidade) como procedimento “natural” e “recorrente” a ser realizado, porém, conforme a citada pesquisa de Vera Cristina e Souza mostra, apenas com as mulheres negras (às brancas busca-se, em maiores índices, os procedimentos de manter o quadro em observação ou optar por uma intervenção cirúrgica para a retirada *somente* dos miomas). Constata-se, pois, que a obstrução ao exercício da maternidade, seja pela dinâmica nefasta do subemprego, seja biologicamente por meio de práticas de esterilização e histerectomia, seja pelo assassinato de seus filhos, segue marcando a experiência de muitas mulheres negras no Brasil.

Esse contexto não é desconhecido e, pelo contrário, em sua visível concretude, tem sido denunciado há séculos. Entretanto, há obstáculos políticos e simbólicos para o seu reconhecimento que insistem em perdurar. Flauzina incursiona

⁶ Destaca-se nesse caso, as rotinas extenuantes do trabalho doméstico em casas alheias que ainda encontra dificuldades de regulamentação.

sua pesquisa em referências que explicitam como “o quadro simbólico que coloca negros e indígenas como barreiras para a civilização é a prerrogativa necessária para que os empreendimentos genocidas possam ser levados a cabo” (FLAUZINA, 2006, p. 32). Nesse sentido, ela recupera a problemática sobre a representação e cita um fragmento de Carlos Wedderburn do texto *Um olhar sobre afro-descendentes (sic) das Américas e Caribe*, o qual, por sua vez, remete-nos novamente a *Um defeito de cor*:

Quando você nega a presença física de uma população você está dizendo que você quer que ela desapareça e você fará de tudo para que ela desapareça fisicamente. E é isso que estamos vendo de maneira bem clara quando você olha as novelas, as novelas estão falando! [...] - verão que todas as novelas latino-americanas são iguais - *as populações negras são representadas ali como um defeito, uma imperfeição, e estão destinadas a desaparecer. Você não vai ver, por exemplo, famílias negras. A família é o quê? O lugar da continuidade, as famílias são pra reproduzir, você não vê famílias negras nessas novelas, o que você vê sempre são os elementos isolados. Em Venezuela, Peru, você vai de um país sul-americano para outro e vai ser sempre a mesma coisa, a mesma realidade. Quando há uma cara negra, é uma cara negra solitária, um homem negro sem mulher negra, sem filhos, sem pais, sem antecedentes... ou seja, algo destinado a acabar, algo que não tem raízes e nunca terá. A prolongação, ontologicamente, não deve existir. Então, esta negação da presença africana nas Américas é um fator violento de genocídio simbólico* (SANTOS, 2005, p. 35, apud FLAUZINA, 2006, p. 32-33, grifos meus).

O excerto interpreta a ausência de representação negra e, especialmente, de famílias negras, como um tipo de genocídio simbólico, uma forma de declarar que a presença africana nas Américas não deve existir. Em sentido próximo, em outros trabalhos, busquei explicitar como a imagem da “mãe preta” presente no cânone literário nacional parece proferir um discurso análogo, o qual encontra em *Um defeito de cor* um gesto disruptivo. Contudo, assim como o debate acerca do genocídio da população negra não tem no trabalho de Flauzina sua única versão – e são muitas as vozes da intelectualidade negra que essa autora convoca para sublinhar o histórico de proposições sobre esse tema, entre elas Abdias do Nasçi-

mento, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, além de campanhas dos movimentos negros que explicitamente em seus enunciados posicionam-se contra essas formas de extermínio, como a campanha da organização Reaja intitulada “Reaja antes que seja morto, antes que seja morta” –, a obra de Gonçalves também não surge como acontecimento isolado.

Se por um lado o romance dialoga de modo latente com certos conhecimentos oriundos da História, bem como das tradições orais, por outro, pode-se estabelecer correspondências entre a representação da maternidade de Kehinde e outras obras literárias de autoria negra produzidas no Brasil, na contemporaneidade e em diversos momentos históricos. Desse modo, para ficarmos apenas com os romances de autoria negra-feminina, podemos constatar significativas representações da mulher negra enquanto mãe na obra *Ponciá Vicêncio* (2003) de Conceição Evaristo, nas tramas de Carolina Maria de Jesus como o livro *Quarto de despejo* (1960) (cuja definição de gênero permanece em discussão pela crítica), no romance *Negra Efigênia, paixão do senhor branco* (1966), de Anajá Caetano e, aterrissando em pleno século XIX, momento transfigurado por Gonçalves, no romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. Este último, além de romance fundacional da literatura afro-brasileira, inaugura a literatura abolicionista no Brasil e surpreende por, segundo Eduardo de Assis Duarte, apropriar-se das técnicas do romance de fácil aceitação popular (no contexto das narrativas de folhetim) para “utilizá-las como instrumento a favor de seu projeto de dignificação dos oprimidos – e não apenas dos escravizados” (DUARTE, 2017, p. 227).

Apesar de Gonçalves não citá-lo na bibliografia, *Úrsula* pode ser lido em correspondência direta com *Um defeito de cor*, enquanto referência da linhagem literária que inscreve o “drama do escravizado” no Brasil e, em sentido estendido, posiciona-se de modo a denunciar e problematizar a ordem de subordinação e aniquilação que, em suas diversas atualizações ao longo dos processos históricos, a pesquisa de Flauzina apresenta. Nessa direção, faz-se necessário sinalizar que é por meio da voz de uma mãe, nomeada enquanto tal, a Mãe Susana, que o sistema escravista e a violência contra a mulher negra dele participante, é posto em cheque

por Maria Firmina dos Reis⁷. Inserida como um discurso direto em meio a uma narrativa em terceira pessoa, a voz de Mãe Susana a constitui enquanto mulher negra dotada de subjetividade e que, desde um “profundo sentir”, narra sua história, dando mostras da dor e da saudade geradas pelas perdas provocadas pela escravização:

[...] deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em que me revia, em que tinha depositado todo o amor de minha alma: - uma filha, que era a minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2017, p. 202).

Ao aconselhar e abençoar Túlio, a quem “lhe serviu de mãe”, a idosa africana relata sua vida pregressa ao rapto e a imigração forçada ao Brasil. Desse modo, antecedendo a representação complexa do período escravista realizada por *Um defeito de cor*, no texto de Firmina dos Reis “[...] pela primeira vez em nossas letras, a África é tematizada e surge como espaço de civilização em que o individual e o comunitário se harmonizam, em que se planta e se colhe, se casa e se fazem filhos, em que existem valores e sentimentos de família e de pátria” (DUARTE, 2017, p. 220). Entretanto, a morte de Túlio e a não alteração do estatuto de Mãe Susana, que como escravizada permanece alheada de tudo o que lhe era significativo, sinalizam os limites que circunscreviam a extraordinária narrativa de Firmina dos Reis

⁷ A dicção de outra mãe constitui o núcleo do conto “A escrava”, da mesma autora. Nele, somos colocados diante da tragédia de Joana, que surge na narrativa como uma mulher em fuga a esconder-se de seu violento feitor. Tendo encontrado a proteção de uma abolicionista, já em estado agonizante, ela faz questão de narrar, em companhia do único filho, Gabriel, o motivo que lhe teria levado ao fatal sofrimento: a venda de seus outros dois filhos, Carlos e Urbano, aos oito anos de idade, pelo seu escravizador. Encena-se, assim, por meio de imagens e diálogos de notória força estética, o drama dessa mãe que narra em detalhes o momento em que seus filhos lhe são retirados, bem como o desespero do único descendente que lhe restou (o conto também se destaca por dar voz e significância a esse filho, Gabriel): “Tenho a vista tão fraca...é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos.... Meus pobres filhos!.... Aqueles que me arrancaram destes braços.... este que também é escravo!.... E os soluços da mãe, confundiram-se por muito tempo, com os soluços do filho.” Após o seu relato, Mãe Joana morre e a narrativa caminha para o desfecho tendo o corpo morto da mulher como integrante das cenas finais (REIS, 2017, p. 201).

em correlação ao seu contexto de época, na medida em que ela escreve em pleno funcionamento do regime escravista.

O fato de que, dois séculos depois, tais tópicos, bem como certas imagens literárias, como a descrição do navio negreiro, também figurem como núcleo do romance de Ana Maria Gonçalves não tem significância pequena. O fio que alinhava a narrativa de Firmina dos Reis à de Gonçalves, bem como às demais mencionadas aqui, cada uma a seu modo e em consonância com seu momento de produção e com os projetos estéticos de suas autoras, vincula-as a uma sociedade em que o *Lugar de Negro* para referir-se ao livro de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), foi definido por uma lógica excludente, que tem na valorização dos elementos eurocêntricos, em detrimento dos aspectos afro-indígenas da constituição do território cultural, social e político do Brasil, seu motor. Verifica-se, assim, que a explicitação dessa lógica é uma demanda que convoca a representação do período escravista ainda como necessidade da literatura contemporânea. O surgimento de *Um defeito de cor* atende a essa demanda, mas numa perspectiva que, a sua vez, incorpora todo o histórico de mobilizações e articulações negras que busca(ram) a alteração dessa ordem, histórico levantado no mencionado texto de Gonzalez. Em certa medida, tal efetivação é responsável pelos novos horizontes imaginativos e formais que distanciam essa obra das possibilidades vivenciadas e expressas por Firmina dos Reis.

A voz da mãe africana ressurge, então, para narrar a compra de sua alforria, a volta à África, a constituição de uma nova família e o desejo de resgate do vínculo deixado no Brasil. Compartilhando de um contexto em que, conforme demonstra Jaime Ginzburg, o gênero testemunho passa a ser produzido no país sob a chave da reflexão sobre a exclusão social, a obra de Gonçalves, como outros títulos desse segmento indicados pelo crítico, também coloca em cena uma narradora que “[...] pode ser examinado[a] como um[a] narrador[a] em confronto com um senso de ameaça constante por parte da realidade” (GINZBURG, 2012, p. 53). Sendo assim, a dimensão testemunhal da enunciação de Kehinde se dá, entre outros aspectos, na medida em que ela, por diversas vezes, relata a proximidade com a morte e, nessa direção, constitui uma “escrita de sobrevivente”, a qual “se vincula à memória

daqueles que não sobreviveram. Nesse sentido, escrever é também uma forma de dar túmulo aos mortos, para que não sejam esquecidos" (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55, apud GINZBURG, 2012, p. 54).⁸

O teor testemunhal do romance produz uma memória que, na contramão da historiografia até pouco tempo concebida como "oficial", evoca a presença dos negros e negras que tiveram sua existência abreviada pela violência do sistema escravista – como são os destinos, na trama literária, de Taiwo, a irmã de Kehinde, Dúrójayé, sua avó ou Fatumbi, seu professor e amigo –, ou obnubiladas por ele, tais como as figuras de Luíza Mahin e Luiz Gama. Em gesto correlato, em sua elaborada construção do interlocutor do relato, o livro permite que centralizemos nossas atenções nas vidas muitas que ainda são estrangidas e/ou ceifadas pela dinâmica racista da estruturação nacional. A linearidade do texto, bem como a incorporação de procedimentos de escrita realista, estão subordinados à moldura introdutória da narrativa e à situação de performance enunciativa explicitada no final do texto. Desse modo, há um questionamento da referencialidade da linguagem que, em aproximação com os estudos sobre testemunho apresentados por Ginzburg, pode ser entendido como resultante da associação entre linguagem e violência, de modo que a dicção da narradora, ao ser caracterizada pela dor, pela falta e pela incompletude, distancia-se de uma narração realista que se faz como imagem da totalidade social.⁹

Em sua integral realização, *Um defeito de cor* posiciona-se na contramão da articulação profunda entre violência, poder e literatura que engendrou parte do cânone nacional e que, segundo Ginzburg, produziu um histórico de agressões ao

⁸ Sobre o caráter testemunhal de *Um defeito de cor*, Eduardo de Assis Duarte (2015, p. 186) escreve: "Além de recobrir a ficção com a autoridade do testemunho, o emprego da primeira pessoa pela voz narrativa dramatiza a tomada de consciência da personagem perante a violência. O tom inocente da menina que, ainda na África assiste à agressão da mãe pelos guerreiros inimigos, contrasta com o horror da cena e o suaviza. Já a narrativa da mulher estuprada, que assiste à sodomização e castração do amado, adensa a crítica, sobretudo quando a estende para além-mar e lembra o costume primitivo que transformava escravos em eunucos".

⁹ De acordo com Ginzburg (2012, p. 54), citando João Camilo Penna (2003, p. 304): "O testemunho se vincula, nesse sentido, a movimentos de resistência. Sua compreensão exige perceber uma vida política dotada de multicentralidade. Nessa perspectiva, um indivíduo não é entendido em uma concepção burguesa, e sua constituição não se restringe a determinações nacionais".

potencial crítico da literatura, fazendo da crítica ética uma prática restringida no Brasil. Nesse sentido, ele escreve:

Em um país que no século XX passou por duas longas ditaduras e ainda hoje sofre com as heranças da tradição patriarcal e dos regimes autoritários, a aspiração de uma abordagem da literatura voltada à ética e aos direitos humanos depende essencialmente de uma política da memória literária. O que deve ser lembrado, o que deve ser lido? O que tem valor, o que é literariamente importante? (GINZBURG, 2012, p. 220)

A associação entre análise estética e reflexão ética é abordada, pelo crítico, como elemento basilar para os estudos que queiram se debruçar sobre os textos de testemunho. Para além disso, porém, suas proposições permitem que estendamos tal necessidade de articulação do pensamento para a leitura de outras obras da literatura produzidas nesse território. Se, em termos gerais, como uma análise de *Um defeito de cor* pode evidenciar, “a civilização ocidental procurou, de modo ambivalente, enquanto sustentava e incentivava práticas da violência, criar condições para o silenciamento a respeito de seus agentes” (GINZBURG, 2012, p. 222), parece ser de competência ética da literatura, assim como do exercício crítico, sem dispensar a significância da localização do estético nessas práticas, desnaturalizar as experiências traumáticas imprimidas à comunidade negra no país e explicitar os projetos que constituíram a identidade nacional como “totalizante, não conflitiva e fechada em si mesma” (GINZBURG, 2012, p. 225).

Esforço análogo adquire respaldo e densidade filosófica nos escritos do teórico Achille Mbembe, o qual, após reconhecer que “o grande acontecimento de nosso tempo foi a Europa ter deixado de ser o centro do mundo” (MBEMBE, 2014, p. 264), parece elevar a escala das proposições de Flauzina sobre o Brasil, ao afirmar ser o racismo o substrato que legitima a opressão capitalista em nível global. Desse modo, partindo da investigação acerca do termo-conceito “Negro”, Mbembe soma-se ao empenho de evidenciar o pluralismo do mundo em contraposição ao reducionismo europeu, isto, é “[...] a tendência instintiva de uma civilização eminente e prodigiosa que chega a abusar do seu prestígio para provocar um vazio à sua

volta ao reconduzir abusivamente a noção de universal às suas próprias dimensões; por outras palavras, pensando o universal a partir dos seus próprios postulados e através de suas próprias categorias” (MBEMBE, 2014, p. 265). Ele explica como a palavra “Negro”, em sua concepção eurocentrada, foi atribuído o poder de “coisificar” e “degradar”, de forma que o campo semântico em que ela circula estabelece semelhança com as ideias de “morte”, “assassinato” e “desaparecimento” (MBEMBE, 2014, p. 256-257). Coube, então, aos indivíduos marcados por tal termo a subversão e ressignificação dele, remetendo-o à “[...] luta obstinada pela liberdade e pela indomável esperança” (MBEMBE, 2014, p. 268). Desse modo, a apreensão do romance de Gonçalves sob a rubrica de literatura negra implica a exposição das constrições à maternidade negra nele configuradas, mas também a resiliência que caracteriza o trajeto de Kehinde e rechaça uma identidade vitimizadora. Assim como ela, a despeito da violência concreta e simbólica do racismo, outras mães resistem e inscrevem nas geografias do território chamado de brasileiro a fertilidade enquanto capacidade de criação e sublevação, fazendo-nos reconhecer a existência de outras epistemes que desafiam, deslocam e desconstroem essa “razão negra ocidental” descrita por Mbembe.

Há luto e lágrimas, mas a urgência do grito “Parem de nos matar!”¹⁰ convive com a necessidade de não se definir apenas pela falta. Narra-se em *Um defeito de cor* em pleno mar, isto é, desde uma embarcação que não mais se apresenta como o espaço de morte, isto é, aquele terrível tumbeiro¹¹ que surge no início da trama, e sim como um veículo que propicia à narradora o olhar para o seu passado transfigurado, então, em promessa de um futuro. Essa cena, lida como metáfora para a condição da mulher negra em diáspora no Brasil, evoca a busca pela constituição de si, a qual, desde uma fratura irreversível, exige formas alternativas de pensamento e apreensão do mundo. Tal proposição coaduna-se à reflexão de Gonçalves quando ela escreve em matéria publicada pelo Suplemento Pernambuco:

Na tentativa de encontrar caminhos, lembro-me do que escreveu a poeta, romancista, ensaísta e documentarista canadense Dionne Brand, em seu maravilhoso *A map to the*

¹⁰ Referência ao livro da escritora Cidinha da Silva (2016), no qual, segundo a própria autora, são apresentados “em crônicas textos opinativos sobre racismo, branquitude e privilégios raciais, ao tempo em que são destacadas pessoas e atitudes que resistem a essas ações destrutivas da humanidade dos negros”.

¹¹ Lembrando que “tumbeiro” deriva de “tumba”, termo, de diversas maneiras, associado à morte.

door of no return. É sobre como, a partir do momento em que nossos ancestrais atravessaram esta porta em África, a Porta do não Retorno, sob a qual deveriam abandonar todas as memórias, passamos todos a habitar um não lugar. Um ponto que é, ao mesmo tempo, real e imaginário, uma coleção de lugares que também são metáforas de todos os outros lugares onde fomos parar, espalhados pelas Américas. 'Ter o próprio pertencimento alojado em uma metáfora', diz Dionne Brand, 'é um enredo luxuoso; é como habitar uma alegoria, ser um tipo de ficção. Viver na Diáspora Negra é, penso eu, viver como um ser fictício – uma criação dos impérios, mas também uma autocriação. É ser alguém vivendo dentro e fora de si mesmo. É entender-se como signo estabelecido por alguém e ainda assim ser incapaz de escapar dele, a não ser em momentos radiantes de simplicidade transformados em arte. Ser uma ficção à procura de sua metáfora mais ressonante é ainda mais intrigante.' (GONÇALVAS, 2017)

A evocação de Brand permite que a autora de *Um defeito de cor* apresente como possibilidade de existência para a mulher diaspórica seu enredamento na trama do ficcional. A tentativa de elaboração de um “mapa para a porta do não retorno” no texto de Brand figura, então, como gesto poético que dá a ver o conflito entre o pertencer e o não pertencer, o qual teria na imagem da “porta” uma senha cifrada que vincula o passado e o presente (Brand (2002, p. 77) escreve: “*Water is the first thing in my memory*”).

A assunção do literário desse modo concebido o investe de um significado particular, que recobre toda a narrativa do romance *Um defeito de cor* e confere à obra a complexidade e o vigor que desafiam a tarefa crítica. As formas que a literatura negra e, em especial esse romance, encontra para perfazer-se diante da violência racista apropriam-se de um disponível repertório ocidental, mas reconfigurando categorias e relações tidas por esse acervo como “naturais e universais”. Por isso, notamos, em acordo com Leda Maria Martins quando ela pensa a literatura de autoria negra-feminina e escreve:

O viés identitário, o revisionista, o historiográfico, o discursivo, o performático, dentre outros, podem nos fornecer entradas fecundas na algaravia dessa produção, tanto da mais longínqua quanto da mais recente, mas se tornam redutores, se postulados como sínteses exclusivas e totalizadoras da experiência, antes de tudo, literária (MARTINS, 2007, p. 79-80).

A crítica que se imbuí do diálogo com tais obras, requer sensibilidade e perspicácia para apreender uma escrita que performatiza o ser enquanto “pertencimento alojado em uma metáfora”. A disponibilidade para o questionamento dos referenciais eurocêntricos, que insistem em recalcar a potência dessa escrita e o senso de responsabilidade ética diante de uma produção que surge também da dor, da morte, da violência, parecem igualmente necessários.

O romance *Um defeito de cor* faz-se prisma que possibilita o traçar de um caminho de leitura comprometido com a construção dessa delicada e precisa mirada, a qual, por sua vez, dê lugar a urgência de formular pertinentes indagações, fundamentadas na interface entre a literatura e as sociedades que coexistem no território identificado como Brasil. As questões críticas formuladas e desenvolvidas sob essa orientação estabelecem intrínseca relação com a História e acionam elaborações que reeditam o passado, buscando, desde o presente, perscrutar as condições da comunidade negra e da própria literatura como chaves para se contrapor à ameaça de morte e construir uma necessária nova imagem de futuro.

Referências Bibliográficas

BRAND, Dionne. *A Map to the Door of No Return: Notes to Belonging*. Toronto: Vintage Canada, 2002.

DA SILVA, Cidinha. *#Parem de nos matar!*. São Paulo: Editora Ijumaá, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. Margens da História: a revisitação do passado na ficção afro-brasileira. In: SISCAR, Marcos e NATALI, Marcos Piason [Orgs]. *Margens da democracia: a literatura e a questão da diferença*. Campinas: Editora da Unicamp, Editora da USP, 2015.

_____. *Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental [posfácio]*. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: romance; A escrava: conto*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo Negro Caído no Chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado Brasileiro*. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia*. Tradução Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. São Paulo: Record, 2006.

_____. Uma ficção à procura de suas metáforas. *Suplemento Pernambuco*, n. 132, fev. 2017. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/edições-anteriores/67-bastidores/1783-uma-ficção-à-procura-de-suas-metáforas.html>. Acesso em: 09/2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MARTINS, Leda Maria. A fina lâmina da palavra. *O eixo e a roda*. Belo Horizonte, v.15, 2007, p. 55-94.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula: romance; A escrava: conto*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

NATALI, Marcos Piason. *A política da nostalgia: um estudo de formas do passado*. São Paulo: Nankin Editorial, 2006.

SILVA, Fabiana Carneiro da. *Maternidade negra em "Um defeito de cor": história, corpo e nacionalismo como questões literárias*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-28032018-104918/en.php>.

ARTIGO

O CANSAÇO COMO NOVA CATEGORIA DE ANÁLISE PARA OS ESTUDOS CRÍTICOS DA DEFICIÊNCIA

POR MARCOS CEZAR DE FREITAS ¹

RESUMO

O artigo retoma as contribuições que os estudos culturais, os estudos feministas e a argumentação foucaultiana ofereceram à educação inclusiva, especialmente aos estudos críticos da deficiência. Acrescenta, também as contribuições de Byung-Chul Han que, com as categorias cansaço, positividade e performance, ampliou, com novas possibilidades críticas, o universo analítico desse campo.

PALAVRAS-CHAVE

Byung-Chul Han; repertórios; desempenho.

ABSTRACT

The article takes up the contributions that cultural studies, feminist studies and Foucauldian arguments have offered to inclusive education, especially to critical studies of disability. It adds also, the contributions of Byung-Chul Han that with the categories fatigue, positivity and performance has widened with new critical possibilities, the analytical universe of this field.

KEYWORDS

Byung-Chul Han; repertoires; performance.

¹ É Professor Associado Livre-Docente do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre e Doutor em Educação pela PUC/SP. Livre Docente em Educação pela UNIFESP. Pós Doutor em Ciências da Educação pela USP. Orientador de mestrado e doutorado e supervisor de pós-doutorados. Iniciou a carreira acadêmica como professor da educação básica na escola pública em 1982 e em 1988 tornou-se professor universitário atuando, desde então, na formação de professores no Curso de Pedagogia oferecendo cursos sobre a construção social da infância. No que diz respeito à pesquisa, dedica-se aos temas vulnerabilidades infantis e educação inclusiva. Em perspectiva antropológica aborda a educação de crianças com deficiências ou cronicamente enfermas. Coordena o Projeto de Pesquisa EDUCINEP - Educação Inclusiva na Escola Pública, que abriga a Plataforma de Saberes Inclusivos com colaboradores da Argentina, Uruguay, Equador, EUA e Holanda. Em relação à extensão, organizou e coordenou a Escola Livre para Formação Inclusiva, que em parceria com escolas públicas e equipamentos de saúde oferece formação a respeito da educação de crianças cronicamente enfermas.

Introdução

Este artigo tem a intenção de compartilhar com o público acadêmico mais amplo a importante contribuição que os estudos críticos da deficiência receberam, com a disseminação recente da obra do filósofo coreano e radicado na Alemanha, Byung-Chul Han.

Estudos críticos da deficiência é a designação que escolho para me referir às pesquisas que aproximam as contribuições, das chamadas humanidades, ao universo da deficiência, rompendo com o predomínio da argumentação biomédica-hegemônica e, frequentemente, considerada a única possível a respeito. Internacionalmente, esse campo é predominantemente reconhecido como *Disability Studies* (Cf. BARTON, 2017; DAVIS, 2014), e também descrito como modelo social da deficiência (Cf. DINIZ, 2010).

Uma perspectiva consideravelmente nova pode ser recolhida na análise de Chul Han, e a educação inclusiva no Brasil - já beneficiada com as contribuições dos "estudos culturais" e com as possibilidades analíticas recebidas do feminismo -, adquire mais uma ferramenta para criticar a produção de eficiências, nascedouro de muitas deficiências.

A denominação "educação inclusiva" será utilizada aqui sem pormenorizações, com o objetivo único de explicitar um campo que se constituiu reconhecendo que pessoas com deficiências são sensivelmente prejudicadas quando padecem os efeitos dos reducionismos biológicos, ou seja, quando são reduzidas às dimensões orgânicas de suas existências. A educação inclusiva, no entanto, não se restringe às questões da deficiência porque reconhece, no mesmo universo de direitos a serem consolidados, as questões étnico-raciais, de gênero e de classe, que permanentemente confirmam que as assimetrias sociais devem ser analisadas também com a força epistemológica das categorias desigualdade, diferença e diversidade.

A obra de Chul Han não será aqui resenhada. O acréscimo qualitativo que sua abordagem ofereceu ao repertório crítico da educação inclusiva é que será objeto de reflexão.

Repertórios conceituais

No âmbito dos estudos culturais, a afirmação de Stuart Hall de que identidade é “[...] um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2003, p. 27), legou aos estudos críticos da deficiência uma referência fundamental para que as questões que gravitam na órbita “da diferença” também fizessem parte do repertório analítico, que se esforça para quebrar a naturalização triunfante do pressuposto de que as deficiências são, “inquestionavelmente”, da ordem do orgânico.

Este é um exemplo significativo que rememora um momento, entre tantos possíveis, nos quais a produção e a circulação de categorias críticas mostravam-se plausíveis e necessárias para também abordar a presença de pessoas com deficiência, com uma perspectiva que se valia, e se vale, de uma recusa idêntica. Ou seja, uma perspectiva que também procura distanciar a situação de deficiência da noção de essência ou substância a ser examinada.

Na obra de Stuart Hall, encontramos algumas palavras-chave para uma antropologia que se mostra interessada nas situações em que “efeitos deficientizadores” se revelam. São cenas do cotidiano que permitem identificar aspectos da dimensão relacional das deficiências, ou seja, aspectos que constroem cada um “em relação ao outro”.

A fortuna crítica dessa perspectiva mostra-se atual toda vez que trabalhamos, com professores da educação básica, as situações nas quais despontam “personagens problemáticas” do dia a dia escolar, especialmente os chamados “alunos lentos”.

São densos e surpreendentes os momentos nos quais se pondera que não há pessoa lenta *per se*, mas sim em “relação à”, “na presença de”, “em situação específica”, ou seja, não essencialmente, mas de modo relacional.

Toda vez que a educação inclusiva se deixa permear por referências que permitem retirar dos domínios da natureza, do orgânico, aquilo que se configura nos domínios históricos e culturais, avanços pedagógicos expressivos acontecem.

O mesmo se deu quando a obra de Erving Goffman foi acolhida e reco-

nhecida como necessária para analisar situações e cenas, nas quais determinadas personagens se constituíam na experiência da deficiência.

Foi com as referências da “antropologia microscópica” de Goffman, que se tornou possível reconhecer que, em dadas circunstâncias, tornava-se necessário aproximar as lentes para uma observação em escala reduzida (GOFFMAN 2004; 2011). Tratava-se de admitir a imprevisibilidade das interações face a face, e obter da experiência em si conteúdos não previstos, nem previsíveis na descrição do complexo orgânico/anatômico. Nas palavras de Goffman (2013), reconhecer um “jogo a ser jogado”.

Educação inclusiva foi, e é, a perspectiva pedagógica que aproximou e aproxima o tema deficiência das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração.

Essas categorias tornaram-se imprescindíveis para a educação inclusiva, reafirmando a necessidade inescapável de distanciar a abordagem sobre as deficiências dos procedimentos que respondiam à hegemonia biomédica, estabelecendo uma linha reta entre os efeitos redutivos da deficiência e as possibilidades da pessoa com deficiência (Cf. Goffman, 2009, 2013).

Por isso, foi a abertura às categorias plasmadas no espectro das pautas feministas que ampliou a potência crítica da educação inclusiva, porque tratava-se de abordar a presença do “corpo diferente” na escola, com base na “interseccionalidade” que alinhava todas as dimensões da vida social.

Isso se refere às contribuições recolhidas nas densas abordagens, que entenderam que “a diferença do diferente” estava, necessariamente, radicada na tensão entre identidades, poderes e estratificações sociais (Cf. BRAH, 2006; BUTLER, 2003; CRENSHAW, 1989; HALL, 2003; HARAWAY, 2016; HIRATA, 2014; GUEDES; NEURBERG, 2012).

A interseccionalidade entre as questões de gênero e deficiência permitiu reconhecer a importância capital das categorias de Michel Foucault, em cuja noção de poder tornava-se possível compreender aquilo que Scott (1995, p. 86) resumiu como “constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos de força sociais”.

O corpo permeado por relações de poder, ou seja, o corpo edificado discurs-

sivamente com dispositivos de demarcação de gênero, raça, classe, é também o corpo que pode saber da situação de deficiência. E se Foucault adensou inúmeros estudos de gênero (Cf. ALTMANN, 2015; BORBO, 1997; FERNÁNDES, 2000; KUBISSA, 2015; McNAY, 1992; RAGO, 2014), esses ofereceram inúmeras plataformas analíticas para que o corpo com deficiência fosse também abordado como expressão discursiva, também construído a partir de reducionismos biológicos.

Em suma, foi com a incorporação de perspectivas, estruturadas em amplas e diversificadas bases epistemológicas e disciplinares, que a educação inclusiva conseguiu consolidar “sua” percepção de que a presença da pessoa com deficiência é a mesma presença do corpo que não se reduz à noção de essência ou substância a ser examinada.

A educação inclusiva se faz “com” o repertório crítico das humanidades, que reafirmam incessantemente que o histórico social não está predefinido nos domínios do orgânico, do natural, do essencial.

Tornou-se possível identificar, nos elementos discursivos das deficiências, inúmeros dispositivos configuradores daquilo que, na obra de Foucault, desponta como uma sociedade disciplinar, urdida em instituições, normas e vigilâncias (Cf. FOUCAULT 1987, 1999, 2000, 2001, 2005).

Foi o desvelamento das camadas do cotidiano, percebidas como instâncias discursivamente produzidas, que permitiu trazer à tona como a identificação entre deficiência e “anormalidades” deve ser buscada na história, e suas dinâmicas de poder, na consolidação de um biopoder.

A educação inclusiva tem se enriquecido com a presença, transversal e interdisciplinar, desses autores e suas obras de referência, que proporcionaram bases argumentativas sólidas para que a presença de pessoas com deficiência no universo escolar pudesse ser abordada com o mesmo repertório crítico mobilizado para “desfiar” o tecido social que alinhava, com bases materiais e simbólicas, aquilo que, ao final, termina sendo projetado como deficiência.

E é justamente nas bases do que é projetado, material e simbolicamente, que algo de expressivamente novo se apresentou no modo como Byung-Chul Han formulou hipóteses, não exatamente sobre a deficiência, mas sim, sobre sua

contraface, a eficiência.

E é a novidade aguda desse “experimento analítico” que será analisada a seguir.

Uma nova perspectiva ou um ensaio de radicalidade nietzschiana

Byung-Chul Han (2017a, 2017b, 2017c, 2017d) teve sua obra recentemente traduzida no Brasil e, no conjunto, seus livros oferecem uma reflexão sobre a vida contemporânea, cuja ousadia crítica faz lembrar um modo de analisar que Antônio Cândido (1990) definiu com a palavra “radicalismo”.

Nosso crítico maior referia-se àqueles cujas obras apresentavam uma noção singular de “raiz do problema”. Radical era o qualificativo dado aos autores que empreendiam uma viagem solitária à raiz, apostando que essa visitaçã o abriria uma perspectiva sobre a realidade, apreensível somente de dentro para fora, de perto para longe.

Chul Han fez uma surpreendente análise sobre o “esforço humano” no atual cotidiano das sociedades salariais e, com base numa leitura muito própria e erudita da obra de F. Nietzsche, elaborou conclusões, por assim dizer, surpreendentes, especialmente porque há tempos surpresas analíticas não se arriscavam a mostrar-se.

Como afirmei no início, esta não é uma resenha, mas sim, uma indicação de que temos um novo repertório analítico que merece ser considerado no âmbito dos estudos críticos da deficiência.

Para o objetivo deste escrito, vou me ater aos pressupostos apresentados num de seus escritos mais provocantes, *A sociedade do cansaço* (2017a).

Estão presentes nesse “pequeno grande texto” questões que não devem passar despercebidas àqueles que se dedicam a consolidar uma educação inclusiva em nosso país.

Chul Han entretetece seus argumentos com recursos descritivos, metafóricos e não metafóricos, que retiram a estabilidade de alguns conceitos com os quais trabalhamos há tempos, alguns há décadas.

Seu argumento se organiza a partir do que ele denomina de “paisagem patológica” de nosso tempo.

Elaborando uma espécie de inventário das enfermidades fundamentais de cada tempo, chega à conclusão que este século XXI contém uma ênfase neuronal que expressa uma diferença radical em relação aos momentos anteriores, nos quais a paisagem era bacteriológica ou viral.

A imagem da paisagem neuronal já havia despontado na obra de Wolff (2010) em importante ensaio sobre a construção histórica da “humanidade dos homens” e das representações de “sua” inteligência.

Mas, na argumentação de Chul Han, a imagem da paisagem patológica quer indicar que somente “neste” mundo, que fizemos emergir de dentro e por dentro das sociedades salariais, é possível encontrar a abundância depressiva, o triunfalismo neural (com absolutamente todo comportamento remetido ao desvendamento do cérebro) e patologias, como o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDHA).

O que é instigante em sua análise é que o autor não maneja rupturas tentando convencer o leitor que este tempo encerrou outro tempo e ocupou seu espaço.

Seu argumento é o de que a mesma realidade, que precisa e depende das plataformas conceituais, que demonstra que somos uma sociedade disciplinar, vigilante e cadastral, precisa também de esforços analíticos, para desvendar o que se tornou o cansaço decorrente do excesso de positividade que produzimos.

Excesso de positividade é o que explica o convencimento de que toda dificuldade é superável pelo esforço, que torna mérito a categoria relacionada a reconhecer “quem superou”, portanto, quem merece.

Na seção anterior deste artigo, quis rememorar brevemente o quanto a educação inclusiva adensou seus pressupostos, acolhendo autores e obras que demonstraram que nossos corpos e nossos desempenhos individuais ganharam configurações decorrentes das tramas disciplinares, da sobreposição de camadas de controle e das especificações do poder - que se materializam em questões de classe social, gênero e raça -, diretamente ligadas à construção social das deficiências.

Neste cenário, a obra de Chul-Han acrescentou uma noção de positividade que deve ser levada em consideração.

No seu entender, está em andamento a estruturação de uma “sociedade do desempenho”, que capturou toda a potência destrutiva da meritocracia, que leva às últimas consequências a hipótese de que a realização humana depende (naturalmente) do máximo esforço para superar dificuldades, para realizar o irrealizável.

A imagem do animal *laborans* apresentada por Hanna Arendt é retomada para indicar uma sociedade laboral que se individualiza com tal radicalismo, que se transforma (rispidamente) numa sociedade do desempenho, aquela em que esse animal *laborans* está disposto a trabalhar sempre, até dilacerar-se e expor, ao final, o triunfante resultado que obteve porque “superou-se”.

Chul-Han cogita a presença de “uma personagem a mais” em nossa trama. Trata-se daquele que já não depende dos efeitos disciplinares de nossas instituições, porque se tornou um híbrido entre o prisioneiro e o vigia. Não tolerará que outro tenha aquilo que tem, se o outro não tiver empreendido o que ele empreendeu.

Temos o homem que desconfia, e até odeia em certos momentos, a liberdade e o direito, porque considera indigna a reivindicação daquilo que não resultou da extenuação. Temos a formiga que organizou a militância, não mais para zombar da cigarra, imprudente e imprevidente, mas para eliminá-la.

O homem sem descanso

Nesta realidade, desponta um mundo “pobre de interrupções, pobre de entremeios e tempos intermediários” (CHUL HAN, 2017a, p. 53), corroborando, sem cessar, a razão de ser do lamento de Walter Benjamin, que antevia uma nova barbárie num mundo que não tece mais, que não fia.

O sujeito do desempenho é aquele que se “destrói na vitória” (CHUL HAN, 2017a, p. 102), porque se convenceu de que pode funcionar melhor, que pode descobrir o ponto de melhoramento de si mesmo.

Esse melhoramento, para o autor, seria antropologicamente diferente da

moldagem que os deveres, disciplinamentos, ordens e proibições nos impõem. Seria obra da descoberta “das habilidades que se tem” e, conseqüentemente, da transformação dessas habilidades em competências, para que se apresente (literalmente sem parar) como um homem disponível, vendedor de si.

Não é casual que, ao valer-se da imagem da paisagem patológica de cada tempo, passe a ser possível mencionar a hiperatividade:

A hiperatividade é, paradoxalmente, uma forma extremamente passiva de fazer, que não admite mais nenhuma ação livre. Radica-se numa absolutização unilateral da potência positiva (CHULHAN, 2017, p.58).

Por isso, estaríamos mergulhando numa sociedade do cansaço, provida de uma *neuro-enhancement*, ou seja, convencidos de que melhoramentos cognitivos decorreriam da exacerbação constante do desempenho neoliberal, que se finge de liberdade enquanto exige “superar a si mesmo” como única regra para obter.

Neste cenário, é compreensível a abundância de exemplos que recorrem aos jogos olímpicos, ou paraolímpicos, para explicar o que “de melhor” pode acontecer a uma pessoa com deficiência: ela pode superar-se!

Mas como a superação é, ao termo e ao cabo, prêmio para quem mais laborou “contra si” e “contra a situação”, a realização decorrerá necessariamente da introjeção de um valor.

Se Max Weber desvelou uma ética protestante no espírito do capitalismo, Chul Han expõe uma ética da consumação na sociedade do cansaço. Este homem não trabalhará até finalmente consumir, mas até finalmente consumir-se.

A contraface da eficiência

O manejo das palavras “eficiência” e “resultados”, no universo escolar, é o mais ativo produtor de ineficiências e deficiências por dinâmicas de não obtenção de resultados.

É nesse contexto, no qual o convívio com cada um é também o convívio com potenciais sindrômicos, hiperativos - repetindo Chul Han, uma verdadeira paisagem patológica -, em que as deficiências e fragilidades vão se tornando um modo de expressar “o que falta”: o corpo de alto desempenho e focado.

Os que não sabem produzir resultados são equiparados às pessoas com deficiência, e é por isso que, não casualmente, as escolas incorporaram os laudos e as perícias médicas ao vocabulário com o qual indicam que alguns não têm “atenção suficiente” para manter o foco.

Estamos num contexto de grande acúmulo de estratégias analíticas com as quais denunciemos as assimetrias de nossa sociedade, descrevendo os seus fundamentos disciplinares, desvelando a estrutura dos dispositivos de controle e manejo das negações e dissonâncias. Mas, é nesse mesmo contexto que a apropriação da palavra meritocracia tem produzido danos educacionais e políticos de grandes proporções.

Para enfrentar, analiticamente, o que está em andamento, talvez não seja necessário - ou sequer possível -, desmobilizar o aparato crítico que nos trouxe até aqui e que, no caso específico dos estudos críticos da deficiência, nos ensinou a pensar a construção social do corpo, de modo singular do “corpo incompleto”.

Mas, talvez esteja em andamento uma passagem para um momento ainda mais perverso das sociedades concorrenciais, fundadas nas edificações do mercado. Nesse sentido, o paradigma da disciplina não se esvai completamente, mas ganha espaço a percepção de que falta mesmo “a motivação”.

Essa palavra passa por forte ressignificação quando é manejada para expressar a positividade de um poder que, por suposto, estaria nas mãos de cada agente. A “positividade do poder é mais eficiente que a negatividade do dever” (CHULHAN, 2017, p. 25).

Por isso, o autor projeta um sujeito mais rápido e produtivo que o sujeito da obediência. Esse é o sujeito do desempenho. “Como desempenhar” passa a ser uma pedagogia da produtividade que diz respeito a fazer do foco um fim, não mais um meio estratégico.

O sujeito do desempenho continua disciplinado, mas, retoricamente, está em

guerra consigo mesmo, padecendo de um “excesso de positividade que cobra dele uma nova economia da atenção” (CHUL HAN, 2017, p. 31).

A sociedade concorrencial não precisa do descanso e deixa sob a guarda dos deficientes a “maior e mais limitante” das deficiências, a lentidão. O homem merecedor, o que capitaliza o mérito, é um homem sem repouso, que assume como oportunidade o que aos olhos de outros são precarizações do direito (vide aquilo que alguns sociólogos denominam “uberização” das relações de trabalho).

A alta performance, o alto rendimento, se fazem onipresentes e mesmo quando não se realizam, são referências de tudo o que se pode obter somando esforço com eficiência.

Essa perspectiva é bastante importante para as reflexões críticas sobre a deficiência, e essa importância pode ser realçada se recuperarmos, por exemplo, os clássicos estudos de Stephen Jay Gould (2000) que demonstraram que as deficiências intelectuais resultavam muito mais dos modos de avaliar a inteligência do que das características propriamente físicas das pessoas. Ou seja, o autor demonstrou com riqueza de detalhes que as avaliações da inteligência não mediam deficiências, mas sim as instaurava.

Essa evocação do clássico de Stephen Jay Gould é importante aqui justamente porque a perspectiva de Chul Han demonstra uma dinâmica de instauração de ineficiências nos modos de exaltar a “máxima eficiência”.

Breves considerações finais

A educação inclusiva deve desconfiar sempre das representações da alta performance.

Byung-Chul Han considera que a obsessão por resultados se vale de uma falsa reapropriação da palavra performance, ilusoriamente associada a uma bandeira política, que é a bandeira da “liberdade das habilidades”.

O que é agudo, na argumentação do autor, é que a liberdade das habilidades pode conter mais coações que as estruturas disciplinares, predomi-

nantes até o início do século XXI. Como assevera o autor, o dever tem limites, a habilidade, limite algum (CHUL HAN, 2017, p. 117).

Alunos com deficiências costumam ser abordados como se fossem personagens dispensadas de resultados. Mas, na sociedade do cansaço, com apropriação de inúmeras imagens do esforço olímpico, até a deficiência pode ser convertida em alta performance, de modo a produzir a permanente condenação daquele que permanece nos limites da restrição, “porque não se superou”.

Temos, então, deficiências radicadas na produção das novas eficiências. Aqui, uma categoria fundamental para os estudos críticos da deficiência, a interdependência - ou seja, a arte de “fazer com”, de “fazer com a mediação de” -, perde, de vez, a razão de ser. Desumaniza-se o processo, por completo.

Referências Bibliográficas

ALTMAN, H. *Educação física escolar: relações de gênero em jogo*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

BARTON, L (comp.). *Superar las barreras de la discapacidad*. Madrid: Morata, 2017.

BORDO, S. R. O corpo e reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JACCAR, A.; BORDO, S. R. (Org.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Editoras Record e Rosa dos Tempos, 1997.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, 2006, p. 329-376.

BUTLER, J. *Bodies that matter*. New York: Routledge, 2003.

CANDIDO, A. Radicalismos. *Estudos avançados*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 4, n.8, 1990, p. 4-18.

CHUL HAN, B. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017a.

_____. *A agonia de eros*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017b.

_____. *Topologia da violência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017c.

_____. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017d.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race, sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*. V. 1989 (1989), p. 139-167.

DAVIS, L. (Ed.) *The disability studies reader*. New York: Taylor & Francis, 2012.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos).

FERNÁNDEZ, J. Foucault: ¿Marido o Amante? Algunas tensiones entre Foucault y el feminismo. *Revista de estudios feministas*. Florianópolis, v.8, n.2, jan. 2000, p.127-147.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2005.

_____. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, E. *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *Os quadros da experiência social*. Petrópolis, Vozes, 2014.

_____. *Reader*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

_____. *Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2011.

HALL, S. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARAWAY, D. *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

HIRATA, H. Gênero, classe, raça. *Tempo social*. São Paulo, USP, v.26, 2014, p. 61-73.

KUBISSA, L. Él género, Foucault y algunas tensiones feministas. *Estudios de filosofía*. Buenos Ayres, v.1, n. 52, dec. 2015, p. 29-43.

McNAY, L. *Foucault and feminism: power, gender and self*. Cambridge: Polity Press, 1992.

MELLO, A. G.; NEURNBERG, A. H. Gênero e deficiência. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 384, 2012, p. 635-655.

RAGO, L. M. O feminismo acolhe Foucault. *Labrys, Revista Eletrônica de Estudos Feministas*. Campinas, v.1, 2014, p. 14-20.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul/dez, 1995, p. 71-99.

WOLFF, F. *Nossa humanidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

ARTIGO

LULA'S BRAZIL IN AFRICA: CULTURAL DIPLOMACY AS AN INSTRUMENT OF SOFT POWER

POR Mathilde Chatin ¹

ABSTRACT

During the Lula government, cultural diplomacy was used as an important instrument to exercise soft power and to carve out a leading role for Brazil in international politics. The range of Brazil's partners in the domain of cultural diplomacy widened as Brazil's relations with the global South and the African continent expanded, as part of a broader strategy to obtain a more prominent role in global affairs. This paper investigates this movement of greater Brazilian activism in the area of cultural diplomacy on the African continent as an illustration of the political significance of South-South relations and of Brazil's attempt to achieve its goal to be a global player through soft power.

KEYWORDS

Brazil, cultural diplomacy, Africa

¹ Mathilde Chatin holds a PhD in International Relations from King's College London. She has been a fellow at the BRICS Policy Center in Rio de Janeiro and a visiting scholar in the Department of International Relations of the University of São Paulo. Her publications include : Chatin M. (2018) « Sous-marin à propulsion nucléaire: dissuasion, développement et autonomie technologique ». *Champs de Mars* 30, pp.285-293. Chatin M. (2016) « Brazil: analysis of a rising soft power » *Journal of Political Power* 9(3), pp.369-393.

RESUMO

Durante o Governo Lula, a diplomacia cultural foi utilizada como importante instrumento para que o Brasil exercesse poder brando ("soft power") e assumisse um papel de liderança na política internacional. O número de parceiros do Brasil no campo da diplomacia cultural foi ampliado, enquanto suas relações com o Sul global e o continente africano se expandiram, como parte de uma estratégia mais abrangente em assuntos globais. O presente artigo investiga esse movimento de maior ativismo na área da diplomacia cultural no continente africano como ilustração da importância das relações Sul-Sul e da tentativa do Brasil de atingir seu objetivo de tornar-se um ator global através do poder brando.

PALAVRAS CHAVES

Brasil, diplomacia cultural, África

Cultural diplomacy was given an expressive impulse within a wider project to affirm Brazil on the international scene. During the Lula government, actions of cultural diplomacy were revitalized as a diplomatic instrument, revealing the greater attention given to the importance of the cultural factor to Brazil's foreign policy (Leite Lessa *et al.* 2011; Machado 2012). It is significant that the internationalization of culture was one of the three priorities adopted by the Ministry of Culture. The conduct of the Lula administration's cultural policy abroad puts forward the increase of Brazil's presence in Africa, and the extent of these actions to adjust to the priority given by the government to the African continent (Bijos and Arruda 2012). In fact, President Lula made the strengthening of South-South links one of Brazilian foreign policy's most important axes (Buss and Ferreira 2012; Smits 2014). This paper will argue that Brazil's cultural diplomacy in Africa shows how the country "touts soft power propelled by diplomatic prowess to gain international stature" (Brimmer 2014). In fact, soft power has been one of the trademarks of Brazilian foreign policy to wield global influence and a key base for Brazil's rise as an emerging power (Mares 2016).

Soft power and cultural diplomacy

Soft power is "the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments" and the related "ability to shape the preferences of others"; command power associated with economic and military power is thus distinguished from the co-optive or "soft" power (Nye 2004). The soft power of a country rests upon "the attractiveness of its culture, the appeal of its domestic political and social values, and the style and substance of its foreign policies" (Nye 2011). Depicting the Brazilian viewpoint on soft power, Ambassador Celso Amorim, former Minister of External Relations and Defence, underscored "the use of culture and civilization, not of threats (and) force" (Lustig 2010).

As such, cultural diplomacy is one of the instruments mobilizing culture as a resource to produce attraction (Nye 2010). Cultural diplomacy is defined as the "exchange of ideas, information, art and other aspects of culture among nations and

their peoples in order to foster mutual understanding” (Cummings 2003). Similarly, the Brazilian Ministry of External Relations conceives cultural diplomacy as “an important instrument to bring peoples together, contributing to (...) the establishment of cultural and linguistic bonds. It is also a tool to stimulate political and economic dialogue, for it fosters mutual understanding and creates trust, interest and respect between nations” (MER n.d.). The dissemination of culture aims to strengthen relationships, stimulate socio-cultural cooperation, improve relations between the people of the international community and promote national interests. In fact, art and culture are in the forefront of the promotional efforts of many countries, which recognize that showing their cultural heritage provides them with an opportunity to create a positive image and help the rest of world to understand and value them better, thus helping to achieve their political aims (Vidal Pérez 2014).

Brazil's soft power

Consensus exists on the essentially soft nature of Brazil's power: Brazil is both “a good example of what is called soft power” and “the state where soft power plays a primary role” (Gardini 2015; Théry 2014; Bruk 2013). Brazilian Army Colonel Sales Bonfim remarked: “I believe Brazil has soft power (...) this is what we have that has most value in the International System” (Rodriguez 2013). Also, former President Fernando Henrique Cardoso claimed: “the important contribution Brazil has to give to the construction of the current international order should occur through soft power” (Cardoso 2011). Commenting on the link between soft power and diplomacy, Ambassador Celso Amorim estimated that, while soft power pre-exists and diplomacy draws on it, soft power is the proper way for diplomacy to be exercised (Lima 2015). Writing to the author, Nye argued that Brazil has increased in power because of its soft power; he indeed affirmed that, in terms of soft power, Brazil has adopted a foreign policy designed to project a positive image worldwide (Chatin 2018; Lee 2011; Nye 2015). By resorting to the possibilities offered by the promotion of its soft power at an international level, Brazil has strengthened its external action and

increased its global influence (Dytz Filho 2014). Brazil exercises its soft power in an effort to carve out a leading role in world politics, and has thus maneuvered to achieve its goal to be a global player through soft power (Marsili 2015; Satana 2016). In fact, exerting influence by promoting soft power has been an important goal of Brazil's soft policy to strengthen its political capital, global influence, prestige and visibility (Soares Castro 2013). Kalil and Braveboy-Wagner posited that, in the 21st century, Brazil's primary means of influence has been based on soft power, which is thus the key to grasping how Brazil has played a leading role and risen in the international system as a global power (Kalil and Braveboy-Wagner 2016). Two foreign diplomats interviewed by Chatin (2018) recognized that Brazil has founded its global projection on elements constitutive of a soft power, and that its abundance of soft power has been a unique aspect of its rise.

Closer ties between Brazil and Africa

Although Brazil has a long and complex history of ties to Africa dating back to the colonial era, the country gave greater attention to its African partners, as part of a broader strategy to expand relations with the global South, when the Workers' Party-led government of Luiz Inácio da Silva (2003-2010) came to power¹ (Abdenur and Marcondes 2016). Under President Lula, the political significance of South-South relations has been considered an integral aspect of Brazil's foreign policy agenda and an instrumental component to assume a more prominent role in global affairs (Marques and Spanakos 2014; Seabra 2014). Two foreign diplomats interviewed by Chatin (2018) recognized that President Lula asserted the "soft Brazil brand" of building the South-South relationship: South-South cooperation, which has been a political aim and an important component of Brazilian foreign policy under President Lula, was clearly used to increase Brazil's global influence.

¹ The emphasis put on South-South dialogue by Brazilian diplomacy under Lula has been viewed as a return to the policy adopted during the Cold War, when South-South relations were integrated into Brazil's foreign policy.

In the 2000s, Africa thus gained strategic importance in Brazil's foreign policy and ties deepened considerably. Though still a small share of total Brazilian trade, commercial exchanges with Africa grew from US\$ 4.2 billion to US\$ 27.6 billion from 2000 to 2011². President Lula carried out active presidential diplomacy on the African continent, making 12 visits to 29 African countries during his two terms. Brazil doubled its diplomatic presence in Africa from 17 to 37 embassies, surpassing traditional powers like Great Britain, to rank among the countries with most diplomatic representation on the African continent (Stolte 2014). A foreign diplomat interviewed by Chatin (2018) recognized that Brazil's "presence in Africa has enabled Brazil to strengthen and expand its soft power to other parts of the world".

The Lula government was marked by closer relations with countries that shared some cultural identity with Brazil (Bijos and Arruda 2012). According to the Lula Institute, "Brazil's relations with African governments and peoples stopped being only a sequence of isolated episodes and came to occupy in Brazil's diplomatic agenda space proportional to Africa's importance in the country's history, culture and identity" (Lula Institute 2017). Brazil relied on its historical and cultural links to the African continent to give a new dimension to its cooperation, and it is in this framework that the use of culture as an instrument of foreign policy has been highly pertinent. Brazilian authorities seemed to be driven by the idea that to build Brazil's power status, the country had to affirm itself as a reference mobilizing culture and other immaterial resources. In this perspective, the African continent appeared, in their eyes, as a propitious terrain, not only because Brazil counts the greatest number of citizens of African origin outside Africa, but also because Brazilian culture enjoys certain popularity there due to the growing interest that its music, football and telenovelas spark (Santander 2011). In terms of foreign policy, culture was used as a tool to create identity bonds and roots recognition, strengthening closeness to countries and regions strategic to the development of South-South cooperation, and to consolidate historical and cultural ties between Brazil and Africa (Leite Lessa *et al.* 2011).

² For some, Brazil masked its capitalist expansion in Africa through rhetoric and solidarity to advance new opportunities for Brazilian economic actors, and thus its self-serving economic and commercial interests.

Brazilian identity: African heritage and cultural diversification

For Brazil, closer ties to Africa under President Lula's government had a dimension linked to identity, as explained by Ambassador Celso Amorim: "there are two objectives in this strategy of approximation concerning Africa: an effort of realization of its universalist vocation and the safeguard of its national identity in the elaboration of its external policy" (Amorim 2010). Brazil's cultural policy towards Africa should be considered as part of the Lula government's strategy to celebrate the country's cultural diversity by notably underlining the special place of Afro-Brazilian culture. One of the most notable initiatives taken by Brazil was the adoption of the law 10639/2003, which turned compulsory the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture in Brazil, making evident the will of the Lula government to revive the country's African roots through the education system. The inauguration of different museums dedicated to the Afro-Brazilian identity and culture, like that of the Afro-Brazil museum in São Paulo in 2004, also illustrates the importance granted by Brazilian authorities to the promotion of Brazil's African heritage (Falomir Lockhart and Lamine Sarr 2015). Under the Lula administration, cultural diversity, which was one of the main axes of cultural diplomacy, became a central element used to diminish international asymmetries resulting in hegemonic models (Bijos and Arruda 2012). Value was given to the mixed character of the Brazilian culture by recognizing the importance of Afro-descendants' contribution to the national history and culture, projecting an image abroad that amplified the attention given to Brazil (Marié 2017).

Brazil's cultural diplomacy in Africa

Culture - as a diplomatic instrument of foreign policy - provides states with facilities for their international insertion, resulting in the demarcation of diplomatic axes, like it was done in the global ambit during the Lula government³ (Bijos 2014).

³ Differently, a Brazilian university professor judged that Brazil's cultural diplomacy under Lula was rhetorical rather than effective. / Interview by the author in August 2018

A diplomat in the Brazilian Ministry of Culture's International Relations Department stated:

“the perception of Brazil's culture - that is generally positive - in the foreigner's eye is an asset to get closer to other countries and to open doors as a platform for the country's international insertion. The effects of Brazil's presence in the imaginary of other peoples through culture spread to other domains. Culture is thus directly linked to and inseparable from soft power; Brazil's capacity of influence in the international ambit must take culture into consideration”.⁴

For a diplomat of an African country posted in Brazil, “cultural diplomacy plays an important role in Brazil's assertion in the world, based on a very positive image abroad⁵ that attenuates the negative effect of internal difficulties. The impact of cultural diplomacy is very important for any country, but it is particularly evident in Brazil's case”⁶. The Lula administration encouraged Brazil's global insertion taking into account the cultural dimension because of the centrality of culture in international relations. The resources granted to the Cultural Department of the Ministry of External Relations increased significantly, elevating the level of expenses to one fairly superior to those observed under President Fernando Henrique Cardoso.⁷ Also, the range of partners in the domain of cultural diplomacy widened in line with Brazil's foreign policy axes, and relations with developing countries - especially African nations - were amplified (Marié 2017). Indeed, during Lula's presidency, the consolidation of cultural diplomacy towards African countries represented a fundamental element of Brazil's African policy. This paper will present Brazilian initiatives on the African

⁴ Interview by the author in June 2018

⁵ As an example, culture makes the integration of Brazilians abroad easier, since people in host countries have a positive opinion of Brazilians.

⁶ Interview by the author in July 2018

⁷ The executed budget of the Cultural Department (Ministry of External Relations) equalled R\$ 2.07 million in 2003 and reached R\$ 9.01 million in 2010. This also represented an increase in the total budget executed by the Ministry of External Relations: 0.17% in 2003, a peak 0.5% in 2009 and 0.43% in 2010. The resources of the Ministry of Culture's International Relations Department equalled R\$ 5.9 million in 2009 and reached R\$ 16.3 million in 2010.

continent in three domains of cultural diplomacy: cultural and language diffusion, as well as educational cooperation.

Cultural diffusion

In accordance with Brazil's foreign policy under President Lula, greatest prominence was given to cultural diffusion in Africa. Several initiatives illustrate the resort to cultural diplomacy as an instrument of Brazil's foreign policy, in addition to numerous agreements signed, in particular with countries of the Portuguese-speaking Community (CPLP) (Finzetto 2017)⁸. In 2006, the second Conference of Intellectuals from Africa and the Diaspora was held in Salvador (State of Bahia), city with the largest population of afro-descendants in Brazil. In the past ten years, the city of Rio de Janeiro has hosted the Theatre Festival of Portuguese Language (FESTLIP) that offers a framework of exchanges and activities for artists from Portuguese-speaking countries. Brazil launched in 2010 a project called DOCTV CPLP of coproduction and diffusion of audio-visual documentaries throughout the world for member countries of the Community of Portuguese-speaking countries. In May 2010, President Lula inaugurated the cabled chain *TV Brasil Internacional*, broadcasting Brazilian programmes in 49 African countries to promote a positive image of the country.

The Ministry of Culture's involvement also actively participated in the promotion of the Brazilian culture abroad during Lula's presidency, enabling the growing presence and prestige of Brazil and the Brazilian culture abroad. The Ministry of Culture showed its willingness to partake in Brazil's international cultural standing through its participation in the organisation of the Pan African Contemporary Art Exhibition in 2005 and the Conference of Intellectuals from Africa and the Diaspora in 2006, as well as its efforts for the diffusion of Afro-Brazilian culture through the cultural foundation, *Palmares* (Falomir Lockhart and Lamine Sarr 2015).

⁸ Investments in African countries were below the investments of other groups of countries. According to a diplomat from an African country, despite historical, social and demographic proximity, and an attempt during the Lula years for greater approximation, Brazil's presence and cultural action on the African continent are not commensurate to its global aspirations. / Interview by the author in July 2018

Language diffusion

Language is the most salient feature of the culture of a people and the most “inherent characteristic of a nation” since, according to Babinotis, “there is no way, more direct, more substantial, no shorter way to get to know a people than by learning their language. The language of a people is the way they conceive, classify and express the world” (Kitsou 2013). A diplomat from the Cultural Department of the Ministry of External Relations asserted: “language diffusion is one the axes of Brazil's cultural diffusion, which clearly became a more fundamental foreign policy instrument of enormous utility throughout the years and enabled Brazil to project itself a good deal”.⁹ During President Lula's government, it was required that 70% of the Cultural Department's budget for the diffusion of the Portuguese language of the Brazilian Ministry of External Relations should be used for priority areas of Brazil's foreign policy, including Africa in third position after South America and Latin America. Africa, which counts six centres (South Africa¹⁰, Angola, Cabo Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé and Príncipe) out of 24 worldwide, is the second region hosting the most Brazilian cultural centres (CCB) after Latin America and the Caribbean (13 centres). These centres, which are part of the cultural departments of the diplomatic representations abroad, are important instruments to the perpetration of Brazil's cultural policy abroad. They play a fundamental role in Brazil's promotion in Africa by offering Portuguese language courses and workshops on the Brazilian culture through music, dance and literature. Their action is complemented by Brazilian studies centres, teaching units offering Portuguese classes, and different readership networks gathering specialist professors sent to universities abroad to promote the Brazilian language and culture. The readership programme was identified as a successful modality: the number of Brazilian readers worldwide grew from 40 in 30 countries in

⁹ Interview by the author in June 2018

¹⁰ Inside the grouping, leaders expressed consideration for cultural collaboration since the 2nd BRIC summit in 2010. This proposal was then formalized in the *Agreement on Cooperation in the Field of Culture* in 2015 and led to the formation of the *Cultural Action Plan* in 2017. In the cultural agreement, they are “convinced that cultural dialogue contributes to the progress of nations and better mutual understanding of cultures, facilitating rapprochement of peoples” (Nort 2018).

2006 to 52 readers in 44 states six years later, with a network of close to 6,000 students. Three African countries in 2003 (Ivory Coast, Ghana and Senegal) and nine countries in 2010 (Benin, Cameroun, Gabon, Ghana, Guinea-Bissau, Kenya, Nigeria, Mozambique and São Tomé and Príncipe) hosted Brazilian invited professors (Falomir Lockhart and Lamine Sarr 2015; Machado 2012).

Educational cooperation

In the domain of education, the Lula administration was also at the origin of several projects. The Federal University of Luso-Afro-Brazilian Integration (Unilab) was created in 2010, partly financed by the Federal Government. Inaugurated in May 2011, on the occasion of Africa Day, the university is located in the city of Redenção (State of Ceará), the first Brazilian city to abolish slavery in 1883. According to Cervo (2008), "a relevant contribution to build the professional and scientific capacities is taking place, as numerous young Africans are present in Brazilian universities". In fact, Arrosa Soares (2009) stressed that Brazil developed a programme of great relevance in the field of cultural diplomacy, i.e. scholarship awards for African students to pursue high-education courses in Brazilian universities through the graduation (PEC-G) and post-graduation (PEC-PG) covenants. The Brazilian government delivered scholarships to numerous African students in order for them to obtain a higher education degree of good quality and to contribute to their country's development on their return. The PEC-G was launched in 1965, and out of 57 countries participating in the programme in 2015, there were 25 African states; Portuguese-speaking partners are the most important beneficiaries of this programme (e.g. Cabo Verde, 2,933 students over 2000-2015 and Guinea-Bissau, 1,336 students). The PEC-PG, launched in 1981 and updated in 2006, benefits 24 African countries and 20% of beneficiaries come from the African continent (compared to 75% from Latin America and the Caribbean). Between 2003 and 2010, 4,300 African graduate students from 20 countries and 237 post-graduate students from 14 countries received scholarships through these two programmes (Falomir Lockhart and Lamine Sarr 2015). For Machado (2012),

these programmes are important instruments for Brazil's cultural diplomacy: they promote a positive image of Brazil through the training of developing countries' future elites and encourage a privileged relation between Brazil and the African continent, which fits within the logic of Brazil's foreign policy insertion through South-South cooperation.

Final remarks

Hirst and Lima (2006) affirmed that Brazil's desire to obtain international influence and to be considered a major player has been understood principally in terms of its soft power. Brazil has been rising to become an increasingly influential actor on the global scene, by successfully profiling itself as a benevolent power, thanks to its foreign policy's effectiveness to advance its global status through soft power (Marthoz 2011; Soares Castro 2013). During Lula's mandate, culture was considered a key foreign policy axis (Marié 2017). Indeed, Brazil's foreign policy - using cultural diplomacy as a tool - made an enormous move forward on the question of international promotion (Bijos and Arruda 2012). Also, Brazil's approximation to Africa - including through amplified relations in the domain of cultural diplomacy - inserts itself into a strategy of consolidation of South-South relations, an essential component of Brazil's international ascension programmes (Falomir Lockhart and Lamine Sarr 2015).

Bibliographic references

ABDENUR, Adriana, Danilo Marcondes. "Democratization by association? Brazil's social policy cooperation in Africa". *Cambridge Review of International Affairs* 29, no.4 (2016): 1542-1560.

AMORIM, Celso. "Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview". *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (2010): 214-240.

ARROSA SOARES, Maria Susana. "Diplomacia cultural and diplomacia militar: o caso brasileiro". *Estudios Avanzados* 12 (2009): 43-52.

BIJOS, Leila. "A Relevância da Diplomacia Cultural Brasileira no Cenário Internacional". *Blogs Foreign and Commonwealth Office*, 2014. <https://blogs.fco.gov.uk/pt-br/luanaseabra/2014/01/03/a-relevancia-da-diplomacia-cultural-brasileira-guest-blog-por-leila-bijos/>

BIJOS, Leila, Verônica Arruda. "A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira". In *Relações internacionais, gestão do conhecimento e estratégias de desenvolvimento: debates interdisciplinares na primeira década do novo milênio*, edited by Nilzo Ivo Ladwig and Rogério Santos da Costa, 165-184. Palhoça: Editora Unisul, 2012.

BIJOS, Leila, Verônica Arruda. "A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira". *Revista Dialogos* 13, no.1 (2010): 33-53.

BRIMMER, Esther. "Is Brazil a 'Responsible Stakeholder' or a Naysayer?" *The Washington Quarterly* 37, no.3 (2014): 135-151.

BRUK, Boris. "Attract and Rule? Lessons of Soft Power from BRICS Countries". *IMR*, 2013. <http://imrussia.org/en/politics/439-attract-and-rule-lessons-of-soft-power-from-brics>

BUSS, Paulo, José Roberto Ferreira. "Brasil e saúde global". In *Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política*, edited by Leticia Pinheiro and Carlos Milani, 241-268. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A soma e o resto um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação de conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHATIN, Mathilde. *Brazil: a new powerhouse without military strength? A conceptual and empirical quest about an emerging economic power*. Brasília: FUNAG, 2018.

CUMMINGS, Milton. *Cultural Diplomacy and the United States Government: A Survey*. Washington D.C.: Center for Arts and Culture, 2003.

DYTZ FILHO, Nilo. *Crise e reforma da UNESCO: reflexões sobre a promoção do poder brando do Brasil no plano internacional*. Brasília: FUNAG, 2014.

FALOMIR LOCKHART, Nicolás, Mamadou Lamine Sarr. "La place de la diplomatie culturelle dans la politique africaine du Brésil et du Venezuela". *Cahiers des Amériques latines* 80 (2015): 109-125.

FINZETTO, Yves Carneiro. *Difusão da cultura brasileira no exterior: a Divisão de Operações de Difusão Cultural do Itamaraty no governo Lula*. Master's Thesis (University of São Paulo), 2017.

GARDINI, Gian Luca. "Brazil: What Rise of What Power?" *Bulleting of Latin American Research* 35, no.1 (2015): 5-19.

HIRST, Mônica, Maria Regina Soares de Lima. "Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities". *International Affairs* 82, no.1 (2006): 21-40.

KALIL, Mariana, Jacqueline Braveboy-Wagner. "Brazil's International Rise in the Twenty-First Century: Ambitions and Difficulties". In *Diplomatic Strategies of the Global South*, edited by Jacqueline Braveboy-Wagner, 27-58. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

KITSOU, Stephen. "The Power of Culture in Diplomacy: The Case of US Cultural Diplomacy in France and Germany". *The Journal of Public Diplomacy* 2, no.1 (2013): 21-39.

LEE, Sook Jong. "South Korean Soft Power and How South Korea Views the Soft Power of Others". In *Public Diplomacy and Soft Power in East Asia*, edited by Sook Jong Lee and Jan Melissen, 139-162. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

LEITE LESSA, Mônica, Miriam Gomes Saraiva, Dhiego Moura Mapa. "Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula". In *Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política*, edited by Leticia Pinheiro and Carlos Milani, 95-120. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

LIMA, Ana Paula. "Entrevista Celso Amorim". *Revista Sapientia* 24, no.4 (2015): 5-11.

LULA INSTITUTE. "Governo Lula iniciou processo inédito de aproximação com países da África" 2017 <http://www.institutolula.org/governo-lula-iniciou-processo-inedito-de-aproximacao-com-paises-da-africa>

LUSTIG, Robin. "Brazil emerges as a leading exponent of 'soft power'". *BBC*, 2010 <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/8580560.stm>

MACHADO, Gabriel Luiz. *A difusão cultural brasileira como instrumento de política externa: estratégias contemporâneas*. PhD Thesis (Federal University of Rio Grande do Sul), 2012.

MARES, David. "Brazil: revising the status quo with soft power?" In *Accommodating Rising Powers: Past, Present and Future*, edited by Thazha Varkey Paul, 246-267. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

MARIÉ, Solène. "As Políticas de Diplomacia Cultural nas Gestões Cardoso e Lula em perspectiva comparada". In *Dossiê cultura em foco: integração cultural latino-americana*, edited by Bruno Alves Marcelino, 85-106. Jaguarão : Editora CLAEC, 2017.

MARQUES, Joseph, Anthony Spanakos. "South-South relations and the English School of International Relations: Chinese and Brazilian ideas and involvement in Sub-Saharan Africa". *Revista Brasileira de Política Internacional* 57 (2014): 138-156.

MARSILI, Marco. "Brazil: the Carambole Strategy of a Rising Power". *Universities: Relações Internacionais* 13, no.1 (2015): 63-83.

MARTHOZ, Jean-Paul. "Turkey and Brazil - keepers of peace". *The Broker*, 2011 <http://www.thebrokeronline.eu/Blogs/Emerged-powers-in-the-21st-century/Turkey-and-Brazil-keepers-of-peace>

MINISTRY OF EXTERNAL RELATIONS. "Cultural Diplomacy", n.d. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural>

NORT (VAN), Carolijn (2018) "BRICS issue-narrative on culture: strategic or trivial?" *International Journal of Cultural Policy* 24, no.6 (2018): 786-797.

NYE, Joseph. *Soft power: the means and success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

NYE, Joseph. (2010) "Soft power and Cultural Diplomacy". *Public Diplomacy Magazine*, 120-124.

NYE, Joseph. *The Future of Power*. New York: Public Affairs, 2011.

NYE, Joseph. *Is The American Century Over?* Cambridge: Polity Press, 2015.

RODRIGUEZ, Júlio. *Os efeitos de limitadas capacidades materiais na politica externa de pôtencias intermediarias do sistema internacional*. PhD Thesis (University of Lisbon), 2013.

SANTANDER, Sebastian. "La coopération brésilienne avec l'Afrique". *Revue défense nationale* 738 (2011): 37-44.

SATANA, Nil. "Multilateral interventions as a power-enhancing instrument: Rising powers' path from the periphery to the center". In *Brazil as a Rising Power*, edited by Philip Cunliffe and Kai Kenkel, 127-146. London: Routledge, 2016.

SEABRA, Pedro. "A harder edge: reframing Brazil's power relation with Africa". *Revista Brasileira Política Internacional* 57, no.1 (2014): 77-97.

SMITS, Yolanda. "Brazil country report, preparatory action 'Culture in the EU's External Relations'". *Digital edition*, 2014.

SOARES E CASTRO, Andreia. "Fifa World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy 'to win hearts and minds' through sports and football". *Public Diplomacy Magazine* (2013): 28-35.

STOLTE, Cristina. "Brazil's South-South Cooperation with Africa 2003-2013: a decade of Brazilian outreach towards its Atlantic neighbourhood". *CEBRI Artigos* 2, no.9 (2014): 7-21.

THÉRY, Hervé. *Le Brésil Pays Emergé*. Paris: Armand Colin, 2014.

VIDAL PÉREZ, Luis Antonio. *Pop power: Pop Diplomacy for a Global Society*. Digital edition, 2014.

DO OUTRO LADO DA ÓPERA: AS BANDAS COMO FATOR DE EXPRESSÃO DOS NÚCLEOS DE PERTENCIMENTO DOS IMIGRANTES, NA VIRADA DO SÉCULO XX

POR DIÓSNIÓ MACHADO NETO¹

RESUMO

Os espaços de negociação dos imigrantes italianos no processo de formação dos núcleos sociais dentro da realidade rural paulista acabaram formando processos de afirmações de pertencimentos, reforçados por uma rememoração simbólica que concomitantemente mantinha os lastros com a terra original e abria-se para a nova realidade. Muito desse processo se deu pela música, num campo entrecruzado entre a ópera e a banda. No entanto, ao contrário da ópera, que já que estava incorporada nos valores das oligarquias locais e assim

ABSTRACT

The negotiation spaces of the Italian immigrants in the process of formation of the social nuclei within the rural reality of São Paulo ended up forming processes of affirmation of belonging, reinforced by a symbolic remembrance that concomitantly kept the ballasts with the original land was open to the new reality. Much of this process took place through music, in a field intersected between the opera and the band. However, unlike opera, which was incorporated into the values of local oligarchies and thus represented inherently social stratification, the bands emerged as

¹ É Professor Livre-Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e professor do programa de Pós-Graduação em Musicologia da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). É membro do Italian and Ibero American Relationships Study Group (RIIA), sediado no IMLA-Veneza (Istituto per lo studio della música latinoamericana durante il período coloniale); do Study Group IMS Early Music in the New World; e do Núcleo Caravelas do CESEM da Universidade Nova de Lisboa. Recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes em 2009 pela tese "Administrando a festa: Música e iluminismo no Brasil colonial". É fundador da Associação Regional para América Latina e Caribe da International Musicology Society (ARLAC-IMS) e da Associação Brasileira de Musicologia (ABMUS). Coordena o Laboratório de Musicologia (LAMUS-EACH).

representavam a estratificação social inerentemente, as bandas surgiram como o principal espaço dessas negociações culturais entre os nativos e os oriundi. Num princípio, chamadas de forma pejorativa de “bandas dos italianos”, essas agremiações foram fundamentais para a incorporação da comunidade de imigrantes nas estruturas afetivas da subjetividade local, assim como nos ambientes musicais consolidados, como o teatro e o coreto. Através de processos de suas formações, do repertório, das formas e espaços da apresentação pública, assim como da projeção dessas bandas em cenários socioculturais mais amplos, o objetivo desse artigo é problematizar essa movimentação. Especificamente, é sublinhar o processo de transculturação envolvido, focando como a ópera foi um ponto de apoio para um movimento que, ao fim e ao cabo, se desdobrou em muitos sentidos pela música de banda, por ser esta a real possibilidade de articular um patrimônio musical já estabelecido com o local da cultura.

the main space of these cultural negotiations between natives and oriundi. In a first moment, called pejoratively of “Italian bands”, these associations were essentials for the incorporation of the immigrant community in the affective structures of local subjectivity, as well as in consolidated musical sphere, such as the local theater. Through the processes of the formations, the repertoire, the forms and spaces of the public presentation, as well as the projection of these bands in broader sociocultural settings, the objective of this article is to problematize this movement. Specifically, it is to underline the process of transculturation involved, focusing on how the opera was a point of support for a movement, which in the end, unfolded in many ways by band music, because this is the real possibility of articulating a musical heritage already established with the place of culture.

As bandas como espaço de trânsitos culturais

Ao discutir a epistemologia dos processos de hibridação, Nestor Canclini (2008) aponta o desenvolvimento do conceito e define as rotas trilhadas que posicionam a importância desses estudos no desenvolvimento das ciências humanas e sociais contemporâneas: desde estudos interétnicos e de descolonização à compreensão dos fenômenos globalizadores que condicionaram, por processos comunicacionais, o posicionamento dos estudos culturais na liquidação de fronteiras. Canclini (2008, p. xviii) argumenta que os paradigmas desses processos foram forjados em diversos vórtices: da observação da tradição recolhida “no tempo” à celeridade da era da hipercomunicação. Por esse caminho, acaba definindo o conceito de hibridação como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. xix).

Para Canclini, os reagentes sociais são fundamentais—ou melhor, os efeitos sincréticos que estão nas práticas cotidianas, espontâneas, ou como ele define, “discretas”—, para a ativação do processo de hibridação. Argumenta que, pela experiência de deslocamento espontâneo, inerente a toda e qualquer movimentação humana, a hibridação ganha sentido:

Como a hibridação funde estruturas ou práticas sociais discretas para gerar novas estruturas e novas práticas? Às vezes isso ocorre de modo não planejado ou é resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional. Mas frequentemente a hibridação surge da criatividade individual e coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. Busca-se 'reconverter' um patrimônio (uma fábrica, uma capacitação profissional, um conjunto de saberes e técnicas) para reincidi-los em novas condições de produção e mercado (Ibidem, p. xxii).

Porém, podemos acrescentar que, nas práticas diárias, subjetivam-se processos que estão além do que se pode ver, tocar ou sentir. Há sempre um entreato do imaginário, da expressão indizível da cultura, onde os trânsitos dos processos cogni-

tivos tornam-se absolutamente oblíquos; momentos de intersecção de culturas, de tradições; das condições do pensável onde o sentir homogêneo é apenas uma virtualidade, uma projeção de reconhecimento; mais fantasia do que pertença, ou fragmentos e retalhos de algo vivido como forma de autodefesa diante das dúvidas e angústias dos desterrados, deslocamentos ou feudalizações advindas de qualquer opção identitária. Formam-se realidades paralelas que são mais do que práticas, são desejos projetados do que se imagina pertencer em confronto com o que se vive. Neste jogo de subjetividades, o vivido é sempre dinâmico, mutável e adaptável, até mesmo aos sonhos de pertencimentos de homogeneias; é um alter ego de ambivalências. É nesse confronto do vivido com o imaginário de pertencimentos homogêneos que se esboça a tipologia híbrida.

Assim, de um sentimento subjetivo, como a saudade da terra natal, às associações étnicas ou às feudalizações que se forjam em identidades distintivas, o passo é curto. O movimento, qualquer que seja, conflui para organizações de caráter múltiplo enquanto formação, mas unívoco em representação. Por eles, se acelera a intersecção da fantasia com a realidade local por reações indetermináveis, que se forjam nas polaridades das resistências e acomodações. Formam-se partidos: esportivos, trabalhistas/sindicais, filantrópicos, religiosos, culturais, de gêneros, intelectuais, artísticos etc. Formam-se as linguagens das identidades e, concomitantemente, as pautas políticas ou mesmo as pragmáticas de comportamentos.

No entanto podemos pensar que essa partição dos grupos não é mais do que a materialização de crises identitárias. Como afirma Homi Bhabha (1998, p. 247), a identidade cultural—logo, a diferença cultural—, emerge justamente nas crises: “a identidade é reivindicada a partir de uma posição de marginalidade, ou em uma tentativa de ganhar o centro”. É por partidos (seja por associações físicas ou pelas linguagens de identidades) que o confronto com a realidade local se materializa, potencializado por uma simbologia que tem a função de identificar a alteridade, mesmo quando ambivalentes. Essa simbologia consubstancia uma representação; representação que é qualquer metáfora, pois não recupera o local de origem, nem tampouco assume o local de vivência, porém dá a sensação real de acomodação/resistência. Dessa acomodação/resistência derivam trincheiras imaginárias

que dão conforto às utopias, mas também às angústias e fraquezas diante de um real, às vezes imaginado. Assim, o que poderia ser estático, como híbrido, passa a ser “trans”, como movimento.

É nessa plataforma que se justifica e se consubstancia as bandas “dos italianos”, que se formam a partir da década de 1870 em muitas localidades de São Paulo. Cada pavilhão erguido, cada batismo das agremiações ou repertório tocado era a expressão de uma carga transcultural, mais do que uma vocação musical ou desejo de divulgação de uma prática própria, de uma idiosincrasia. Mais do que um grupo consolidado, de sonoridade específica e com repertório próprio, a banda de música deu subsídios para a vivência em espaços associativos de experiências estéticas e, ao mesmo tempo, sociopolíticas. Cada agrupamento era um organismo nascido de desejos e fantasias comunitárias. Eram as metonímias da presença até mesmo na Itália, onde a banda, na altura da década de 1870, não se apresentava como organismo musical predefinido; por *bande musicali* se definiam as agrupações mais díspares, da formação militar da tradição napoleônica à fanfarra, que acompanhava as muitas procissões do calendário católico ou eventos cívicos.

E o fenômeno não era absolutamente novo. Movimentos como o *Risorgimento* talvez não tivessem alcançado a dimensão geográfica e emocional que tiveram na Itália, a partir da década de 1850, sem que as bandas do interior recôndito disseminassem a música de Verdi, evocando assim, em ermos lugares, o espírito da unidade italiana pela melodia do *Va Pensiero*. Redimia-se assim não só a música, mas um sentimento de espontaneidade política, expressa no homem simples que, sem instrução mais sofisticada (musical ou de “letras”), sentia a própria identidade ao tocar ou escutar num clarinete, ou qualquer outro aerófono, as notas que eram de sua própria redenção comunitária constituída num desejo de unidade política.

No caso dos *oriundi* no Brasil, e talvez em toda a América, a encarnação desse sentido rememorativo e ao mesmo tempo de afirmação identitária, através das bandas, não seria possível sem a perspectiva do associativismo, que vinha se constituindo na esteira da transformação socioeconômica, paulatina, do espaço público urbano e das formas de organização política.

Tanto pelo liberalismo que se desenvolvia desde a Independência (1822), como pelo crescimento exponencial dos núcleos urbanos (especialmente Rio de Janeiro e São Paulo), a nova forma de associativismo rompia com as estruturas coloniais, vinculadas principalmente nas zonas de influência e poder da religião. O principal ponto de impulso do associativismo, segundo Leonardo Avritzer (1997, p. 159), foi a exigência do liberalismo de uma “esfera societária” civil mais atuante, comprometida com os termos da sociedade liberal, com opção ao capitalismo. Somente na multiplicidade das associações, da qual o abolicionismo foi o primordial, pode-se analisar inclusive, a dinâmica da imigração e da proletarização da sociedade brasileira.

Este é o tema desse artigo: a banda como articuladora de espaços de múltiplos sentidos: da ópera à política; da música à construção das identidades sociais legitimadas; das árias das óperas que percorriam o interior paulista à música caipira de Cornélio Pires. A mediação desse processo não só persegue uma movimentação humana, através da linha de trem que levava imigrantes às fazendas de café, mas também introduz um problema de circulação de uma sonoridade consubstanciada pela ópera italiana dentro de um *habitus* cultural. É nesse ponto que surgiu o elemento-ponte da transculturação que movimentou o espaço sonoro desse processo: a banda. Por ela, se forjou não só um elo com um repertório tido como “civilizador”—a ópera e a música “oficial” da Igreja—, mas se criou uma transculturação de linguagens que abriu caminhos para manifestações diversas do universo musical regional, principalmente de São Paulo, como se mostra no movimento musical que se consagrou como “música caipira”.

Enfim, o objetivo desse texto é observar espaços de negociação onde imigrantes italianos, no jogo de formação dos núcleos de pertencimento, criaram trilhas de compartilhamento com pertencas locais, pela própria tradição de uma música ancestral.

Para observar a heurística desse processo, optei por considerar o impacto da interação/transposição que intensifica um fenômeno já incorporado, a partir do *habitus* da sonoridade/escuta da ópera italiana, deslocando-o por uma vivência sensível do lugar em que se vive e se projeta nas representações oníricas. Concreta-

mente, a visualização do fenômeno está nos elementos de integração e intensificação de uma estética que tem seu fundamento num deslocamento: ao mesmo tempo em que os imigrantes eram instados a se incorporar na malha social, surgiam naturalmente espaços de “isolamento” que rememoravam ou buscavam pertencimentos comuns, fundando a necessidade de agenciamentos comunitários. Essa separação só poderia se justificar pela preservação dos “pertencimentos”, como, aliás, corrobora Borges Pereira (2002, p.18):

[...] o imigrante italiano foi sendo envolvido, progressivamente, por duas tradições culturais a lhe exigir lealdade: a italiana e a brasileira – o país de origem e o país de adoção [...] A parte brasileira dessa identidade se constrói naturalmente, no dia-a-dia, sem qualquer programação. É natural que isso ocorra. O mesmo, todavia, não se dá com a parte italiana. Esta precisa ser constantemente alimentada para que esse equilíbrio, esse amálgama, essa espécie de cumplicidade de identidade não se perca.

Assim, as *corporazioni musicali* foram ganhando espaço de atuação dentro das sociedades que recém saíam de modelos comunicacionais de lógica colonial. Extremamente flexíveis, a banda atendia a música da igreja, da ópera, do salão e das canções de trabalho.

A ópera: da legitimação social à sonoridade redentora da cultura artística nacional

Para entender o problema das bandas é necessário, primeiro, entender o suporte que esta teve para se consolidar no espaço público nacional. Este suporte é, sem dúvida, a ópera.

A predominância da ópera italiana, nas modalidades de entretenimento da sociedade brasileira urbana do século XIX, transcendia as fronteiras dos estatutos das classes sociais; das fantasias e desejos dos discursos normativos da estética nacionalizante; das ambiguidades dos movimentos doutrinários e de evangelização da Igreja Católica. Como em grande parte do mundo ocidental, a ópera italiana confundia-se com a própria noção de música para o homem comum, infiltrando-se nas

linguagens da música instrumental; nas melodias das canções urbanas; enfim, na expressão musical do dia a dia. Mais, se infiltrava nos entreatos do dizer, nos usos e costumes, nas metáforas e metonímias da cultura espontânea, sem que fosse percebida como tal. Era um verdadeiro fenômeno de massa, sem as artimanhas econômicas da indústria cultural, muito pelo contrário, a indústria do espetáculo nasceu no fluxo da ópera. Em síntese, a ópera, no século XIX, tornou-se um espaço de metaforização de sentidos e espacialização de realizações. Era um lugar comum, transformado em cantiga de folgado; vestida em menina-moça, que sobre o bel canto expunha, ainda tímida, sua figura antes escondida; ou até mesmo em tópicos marciais, que reduziam a invenção que de compositores como Carlos Gomes exigiam saberes sedimentares a um fluir espontâneo da música de banda.

Evidentemente, esse fenômeno tinha, no gênero em si, um ponto de produção, discussão pública e estética, que acumulava energia transformadora do entretenimento público desde o final do século XVII. Porém, o modelo da ópera séria italiana espalhou e muito sua influência. No Brasil, por exemplo, o bel canto se fazia presente desde a gestualidade modinheira até as polêmicas públicas, como se vê na reação do alto clero, na década de 1860, contra a presença diuturna das melodias operísticas em *contrafactum* religiosos. Concretamente, a ópera consubstanciou-se em ato de modificação social. Cantoras de ópera se transformaram em ícones do gênero, e cantar árias era um ideal da alta educação feminina. Nos grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, diversas crônicas demonstram a fantasia social ao redor do bel canto. Diziam os cronistas que professores de canto se contavam aos borbotões pela cidade. Inclusive, Augusta Candiani, a cantora italiana mais popular da primeira metade do século XIX na corte carioca, representou o auge do culto romântico à mulher; e de sua opressão.

Enfim, os desdobramentos dessa cultura eram inúmeros na sociedade brasileira do século XIX. Pode-se dizer que, pela ópera, iniciou-se o desenvolvimento do fotojornalismo. Pela ópera, discutiu-se política, como se vê nas crônicas de Machado de Assis e Martins Pena; animou-se, inclusive, a questão do feminino, numa sociedade de laços marianos, onde a mulher deveria ser preservada de costumes tidos e havidos como de barbárie generalizada e de degeneração moral, como já discuti

em um antigo artigo que tratava sobre a relação da música com as mulheres:

[...] desde à modinha, vinha consolidando uma pequena abertura do claustro que a apologia à santa mãe imprimiu nos tempos do fundamentalismo contra-reformista (sic). Sublimando o impacto na mocidade, a comoção por Candiani expandiu-se para as damas, pois a febre estudantil estipulou padrões para as relações de conquista amorosa, amalgamando o carisma da diva com a personagem que lhe rendeu fama, Norma. Assim, “a casta diva” desvelava à juventude um questionamento pertinente da era vitoriana, já que a história da sacerdotisa druida representava a ambiguidade da época: a luta entre o sagrado e o profano, a dicotomia insolúvel entre o desejo do amor e a missão sagrada com a moral do mundo. Constituíam-se, assim, um ícone de redenção feminina na fusão entre Candiani e a personagem que a redimia. O efeito no universo feminino, então, justificava ainda mais a aquisição do dote lírico, para uma existência onírica indistinta entre Candiani e Norma. As publicações de reduções para piano e mezzo-soprano das árias da ópera de Bellini não tardaram a surgir. Entre elas, a feita por Francisco Manuel da Silva, em 1844, com tradução para português. Paralelamente, consolidava-se uma imagem feminina do músico, ajudada por periódicos que condenava a prática do violino e da flauta, dizendo que a natureza lhes destinou o canto, a harpa ou o piano. Esse movimento cresceu com publicações como o *Jornal para Mulheres* (iniciado em 1852, no Rio de Janeiro) que, intermitentemente, publicavam músicas que buscavam um esteticismo endógeno e auxiliar à categorização da identidade feminina (MACHADO NETO, 2007, p.23).

Já por um sentido mais abstrato, poderíamos dizer que, pela ópera inúmeras mediações ocorriam. O principal era um processo de transculturação imperceptível, pois a ópera se espalhou, como modelo musical e sonoridade, em um espaço público muito além do teatro. Talvez o mais importante foi que, pela ópera, deu-se a formação do *topos* de movimentos e gêneros muito distantes entre si: da música caipira à hibridação metaforizada do nacional, como podemos ver em algumas passagens das óperas de Carlos Gomes, como a profonia de *Il Guarany*.

De forma mais oculta, mas não menos importante, a ópera foi fundamental para todo o processo do braço cultural da política de imigração, a partir da década de 1870. Isso porque, de certo modo, o processo de acomodar um encontro de culturas dentro de uma política civilizacional radical teve, como ponte, a experiên-

cia sensível forjada sobre uma topologia musical de múltiplas matrizes, mas que tinham algo em comum: a sonoridade operística. Em síntese, o problema localiza-se no lugar de manifestação da transculturação onde a música de ópera passou por uma ressignificação em muitos aspectos, desde a partitura adaptada para as bandas locais até a formação de tópicos musicais que serviam às cantigas populares, como o lamento que aparece em tantas e tantas canções do universo caipira que tratam da saudade. Enfim, onde a abrangência de uma sonoridade tradicional encontrou-se com a temporalidade do local, pelas necessidades de um uso que localizava uma identidade.

A ópera italiana como ponte de memórias no desterro

À data do início mássico da imigração italiana (1870), a ópera italiana já era uma conquista revelada por um padrão irreduzível que estava incorporado ao senso musical brasileiro, caracterizando inclusive, o romantismo musical. Era um agenciamento dinâmico, que “integrava” a sensibilidade com a razão representativa de uma ordem. Era um lugar-comum, um ponto de agregação de tal dimensão que sua negação veio por uma antítese em forma de manifesto estético que fundou a sensibilidade contemporânea, o Modernismo Nacionalista.

No entanto, longe do que vemos nos manuais de história da música no Brasil, a força da ópera italiana não estava apenas no amplo repertório que se espalhava pelas companhias de ópera que, mambembes, circulavam por toda América. Boa parte de sua divulgação estava em grupos ocultos pelo cotidiano; pelo trato simples do exercício da música nas salas de estar ou nos coretos das bandas. Esses ambientes, que já estavam enraizados no Brasil foram, por si só, um ponto de acesso à cultura local no momento em que as turbas de imigrantes chegaram ao Centro-Sul brasileiro. Em pouco tempo, o estranhamento da nova terra transformou-se em oportunidade de modificação do sentimento de desterro.

Porém, diante da precariedade dos lugarejos que assentavam os imigrantes, a música de ópera era vivida transfigurada em música de banda. Num princípio, chamadas de forma pejorativa de “bandas dos italianos”, essas agremiações

Somando elementos expressivos na representação do local, essa “nova” música fundava espaços de definições e experiências transformadoras, ou seja, um espaço de metáforas móveis. Tais metáforas, no entanto, não eram propriamente a música de ópera, mas campos expressivos correlacionais, ou seja, símbolos codificados da ópera. Esse lugar comum, essa tópica de ópera, era subliminar numa modinha, ladainha ou mesmo na canção que exibia os dotes civilizados das sinhás. Formavam-se, então, realidades que tangenciavam, pela sensibilidade espontânea ou pela razão civilizatória, uma escuta compartilhada, sem necessariamente ser a música original. Nessa abertura da simbolização era onde, justamente, se enraizavam as formas locais de expressão, sem perder o contato com uma ideia sonora já cristalizada.

Mundos paralelos de experiências, ou topologia de um novo contexto? Essa é a questão que precisamos decifrar além da sensação que a visão empírica nos permite ter.

O primeiro aspecto a ser recorrido para a formação das condições de recepção das bandas dos italianos, como forma de nucleação da “nova identidade” e fios condutores de inclusão e desvelamento de uma temporalidade que permeará a metaforização tópica, é justamente a questão do *topos*, ou seja, as gestualidades reminiscentes organizadas num sistema complexo, considerando que a tópica de ópera já era um campo expressivo. Pelo lugar comum, que correlacionava o escutado às melodias operísticas, é que se consubstanciava a condição de simpatia onde qualquer invenção poderia ocorrer. Era um contraponto do gosto do tempo que movimentava o local, tornando polcas, valsas, tangos e infinitas aberturas de óperas italianas em música nacional. Aliás, esse era o desespero do compositor de polcas Pestana, o “homem célebre” de Machado de Assis.

Crônicas, como a que aparece no pasquim *O Cabrião*, de 1863, dão noção da imposição intransitiva da ópera italiana:



– Vovô, sente-se para ouvir o "Borboletismo".
– Eu já vi esta "opera": responde o gorducho cidadão.

Fig.1 - O Cabrião. Fonte: Carlos Penteado de Rezende, Tradições Musicais da Faculdade de Direito de São Paulo (São Paulo: Edições Saraiva, p.183, 1954)

Ao mesmo tempo essa antropologia da escuta, que condicionava os gostos, também demandava a circulação do patrimônio musical em títulos quase sempre reiterados de obras de Rossini, Bellini, Donizetti, Verdi e Mascagni. Pouca variedade, é verdade, mas que produzia muita energia para consumi-la.

O trânsito de companhias italianas de ópera na região de São Paulo remete às primeiras décadas do século XIX, o que era natural dada à italianização da cultura musical luso-brasileira desde meados do século XVIII. Sergio Casoy (2006, p. 21) afirma que no Teatro da Ópera da cidade de São Paulo apresentou-se a Companhia Zachelli, no dia da Proclamação da Independência. Outras escassas informações apontam para a presença de trupes de artistas italianas, apresentando espetáculos de variedades que tinham nos seus elencos cantores líricos, malabaristas, instrumentistas de instrumentos "exóticos" - como tocadores de taça de cristal -, enfim, um espetáculo entre o circo e o concerto. A Companhia de Variedades Schumann era uma das mais famosas (FERRARI, 1895, p. 190), porém, havia muitas que vagavam pelos pequenos teatros da América, como a trupe

Família Pesenti de origem italiana que, em 1860, no Teatro Santos (REVISTA COMMERCIAL, 1860, p.3), apresentou números de dança, entre elas tarantelas napolitanas, e “experiências de prestidigitação”.

Porém, percorrendo as fontes empíricas da Província de São Paulo, não há indícios de presença das companhias líricas em temporadas regulares, ou ao menos promovendo um espaço de recepção tradicional permanente, até o início da década de 1880. O fenômeno torna-se uma interrogante, já que o sistema de trânsito de companhias que vinham da Europa traçava pontos de parada entre Montevideú e São Luiz do Maranhão, desde a década de 1850. Levanta-se a questão, por que a província não mantinha esse movimento de récitas, como acontecia em outros portos sul americanos?

Provavelmente a causa seria as especificidades geográficas da região. Entre o porto de Santos e as cidades de porte econômico médio, como São Paulo e Campinas, havia uma cadeia montanhosa—a Serra do Mar—que deveria ser vencida no lombo de burros, até a década de 1870. A própria cidade de Santos era de pequeno porte, e seus teatros (o Teatro Santos até meados de 1860, depois o Rink, até 1882) não tinham nem de perto a estrutura de um Colón de Buenos Aires; ou do Solís de Montevideú; do Lyrico Fluminense do Rio de Janeiro; do São João de Salvador; e do Santa Isabel do Recife. Logo, na equação de custo-benefício, a “barreira” geográfica que dificultava ao extremo o acesso aos teatros de São Paulo (não muito maiores que o Teatro Santos ou o Rink), somado à condição módica da cidade litorânea, eram determinantes para a não realização de temporadas líricas. Prova disso, é que os espetáculos líricos só chegaram em Campinas em 1874 (NOGUEIRA, 2001, p. 69), e em Santos há notícias de apresentações de companhias líricas já em 1861, quando a *Companhia Lírica Italiana* apresentou no Teatro Santos a ópera *Lucia de Lamemor*, de Donizetti.

Porém, já a partir de meados da década 1870, após a inauguração da linha São Paulo Railway e do entroncamento com a Companhia Férrea da Mogiana, a situação mudou. Não porque as companhias líricas encontraram melhores condições de teatros, mas sim porque melhorou consideravelmente o acesso a cidades paulistas distantes do litoral santista. Assim, além de um papel de ordem vital - o gos-

to—, foi o recém-fundado sistema férreo que articulou o incremento da “sociedade da ópera” com a nascente economia agrária da região.



Fig. 2 - O “Teatro Santos” (casa térrea à direita) funcionou até meados da década de 1860

A interiorização da ópera italiana, em São Paulo

A ópera tradicionalmente representava modelos de exibição da condição socioeconômica e adesão às formas “civilizadas” de estar na sociedade. Era um símbolo de ostentação, forjado no espelhamento dos trâmites sociais das grandes cidades europeias. Assim, desde o primeiro momento de desenvolvimento social da burguesia comercial, no Brasil, ocorreu um natural incremento das atividades das companhias líricas italianas.

Naturalmente, a ópera foi um importante elemento de empoderamento da elite rural paulista, assim como o desenvolvimento da cultura de salão que tinha no piano e canto seu centro de gravidade. Porém, diga-se de passagem, esse processo, em um primeiro momento, foi independente do movimento de imigração. Estava mais bem ligado às formas de transição sociocultural das novas elites que surgiam, nessa região, na esteira do agronegócio.

Um primeiro fenômeno desse redimensionamento pode ser visto analisando a transformação dos gêneros apresentados nos teatros. Em pouco tempo diminuiu

consideravelmente, nos palcos das cidades alcançadas do sistema férreo (Santos, São Paulo, Jundiaí e Campinas), antigas preferências de entretenimento, como o teatro português, as companhias de acrobacias e prestidigitações e, também, os pequenos teatros de costumes, conhecido como *farsas*. Notícias, como vemos na *Revista Commercial* de Santos, de 1859, começaram paulatinamente a desaparecer:

Teatro Santista//companhia dramática//dirigida e ensaiada pelo ator//Domingos Martins de Souza//quarta-feira 27 de abril de 1859//benefício do ator //Jose Vitorino da Silva Azevedo//subirá à cena a interessante e aplaudida comédia em 3 atos, ornada de música, intitulada//*O genro do Sr. Laranjeira*//seguir-se-á cantando e dançando pelo Sr. Domingos, e a sra. D. Rosalina, o engraçado dueto// *O meirinho e a pobre*//terminando com a moderna e muito divertida comédia, traduzida do francês, denominada://*O Aman-te emprestado*// (REVISTA COMMERCIAL, 1859, p.4)

Já na década de 1870, o ambiente teatral era completamente diferente. Segundo Edson Silva (2008, p. 99), no mesmo ano de 1870 só se representou uma obra de autor português, no caso, o aclamado Mendes Leal. Evidentemente, a “substituição” do teatro português pela ópera italiana não foi repentino e nem tampouco terminal. Grêmios e Companhias dramáticas nativas continuaram a ocupar a cena local, e autores que desenvolviam a fórmula do *drama de realidade*, como Mendes Leal e Ernesto Biester (SILVA, 2008, p.191), continuaram vigentes até meados de 1880.

No entanto, o trânsito da ópera italiana intensificou-se a partir da década de 1870, justamente na medida em que a imigração italiana ganhou proporções de diáspora. Aos poucos, as assinaturas para constituir fundos para a visita de companhias líricas que vagavam a costa atlântica da América do Sul se multiplicaram no interior da Província de São Paulo. Já em 1874, armou-se o espírito do novo tempo com a presença de uma companhia lírica que, ao contrário das óperas de ocasião, que vez ou outra apareciam nos teatros paulistas, ofereceu uma temporada lírica, com diversos títulos.

Organizada por Guiseppe Ferri, que já tinha experiências anteriores de excursões no Brasil, a companhia trouxe o seguinte elenco: a soprano Emilia Pezzoli; as mezzo-sopranos Marietta Polonio e Luisa Canepa; os tenores Guiseppe Limberti e François Rego; os barítonos Leon Barcena, Ferri, Prevost e Bonfati; os baixos Jorge Mirandola e Juan Caneca. A regência estava a cargo do maestro Gabriel Giraudon. A temporada foi aberta em 01 de novembro, com a ópera *Attila*, de Verdi, e encerrou-se a 30 de dezembro, com *Il Trovatore*, do mesmo compositor (SILVA, 2008, p. 64).

Apesar de na mesma época companhias de zarzuelas e de café-concertos, e suas *chansoniers* francesas, compartilharem a atenção da terra, o desenvolvimento da “italianização” do teatro paulista, assim como de toda a sociedade de uma forma geral, caminhava por espaços cada dia mais extensas. E o principal fenômeno pode ser medido pela interiorização do itinerário das companhias italianas.

Pelo circuito interligado das estradas de ferro São Paulo Railway e a Companhia Mogiana, que se estendeu até Ribeirão Preto em 1880, a companhia lírica de Guiseppe Ferri, citada acima, chegou à Campinas.² É justamente dessa apresentação as primeiras imagens de cantores italianos na Província de São Paulo, com destaque para Giorgi Mirandola, um baixo aclamado em Bologna que, entre outros louros, cantou na estreia de *Roberto il diavolo*, de Giacomo Meyerbeer:



O Baixo Mirandola (1875)
Figurino da ópera Ernani de Giuseppe Verdi
Acervo: Centro de Memória Campinas



O Barítono Barcena (1875)
Figurino da ópera Ernani de Giuseppe Verdi
Acervo: Centro de Memória Campinas

Fig.3 - Cantores líricos italianos de passagem por Campinas,
em 1874.

²Segundo a musicóloga Lenita Waldige Nogueira, a Companhia Ferri inaugura a apresentação de óperas na cidade de Campinas (NOGUEIRA, 2001, p. 69).

Há de se dizer que o fenômeno não ocorria apenas em São Paulo. A partir desse ano de 1880, o Novo Mundo se povoou de companhias italianas, algumas com grandes aparatos e outras apenas modestas. Algumas excursões ficaram célebres, como a de Tomás Passini, que trouxe consigo o então aclamado compositor de *Il Guarany*, Carlos Gomes.³ Outras se diluíam no trajeto, pelo arremedo humano da aventura que desgarrou inúmeros cantores, instrumentistas, regentes e empresários.

De fato, uma verdadeira diáspora de músicos promoveu movimentações de diversas ordens que acabaram por modificar o próprio cenário musical brasileiro. Entre os muitos fenômenos que podemos destacar, ocorreu uma disseminação espontânea de partituras e saberes que não apenas estava na recepção imediata da prática musical, e sim nos entreatos das vivências e experiências profissionais. Músicos dissertavam; partituras se “espalhavam”; desejos e fantasias nutriam as expectativas que se projetavam nos filhos dessa imigração musical. No jogo das necessidades e oportunidades, empresários e outros profissionais ligados ao negócio da ópera se radicavam longe da Itália; novas tecnologias surgiam na terra. Movimentava-se não só um negócio, mas o próprio local da cultura. É digno de nota a presença de um exemplar do manual de *partimenti - Regole musicali per principianti di cembalo nel sonar coi numeri e per principianti di contrappunto* - do aclamado professor radicado em Nápoles, Fedele Fenarolli (1730-1818), entre os papéis dos despojos de José Pedro de Santana Gomes, irmão de Carlos Gomes. Esses manuais eram o segredo para o sucesso e destreza dos compositores de ópera italianos como Paisiello, Rossini, Belinni, para citar alguns que fizeram muito sucesso no Brasil.

No que diz respeito ao trânsito de pessoas, caso exemplar é o de Pietro Setragni, ou Pedro Setragni, seguindo a tradição de traduzir o nome para a fala local, mantendo o sobrenome italiano. Assim como tantos outros cantores italianos, o tenor Setragni tornou-se um diletante na América. Servindo a diversas companhias

³Segundo Márcio Páscoa (2009, p. 26), a companhia permaneceu longo período em Belém, chegou à Manaus, e depois desceu pela costa brasileira, apresentando-se em Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Retornou em 1882, trazendo novamente um elenco de cantores de notório reconhecimento.

líricas mesmo quando já possuía a sua própria, Setragni tornou-se um agente importante da arte lírica no Brasil, na década de 1880.

É possível trilhar as apresentações de Setragni da Argentina ao México, e inclusive em época anterior, quando tentou a sorte na Espanha. Em 1865, a *Gaceta Musical de Madrid* anunciou o elenco da companhia lírica italiana, que se apresentaria todo o ano no Teatro Liceo de Barcelona. Nela atuava Setragni, e os comentários se referiam a uma “compañia de principiantes” (*Gaceta Musical de Madrid*, 1865, p. 3)⁴. Já em 1872, fontes empíricas mostram Setragni na América como tenor de uma companhia em Montevidéu, cantando *Rigoletto* e *Il Ballo in Maschera*, no Teatro Solís.⁵ No México, esteve em 1875 com a Companhia Lírica Visconti (FERRARI, 1895, p. 194). Porém, foi no Brasil que formou sua própria empresa, a “Associação Lírica Italiana”, que se apresentou do Rio Grande do Sul ao Amazonas, principalmente entre 1880 e 1886.

Inúmeras são as citações sobre sua companhia, o que indica um forte labor empresarial. Boccanera Júnior (2008, p. 191) descreve duas passagens de Setragni pela Bahia como eventos de importância capital já que, por ela, teria sido apresentada ao público baiano a ópera *Salvator Rosa*, de Carlos Gomes: “esta companhia cantou, na noite de 7 de outubro, a ópera *Salvatôr Rosa* (sic) sob a regência, novamente, de Carlos Gomes, como em 1880, quando a Bahia ouviu, pela primeira vez, essa inspirada partitura do glorioso compositor patricio”.

Pela companhia de Setragni pode-se também observar algumas constantes. Primeiro, o método empresarial baseado no contato com os donos de teatros, pedindo a “abertura de assinaturas” para constituir garantias de bilheteria antes da apresentação, como se pode perceber numa mensagem enviada ao Diário de Santos, em 24 de janeiro de 1880: “peça aos cavalheiros que se interessarem pela ida da minha companhia a essa bela cidade, o favor de adiantar as assinaturas já principiadas para que eu possa ter em breve o prazer de os tornar a ver” (DIÁRIO DE SANTOS, 1880, p. 2). Segundo, a própria constituição das trupes: formada exclusivamente por cantores e regente italianos, inclusive contando com figuras raras

⁴ Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0003738639>>. Acessado em: 15 de janeiro de 2019.

⁵ Disponível em: <http://www.lavoceantica.it/Cronologia/P%20-%20Q%20-%20R/Rigoletto.htm>. Acessado em: 25 de setembro de 2017.

fora de Nápoles, como baixos-bufos. Os instrumentistas poderiam ou não acompanhar a companhia. Músicos extras eram contratados de gente da terra, assim como coristas. Fato que por vezes era destaque negativo nas crônicas jornalísticas, mas que por outro lado incentivava a prática musical em regiões de possibilidades de trabalho bastante constrangidas: “Muito concorrido e merecidamente apreciados os espetáculos da companhia lyrica (sic) dos srs. Milone & Rotoli. A não ser a *Aída*, cuja representação foi um verdadeiro desastre, determinado pela orquestra e corpo de coros, as demais peças foram bem interpretadas” (Revista Santos Ilustrado, 1903, p. 4).

Inúmeros cantores de qualidade, ou pelo menos de grande experiência, excursionaram com as companhias líricas italianas no Brasil entre 1860 e 1920. Destacam-se, entre tantos e tantos artistas, Emília Pezzoli, Antonietta Pozzoni (que cantou na estreia italiana de *Salvator Rosa*, de Carlos Gomes), Titta Ruffo, Giorgi Mirandola, Guisepe Ferri, Luigi Lelmi (que cantou na estreia carioca de *Il Guarany*, em 1870), Giselda Morosini, Regina Pacini, Mauni Agulha. Na direção musical perfilaram regentes como Carlos Gomes, Arturo Toscanini e Pietro Mascagni. O sistema movimentou também o trânsito de saberes pelos empresários que aqui aportavam, como Angelo Ferrari (que organizou a estreia carioca de *Il Guarany*), Guisepe Ferri e Ettore Vitale. Outros desenvolveram seus negócios no Brasil, desgarrando-se das companhias que vinham como artistas, como Pietro Setragni, Luigi Milone, Donato Rotoli (os dois constituíram a sociedade Milone & Rotoli, que organizou inúmeros espetáculos líricos na região de São Paulo), entre outros.

Músicos *oriundi* modelaram de vez a música paulista. Entre uma infinidade destes destaque: Lamberto Baldi; Calixto Corazza; Savino de Benedictis; Francesco Chiafarelli; Armando Bellardi; Agostino Cantú; Arturo De Angelis; Furio Franceschini; Pietro Angelo Camin; Guisepe Tescari. Aliás, pode-se dizer que a prática da música na *Belle Époque* paulistana deu-se por sobrenomes italianos, inclusive quando a memória de Verdi, e principalmente de Carlos Gomes, deveria ser opacada. Em menos de cinquenta anos de imigração de músicos italianos, surgiram as primeiras gerações de músicos ítalo-brasileiros. Camargo Guarnieri, Francisco Mingnone, Radamés Gnattali nasceram de famílias que aqui chegaram da Itália e se reconhe-

ciam na música. Por ironia do destino, ajudaram na liquidação da música de seus ancestrais, sendo cabedais do nacionalismo musical brasileiro.

Porém, se Carlos Gomes era um símbolo da italianização da música brasileira, outro fenômeno igualmente deve à diáspora italiana suas identidades e semelhanças: os intérpretes brasileiros que cresceram vendo as companhias italianas. Estes venceram justamente na arte lírica, como Nícia Silva: uma soprano ligeiro nascida em Iguape - na época uma pequena vila do litoral paulista -, em 1876. Semelhança, inclusive, na perspectiva de trânsito, agora retrovertido, mas de todas as formas restaurando o sucesso que alcançou no final do século XVIII, Joaquina Maria da Conceição, a Lapinha. Praticamente cem anos antes, Lapinha, a soprano ligeiro paulista, abriu uma senda de cantoras líricas brasileiras, que se notabilizaram nos palcos da Europa cantando ópera italiana. O movimento inaugurado por ela foi seguido por Nícia Silva e, posteriormente, por Vera Janacópulos e Bidu Sayão.

O associativismo como a lógica impulsionadora da cultura imigrante

Antes de entrar propriamente no problema das bandas como espaço de transculturação, ação política e de modificação social, é importante algumas considerações introdutórias sobre o fenômeno que ampara todo o problema: o associativismo no Brasil.

Primeiro, há que se dizer que o processo de imigração por si só criou uma nova lógica modal na sociedade brasileira. Não que esta não estivesse acostumada ao encontro das etnias e também a conflitos estamentais. O Brasil nasceu mestiço, multiétnico, de religião sincrética e de práticas políticas ambíguas. O público e o privado fundiam-se em interesses conjugados por polarizações de poder, ou seja, a institucionalização do policentrismo como doutrina administrativa.

Sendo a sociedade brasileira fruto de sistemas sociopolíticos articulados, sob a fragilidade das relações estamentais, da fragmentação do poder e estratificação aguda da sociedade, a experiência da organização social se dava nas instabilidades de um sistema que não se definia com paradigmas claros, mas sim em

negociações arbitrárias com as elites da terra. O “possível” estava no lugar do planejamento; o “ajuste”, no lugar da política de Estado. Enfim, a experiência política se dava nos suportes de sistemas frágeis de equilíbrio, pois eram sustentados em projetos - ou pela falta deles -, que se manifestavam e encadeavam continuamente em espaços de relações tênues entre religião, a administração pública e a patrimonialização do estado.

No entanto, no Brasil, muitas rotas de ação sociopolítica constituíam-se por uma expressão da consciência possível. Diante de muitas alteridades, ações sociopolíticas eram impossíveis de solução dentro da experiência e epistemologia europeia. Desta forma, no jogo das oscilações políticas, o trato social desenvolveu-se numa tradição de mitigação das imposições das políticas de estado, substituída por uma ação pública corporativista e subserviente às elites da terra. A consequência desse processo foi a formação de um sentido de conformismo do grosso da população e, conseqüentemente, no desenvolvimento de uma visão individualista e utilitarista do espaço e patrimônio público; paradoxalmente, é nessa energia que surge o suporte do associativismo.

Primeiro, há que se entender, mesmo que superficialmente, a força que o associativismo teve no Brasil da época da imigração. Eram forças vitais e seculares que modelavam as relações políticas desde longa data. No Brasil, duas forças eram articuladas na validação do associativismo para as políticas públicas e divisão do poder: uma no modelo social-religioso fincado no laço íntimo entre Igreja e irmandades, como afirmei acima; e outra, mais velada, no incentivo do associativismo para a política de controle social (diga-se político-policialesco) da população.

No que diz respeito ao controle social, podemos ver que, desde remotas épocas coloniais, a política da sensibilidade a motins tratava de cavar inconfidências buscando controlar associações como as irmandades. Traço clássico que moveu toda a ordem pública desde meados do século XVII, associar as pessoas facilitava as ações de repressão e controle e, ao mesmo tempo, potencializava a formação de intrincadas redes de poder. Para integrar ou excluir, o associativismo estava no cenário público como a expressão regida nas estratégias arcaicas de formação e controle das zonas de influência e poder.

No entanto, o impulso liberal, principalmente após a década de 1830, transformou suas características. Primeiro, porque esse associativismo burguês impunha uma ação de reacomodação, ou pelo menos de mitigação, das antigas alianças oligárquicas do Antigo Regime, que rezava na cartilha do Padroado Régio. Essa contestação, a princípio tênue, mas que levou a ruptura da aliança da Igreja com o Estado na década de 1860, era fruto do movimento da burguesia dos trópicos, buscando a Revolução Francesa possível. Mais, foi nesse processo que, pouco a pouco, o apelo religioso do associativismo foi se transformando e se expandindo para muitos campos do edifício social, da organização de grêmios culturais às associações para o benefício do comércio. Esse impulso liberal também se articulou dentro do processo da política de imigração estrangeira, principalmente através do surgimento das associações mutuaras e culturais.

Assim, mesmo considerando as grandes diferenças entre as formas de associações das irmandades, das maçonarias, das associações filantrópicas e das esferas societárias dos republicanos e abolicionistas, o associativismo *oriundi* continuou a consubstanciar o modelo de uma tradição fundada na doutrina da distinção e organização do poder, ou melhor, da sua concentração e projeção. Tanto era assim que Machado de Assis, em *Memorial de Aires*, observava ironicamente que, no Brasil, o romance de Romeu e Julieta não se daria: “nos nossos municípios, ao norte, ao sul e ao centro, creio que não há caso algum. Aqui, a oposição dos rebentos continua a das raízes, e cada árvore brota de si mesma, sem lançar galhos à outra, e esterilizando-lhe o terreno, se pode” (MACHADO DE ASSIS [1908], 1957, p. 19).

No entanto, a força do associativismo dos imigrantes foi consequência do próprio modelo estrutural da política do processo da imigração, já que se deu por um conceito de isolamento através da formação de glebas de imigrantes: as colônias de trabalho em fazendas do interior paulista criadas em 1874.

A questão de como implementar a imigração foi controversa, desde tempos do Senador Nicolau Vergueiro (1778–1859). Bem antes desse processo ser posto em marcha, ele já era contestado pela antevisão do que poderia significar na formação de grupos de poder estranhos à tradição nacional. Em 1852, uma matéria do semanário *Revista Commercial; monitor dos negócios santistas*, intitulada *Colônias*

Isoladas criticava tal política:

É um erro que não podemos deixar de lamentar o mandarem vir homens da Europa para colocar longe das povoações. Isso teria lugar se no Brasil fivesse superabundância de gente. Pelo sistema até agora seguido acha-se o colono isolado, não pode dar extração aos gêneros de sua indústria ou cultura, não pode ter certos gozos que as cidades oferecem. Vem logo depois, as saudades da pátria, dos amigos, dos parentes. Começam a escrever para os seus, contra nós e contra o Brasil [...] O homem isolado é tímido, selvagem, inepto, entretanto muitos homens reunidos dão incremento à indústria, aperfeiçoam as artes, e espalham a atividade, a abundância e a vida (REVISTA COMMERCIAL, 1852, p. 1).

Como vaticinou o articulista da *Revista Commercial*, o paradoxo da política de imigração foi sentido no desenvolvimento geopolítico cultural das regiões assistidas com a política imigratória. Em pouco tempo, as colônias de italianos ganharam foro de vilas e cidades na macrorregião da Mogiana, como Aguai, Santa Rita do Passa Quatro, Tambaú, Santa Rosa do Viterbo, Casa Branca, Santa Cruz das Palmeiras, Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, entre outras. As relações que forjaram tais possibilidades respondiam à formação de microssistemas sociopolíticos, na plataforma da sociedade pensada para a hegemonia estamental, ou seja, para marcar diferenças entre as “qualidades” das pessoas. Assim, a própria história política dessas cidades representa o itinerário político da imigração italiana: do trabalho semiescravo à expressão política do associativismo.

Porém, nem tudo eram sombras. A partir da virada do século XX, parte dessa população, já assentada em núcleos urbanos, como São Paulo, formou uma nova burguesia comercial. Esta conseguiu avançar sobre terrenos antes dominados pelas elites rurais e promover uma profunda transformação nos costumes socioculturais paulistas. Um movimento que, além das novas modalidades de organização produtiva, tinha seus pilares na transformação do próprio espaço público e, consequentemente, nas modalidades de entretenimento onde as bandas se inserem.

Durante toda a segunda metade do século XIX, e principalmente a partir de 1870, as cidades foram lentamente mudando. Além do comércio, modificava-se o

centro das redes sociais. Surgiram cafés, praças com coretos e jardins públicos, teatros e clubes esportivos que, entre outros fenômenos, enfraqueceram os tradicionais lugares de vida social e assembleísmo, como a igreja. E mais, a nova burguesia comercial, principalmente do último quartel do século XIX, tratava de superar a ideia de cidade como espaço de pobreza, doença e rebeliões. No contraponto da ideia colonial dos conglomerados urbanos, usados para o trânsito das mercadorias, nascia o desejo de transformar as cidades em locais da civilidade.

Assim, o associativismo animou-se em outra perspectiva, o das atividades laicas. Já a partir de 1850, por vias de um crescimento da sociabilidade que privilegiava o entretenimento da cultura artística, o associativismo encontrou espaço propício para seu desenvolvimento. A nova burguesia comercial, em associação com parte da elite liberal, organizou uma infinidade de clubes literários; dramáticos; de ciências; musicais; esportivos; carnavalescas; etc. Na esteira dessas associações surgiam jornais, bandas, orquestras, grupos de teatros amadores, e, inclusive, grupos políticos, como abolicionistas e republicanos. Tinham vida efêmera no nome, porém criavam movimentos que foram, aos poucos, transformando o espaço público. Foi tão impactante o movimento que, diante da profusão de associações, o Estado inclusive determinou o controle policial para habilitar novos agrupamentos; a governação do Brasil temia infiltrações de ideias subversivas à monarquia, velada em grêmios e sociedade diversas. Em síntese, a partir de meados do séc. XIX, com o avanço da cultura burguesa, a fórmula do associativismo redefiniu o próprio caráter da mutualidade: da religiosidade das irmandades para a filantropia das artes e do esporte, ou ações político-assistencialistas das associações leigas, como as associações para o comércio.

A diferença desse associativismo cultural, para o associativismo vinculado ao movimento da imigração, era a projeção das vivências. Primeiro, o associativismo imigrante trazia uma forte marca na criação de espaços para agregar a etnia, fosse para a busca de melhorias sociais, através da política, ou para potencializar as memórias no desterro, através das artes. Assim, mesmo na miséria, o homem europeu reunia pertencas que potencializava um poder de pronunciar iniciativas, que tinham energias superlativas em relação ao homem simples do campo, e incomen-

suráveis diante dos homens negros, subjugados por um *apartheid* que não cessou com o fim do regime do trabalho escravo.

Outro aspecto importante é que, em relação à própria elite da terra, no pareamento com o estrangeiro europeu, a articulação do imigrante dentro do sistema capitalista acumulava experiências que igualavam, ou mesmo superavam, os modelos essenciais para o signo da época: a inovação como base do progresso. O desenvolvimento da indústria e do comércio nas mãos dos italianos, a partir da primeira década do século XX, prova a tese.

Assim, diante desse cenário, as relações sociais definidas no sistema da colonização, por trabalhadores livres europeus, eram absolutamente distintas da era da escravidão, ou mesmo das associações religiosas e laicas da primeira metade do século XIX. E mesmo quando o sentimento coletivo dos nativos era de preconceito, não era o mesmo preconceito que havia contra o afrodescendente ou o caboclo/caipira. Minimamente definida na relação ambígua, os “novos” prejuízos contra os imigrantes apenas potencializavam encruzilhadas de expressões e sentimentos, que não reanimavam a energia do antigo preconceito. Em outras palavras, exposto no novo associativismo, como as “bandas dos italianos”, a própria população nativa ia reorganizando, lentamente, o subjetivo coletivo em direção a uma realidade que não rompia a fronteira da alteridade para as zonas de repugnância. Condescendência e simpatia, às vezes, eram sentimentos pareados, principalmente quando se tratava de comércio, religião e arte.

Assim, se por um lado muito dessa sociedade definia-se por valores e cacoetes coloniais, por outro, surgiam estruturas progressistas que celebravam os entreatos da imigração ao ver o desenvolvimento industrial, do comércio e das artes bater à porta, porém, sem romper com a matriz religiosa. Isso ficava garantido na imigração de italianos, e potencializou intergerenciamentos múltiplos, não sem processos conflituosos, não sem projeções de muitas danações. E o nó górdio desse processo era de que a própria sociedade brasileira, como afirmei acima, estava em transição, principalmente a paulista.

Foi, neste contexto, que surgiram as agremiações de imigrantes, a começar pelas iniciativas brasileiras, como a *Sociedade Paulista de Imigração* de Couto de

Magalhães e a *Sociedade Promotora da Imigração*, organizada por fazendeiros paulistas. Nesta esteira, desde um primeiro momento, os imigrantes com posses e radicados nas cidades formaram sociedades mutualistas, que inclusive davam suporte para o assentamento de conterrâneos. Aliás, as lutas trabalhistas transformaram a mutualidade em associações político-sindicais e, já no início do século XX, o trabalhismo era uma mentalidade em desenvolvimento, e a organização dos trabalhadores já se sentia em conflitos que se espalhavam pelas cidades brasileiras.

Por esta forma de integração, do mutualismo às associações trabalhistas, pode-se perceber a força da integração do imigrante. Em 1894, Machado de Assis escrevendo sobre o clima de guerra que assolava as cidades dizia na sua coluna diária em *A Semana* afirmava de forma irônica: “a anarquia pode acabar sendo uma necessidade política e social” (MACHADO DE ASSIS [1894], 1957, p.19). E assim foi: o anarquismo foi um despojo claro da imigração. Era a integração articulada por uma forma de reação política e potencializada na desterritorialização. E, no âmbito das expressões da etnicidade, a cultura hibridava-se. A própria linguagem transformou-se em expressões híbridas. Surgiram dialetos, como o *taliani* falado no sul do Brasil; os neologismos aceleraram; e a expressão artística amalgamou já tendências que estavam nos usos e costumes anteriores ao movimento imigratório, como a música.

Dos *oriundi* aos *bersaglieri*: a banda musical como espaço de reações e inter-relações nas novas estruturas sociais

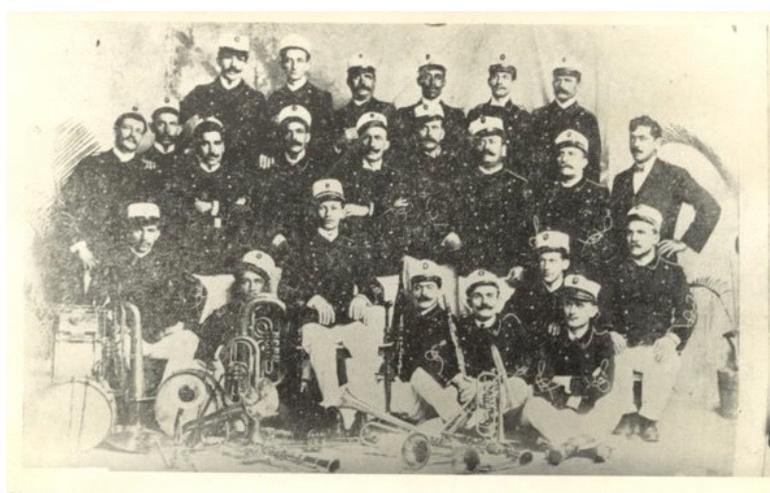


Fig.4 - Banda Ítalo-Brasileira, Campinas, SP, entre 1900 e 1910.
Coleção Geraldo Sesso Junior / Fotógrafo: desconhecido /
Centro de Memória-Unicamp

No desterramento, as bandas dos italianos forjaram espaços associativos sustentados nas latências da terra. Porém, além do impulso societário “exigido” pelas camadas liberais, na qual a própria imigração estava atrelada, as bandas dispersavam as forças homogêneas do tempo e da terra pela intermitência rememorativa, pelos hiatos conectados do tempo cristalizado da memória com a sintaxe de um mundo vivido e dinâmico, mas estranho, amalgamado com a referencia cultural através de uma música comungada. Enfim, era a consubstanciação de um desejo que se realizaria mesmo que não pudesse ser; era uma representação “no” sentido possível, apesar de ter um sentido próprio.

Este é um aspecto fundamental. Primeiro, porque a banda já era uma pertença da cultura imigrante. Segundo, porque enquanto a ópera, ou mesmo a música religiosa católica, já representava uma expressão da elite local, e da própria cultura burguesa brasileira, a banda articulava o modelo comunicativo das práticas cotidianas, muitas vezes usando a mesma música, ou “quase”, celebrada nos teatros.

Além disso, como fenômeno de aglutinação sociopolítica das camadas de trabalhadores, a ópera era absolutamente ineficaz, tanto pela estrutura de produção e recepção como pela representação estamental. As bandas, por sua vez, tinham a mobilidade e flexibilidade que não só traduziam a manifestação espontânea, amadora e ao mesmo tempo associativa, como garantiam o acesso ao capital cultural hegemônico. Assim, se tocar na banda era a prática discreta do povo simples, do trabalhador braçal, que expressava com seus pares as sonoridades que os redimiam, ela também funcionava como elemento de catarse social.

Desta forma, as associações bandísticas completavam um ecossistema cultural ao lado da casa de ópera e do coro das igrejas. Nesse sistema, as bandas tiveram até maior impacto que os dois outros espaços, porque ocupavam as ruas e, ao mesmo tempo, expunham a identidade comunitária sem simbologias complexas, de personagens nem sempre acessíveis à consciência possível dos indivíduos de formação rudimentar.

Ademais, na necessidade de substanciar um passado por uma ambiguidade, a banda musical se tornou o braço da conexão da emoção com o real. Mas, ao mesmo tempo, era uma plataforma de intercâmbio e de simbiose. Por visar o espíri-

to público/comunitário, articulavam a “identidade destinada à resistência” (CASTELLS, 2003, p. 6), ao mesmo tempo em que se misturavam no local da cultura. E por uma tinta própria, tornaram-se inerente à condição imigrante, e por isso formaram a anatomia das *Societás Italianas di Mutuo Soccorso*. Em síntese, pela consubstanciação comunitária, a banda foi uma atividade vital das “práticas discretas”, pois, ao revogar o ego artístico pelo homem da comunidade, expressava os desejos e fantasias de um paraíso perdido pela subordinação ao espírito dos desconectados em processo de transição para a vida na nova nação, ou pelo menos na nova terra.

É nesse ponto onde outro problema se desvela: a banda consubstanciava mais do que uma expressão musical, era uma expressão da identidade e do encontro com o *outro*.

Primeiro, deve-se considerar que a banda “dos italianos” se inseria numa contingência expressiva, permeável à dramaticidade da alteridade. No Brasil, apesar da legitimação da cultura da exclusão por políticas públicas, o jogo da resistência, de excluídos/excludentes pela dramatização das identidades, não se representava apenas em relação ao imigrante europeu, já que o sincretismo era a própria natureza dos diversos movimento sociais que ocorriam no espaço colonizado.

Porém, os limites e artifícios da resistência cultural do imigrante europeu eram incomparavelmente mais adaptáveis aos valores da sociedade brasileira ao se comparar com outras “matrizes” culturais, como as ameríndias e africanas. Principalmente os imigrantes de matriz latina, inseriam-se num espaço cultural através de valores comuns: a religião católica; o sistema socioeconômico capitalista; as formas expressivas da arte (principalmente no que se entendia como Cultura Artística); e até a própria condição de entendimento e manuseio da linguagem - inclusive a musical, pelas tópicas de ópera que rapidamente se espalharam pelo universo da canção popular.

A segunda questão é que os ambientes das bandas já estavam sedimentados antes mesmo da chegada maciça dos imigrantes italianos. Das bandas militares já comuns no Brasil desde o século XVIII às bandas civis, que se multiplicavam em meados do século XIX, a recepção desse gênero de música era fácil, até mais do

que da ópera. Quanto mais distante das grandes cidades, quanto menor a infraestrutura de teatros e espaços públicos, mais comuns eram as agrupações bandísticas que serviam tanto ao altar como ao coreto.

Nas cidades que articularam a interiorização dos imigrantes (Santos, São Paulo, Jundiaí, Campinas e Ribeirão Preto) o movimento das bandas foi intenso entre 1870 a 1920. Porém, há que se considerar, nessa cronologia, um momento anterior, que preparou o gosto público pelos desfiles e concertos das bandas: a época da predominância das bandas militares e/ou de milicianos.

A Banda da Guarda Nacional era uma constante nas cidades e vilas coloniais, e imperiais, que albergavam corpos militares, como Santos e São Paulo. A atividade musical nos fortes e quartéis era uma obrigação, tanto como representação da disciplina e eloquência da razão do Estado como, até mesmo, elemento das estratégias militares de campos de guerra. Esta presença no cenário urbano, como observa Fernando Binder, enraizou usos e costumes:

A presença multiplicada que aos poucos as bandas militares foram adquirindo a partir de 1830 parece ter contribuído para a criação de hábitos característicos que ainda hoje podem ser encontrados nas bandas de música cívica, cuja origem ou vetor de difusão foram as bandas militares. Existiram outros conjuntos de sopro e percussão, menores e mais informalmente organizados, mas, toda vez que se fazia necessária uma certa pompa oficial, as bandas tinham preferência (BINDER, 2006, p. 77).

Já na década de 1840 há indícios de que o movimento bandístico se expandiu. Fontes empíricas, como as da *Revista Commercial* de Santos indicam que na cidade litorânea havia pelo menos duas bandas, a “dos Trindade” e a da Guarda Nacional. A cidade de São Paulo, como sede da Província, contava com um aparato musical mais incrementado. Entre 1838 e 1850, o número de militares músicos cresceu e inclusive foi criada uma segunda banda, atendendo mais um batalhão (BINDER, 2006, p.74); em 1857 surgiu a Banda da Polícia Militar (Ibidem, p.76). Outras bandas, que se constituíram nos corpos militares e se tornaram referência musical até mesmo entrando o século XX, foram as bandas do Corpo de Bombeiros.

As bandas civis demoraram um pouco mais para se estabelecer. Em Santos, a Banda “dos Trindades” perdeu hegemonia na década de 1860, quando o movimento associativo explodiu. Entre 1860 e 1910, contam-se quatorze agrupações. Entre as mais ativas, destacam-se a banda da Sociedade União e Prazeres dos Artistas; da Sociedade Musical Lyra de Apolo; da Sociedade Humanitária e a Banda da Sociedade Colonial Portuguesa. A Banda Campineira, a do Azarias, da União Operária e a de Santana Gomes foram as mais populares em Campinas. Em Ribeirão, num processo mais tardio, surgiram a Banda São Sebastião e a Banda Filhos de Euterpe (HADDAD, 2009, p. 45). Em outras localidades, nas “bordas da linha férrea”, como Araras, Limeira e Santa Rosa do Viterbo, para citar algumas, o fenômeno era recorrente: o surgimento das bandas ao redor da década de 1870 (respectivamente a Banda Carlos Gomes de 1871; a Banda Musical Henrique Marques de 1860; e a Banda Dumont de 1901).

A alteridade como processo de identidade e reconhecimento das bandas



Fig.5 - A região da Mogiana e suas linhas do sistema ferroviário

No interior paulista, da macrorregião Mogiana, o movimento das bandas “dos italianos” confundiu-se, a partir da década de 1880, com a própria vida musi-

cal cotidiana. Quase não havia vila ou cidade nesta região que não tivesse uma referência adjetivada nesses imigrantes quando se falava de música, principalmente música de banda. A lista é grande e o número de músicos que se consolidaram como uma espécie de pioneiros ou heróis da arte, é maior ainda. E esse processo levou a uma reconfiguração de todo o ambiente cultural dessas regiões, principalmente na projeção de um modelo social da arte pela projeção imaginária da civilidade “na” Cultura Artística.

A relação abaixo é um pequeno exemplo do impacto musical dos imigrantes no nordeste paulista.

Nome atual da localidade	Ano de fundação ou atuação documentada	Nome da Banda	Regente
Santa Cruz das Estrelas	ca. 1896	_____	Vittorio Barbin
Araraquara	1904	Sociedade Musical Ítalo-Brasileira	Jorge Galatti
Santo Antônio do Jardim	1913	Banda Ítalo-Brasileira	_____
Tambaú	1903	_____	Vittorio Barbin
São Simão	ca. 1890	Corporação Musical Ítalo-Brasileira	Simão Cassiane
Itatiba	1906	Grêmio Musical Ítalo-Brasileiro	_____
Campinas	1912	Banda Ítalo-Brasileira	João di Tullio
Santa Rosa do Viterbo	1904	Banda Dumont	Guido Maestrello
	1918	Banda Ítalo-Brasileira	Plácido Bertocco
Serra Negra	1898	Corpo Musicale Italiano “Umberto I”	Guiseppe de Benedictis
	1907	Banda Morganti	_____
Cajuru	_____	Banda dos Italianos (informação oral colhida de depoimento)	_____
Ribeirão Preto	1894	Banda “Bersaglieri”	José Munhai

Salto (localidade limítrofe com a região mogiana)	1901 (mudou o nome para Gomes Verdi)	Banda Gomes Verdi (Banda dos Italianos)	João Batista Dalla Vecchia
Itapira	1910	Banda Italiana	
	Sd	Banda Bacchin	Salvattore Guisepe
Mococa	1892	Banda Filarmônica	Pietro Angelo Camin Pasquale Gagliardi (músico diretor)
Casa Branca	ca. 1889	Banda Giuseppe Verdi	
São José do Rio Pardo	Atuantes em 1901	Banda Giuseppe Garibaldi	
		Banda Giuseppe Verdi	
Altinópolis Antiga Vila de Mato Grosso	ca. 1900	Banda Lyra de Orpheu	Ítalo Pierucci
Patrocínio do Sapucaí Atual Patrocínio Paulista	ca.1900	Banda do Maestro Manzi Antônio	Manzi Antônio
	1923	Banda 7 de setembro (maciça participação de italianos)	Domingos Puglia
Dobrada	1908	Banda Giacomo Puccini	Fernando Saná
			Michelino Maizani
Jaboticabal	1901	Societá Filarmônica Italiana Pietro Mascagni	_____
Bocaina (Limítrofe com a região mogiana)	1890	Banda Carlos Gomes (Posteriormente Corporação Musical Príncipe Piemonte)	Arthur Perondi
Descalvado	ca. 1900		Pietro Buttera

No entanto, o assentamento dessa realidade, exposta acima, deve ser considerado dentro de uma rede de conflitos e negociações que, por fim, acabou até mesmo definindo uma geografia humana e materializando a hibridação cultural em regiões como a Mogiana.

O primeiro ponto a ser observado é que no princípio da diáspora italiana no Brasil a nova alteridade era uma realidade nada discreta. Entre os muitos pontos onde se revelam os choques da alteridade, a música talvez seja um espaço privilegiado de observação, não pela ópera, mas pela expressão do cotidiano, do homem simples: a banda.

Observando um caso que ocorreu em Santos, porto de entrada da imigração, mas pouco impactada pelo assentamento dos trabalhadores estrangeiros, a alteridade se expressa nas fronteiras do estranhamento, pela típica ironia das falas hegemônicas. Em 1877, o pasquim *A Tesoura* publicou, em tom de deboche, as coisas da cidade que deveriam ser enviadas à Primeira Exposição Universal, que ocorreu na Pensilvânia. Entre os muitos elementos citados, consideradas esquisitices da terra, estava a “Banda dos Carcamanos”:

Abaixo publicamos grandes quantidades de coisas que nesta cidade não damos valor algum, porém se alguém quiser arriscar-se mandando-as para o grande luzeiro americano estamos bem certos que mereciam grandes e avultados prêmios, a saber: A vigota do beco do Céu; A Boceta do Miranda; A cobrinha do Manéco; A calva do Braz; A pasta do Milheiros; A sobrecasaca do Mendez; A taberna do Alves; *A banda dos carcamanos* (grifo meu); A gramática do Costaneira; As peças da fortaleza; A flauta do Graciano; O galinheiro do largo da Tristeza; O mastro do monte; O Teatro de Santos; O relógio da Matriz (este tem duas virtudes, adiante e atrasa); O jardim público do Itororó. Aqui tem de tudo e à vontade, se houver pretendentes podem falar com os respectivos proprietários destas traquitanas. (A TESOURA, 1877, p. 3).

O tom satírico da coluna não deixa dúvidas que a banda dos italianos era, aos olhos de um formador de opinião santista, um exemplar que caracterizava o grau de “civildade” da terra (ou a falta de...). Há que se sublinhar essa “presença” na lista do que poderia ter sido enviado para a Exposição Universal de 1876. Somente esse coletivo social—a “banda dos carcamanos”—foi destacado na lista do esdrúxulo, das “traquitanas” da cidade.

Na inclusão dos italianos há uma evidente demonstração de um preconceito explícito com a nova etnia, numa sociedade fortemente marcada pela presença

de portugueses e afrodescendentes. Tal conclusão pode ser medida considerando que, meses antes, o mesmo periódico reclamou dos batuques dos negros nas festas de Nossa Senhora do Rosário. Apesar de ser pouco provável uma diferença na categorização de ambas as manifestações no sentir da classe dominante, ao que parece, a “esbórnica” dos batuques afros não incomodava tanto a ponto de ser incluída na lista irônica do colunista da *A TESOURA*. Destarte as companhias de ópera, que eram frequentes nas cidades como Santos.

Assim, confrontando a geografia da presença das bandas “italianas” com o surgimento de conflitos ou representações jocosas, pode-se articular algumas questões que surgem, a princípio, como ambivalências inerentes de qualquer processo migratório.

Em regiões historicamente mais assentadas, e de forte cultura ancestral, como Santos, as bandas “dos italianos” era um corpo estranho e, provavelmente, bizarro. No entanto, observando certos vetores das forças diferenciadoras, nota-se padrões dos processos de fusão e o que foi reelaborado ou “descartado” na experiência da transculturação, como ocorreu nas zonas rurais paulistas, como a região da Mogiana. Assim, há que se considerar as razões desses contrastes e como eles suscitavam estranhamentos e acomodações.

Primeiro, há que se dizer que o fenômeno era, sobretudo, uma lógica da geografia cultural e seus contextos. Por um lado, os italianos eram mais presentes na divisão dos espaços com a sociedade estabelecida, pois era um povo católico, branco e representante das tradições europeias de cultura. Isso dava maior visibilidade e, conseqüentemente, gerava disputas, como vimos no caso de Santos; porém, era desejável em regiões ainda em processo de formação dos coletivos urbanos. Segundo, o próprio pulsar da brasilidade, e suas multiplicidades, atuava como forças de ambigüidade diante das experiências das etnias desterritorializadas. Se o Brasil já era solo drenado pelo encontro de raças, consubstanciado por espaços continentais e preconceitos estereotipados exercidos em estruturas estamentais absolutamente móveis, novas entradas eram sentidas de forma mais intensa.

No entanto, as realidades de interesse forjavam regras do assentamento das

diferenças pelas forças da infraestrutura e/ou dos pré-conceitos intransponíveis. Logo, no momento em que a visão percebe a extensão da “infiltração”, como das bandas “dos italianos”, é importante considerar as experiências e expressões da consciência, conjugadas nos locais das culturas. Isso porque os locais das culturas estabelecem os princípios compensatórios ou a expurgação do outro.

Desta forma, questionamentos como o que sistematizava o surgimento do movimento das bandas musicais, logo, do fenômeno do associativismo, surge como norteador da compreensão do fenômeno, principalmente se levarmos em conta os seguintes questionamentos: seria a banda tão somente um espaço para preservação da “italianidade”, inclusive considerando como efeito a expressão do preconceito em regiões de culturas de lastro colonial, como a de Santos? Quais foram as estruturas sociais (global e local) e os usos e costumes que deram porosidade às estruturas estabelecidas, e ao mesmo tempo, induziram as formas de associativismo dos italianos? E por fim, onde e como teriam ocorrido as fendas para emergir a expressão de uma nova identidade no jogo das alteridades?

Todo esse questionário aponta para a consideração do problema na perspectiva das metaestruturas culturais que movimentam o processo de transculturação global. Isso porque, não foi só a música que movimentou a acomodação do capital social de troca, e inclusive a mitigação da alteridade e a hibridação das culturas, mas todo um campo de valores e representações. Na religião, nas formas de transmissão de saber, nos usos e costumes da política e na dramaticidade estética, de uma forma geral, definiram-se as forças de cisão e fusão das identidades culturais projetadas e vividas que, evidentemente, moldaram, também, as transformações dos estilos, performances e gêneros da própria música.

Por esse caminho é que podemos reconhecer um fenômeno que caracteriza fortemente o quadro surgido na região Mogiana: o processo do associativismo pela Cultura Artística, então vista como um dos pilares da nova sociedade. Assim, é necessário considerar que os imigrantes, que ingressaram em um espaço de civilização precários, e mais que isso, se encontraram com culturas também inferiorizadas pelos preconceitos estamentais da sociedade de tradição colonial, tinham a vantagem da linguagem culta da música, pela associação desta com a ópera. E,

nesse processo de transculturação, ferveu o caldo do encontro entre a ópera, a banda e a canção cotidiana, criando a energia para formação da cultura “caipira”, do interior da província de São Paulo.⁶

Conclusão, ou o encontro dos excluídos: Saudades de Matão ou da Bela Itália?

Na confluência das exclusões, as “recusas” de ressocialização formavam espaços de reclusão, mas também de identificação e troca. A chegada dos italianos nos campos de café intensificou uma realidade prévia vivida pela cultura local, pois à exclusão acumulativa que ocorria em relação à cultura rural paulista somava-se um novo elemento: os *oriundi*.

Rapidamente a questão associativa, objetiva ou não, consubstanciou-se em novas expressões conjugadas na espontaneidade ou contrato social de atuação pública. Assim, a música se tornou um forte elemento de resistência e, por que não, de sobrevivência e projeção. Desta forma justifica-se, precariamente, a disseminação das associações musicais italianas principalmente a partir de 1890, quando os imigrantes já tinham possibilidades de articulações associativas.

Concentrando no poder comunitário das bandas, os *oriundi* se transformaram verdadeiros ícones de demonstração da identidade, expressando não só a sonoridade de sua etnia, mas todo um índice de resistência que “infiltrava-se” nos espaços de visibilidade da comunidade.

Assim, ao mesmo tempo que a banda potencializou uma profissão que inseria os *oriundi* nas redes laborais da nova terra, ela tornou-se uma verdadeira partidarição ideológica numa terra distante. Em muitos estandartes, e/ou nomes das bandas, os imigrantes expunham suas simpatias políticas, quando nomeavam sua banda com “Umberto I” ou Banda *Bersaglieri*: ambas faziam referência à infantaria que simbolizou a unificação italiana, mas, ao mesmo tempo, se vinculavam a um sentimento de defesa da unidade italiana no desterro.

No entanto, as bandas não só expressavam ideais políticos, apesar das fanta-

⁶Cf. Martins, 2006, p. 206.

sias dos muitos carlistas que viviam no Brasil, as novas associações participaram ativamente das lutas políticas nativas. Neste aspecto, temos que considerar primeiro, que a banda se vinculava a uma expressão espontânea que trazia um conhecimento muitas vezes apartado das realidades locais. Mesmo quando este era um saber prático de músicos, que não necessariamente tinham conhecimentos musicais formalizados em academias ou escolas de música. Porém, este saber criava pontes além da expressão da identidade estrangeira. Isto porque, este saber remetia a uma forma de conceber a realização do mundo sem uma formalização culta, letrada. E esse foi um fator primordial pois, num ambiente iletrado, a exposição de um saber prático, pouco formalizado, intensificava a socialização dos *oriundi* na sociedade local.

Porém, o nó górdio do processo de transculturação, que acabou por fim, dissolvendo o estranhamento entre as culturas nativa e estrangeira, era que a música italiana articulou tantas e tantas sonoridades espontâneas, da modinha à valsa de salão; da ópera à música religiosa católica. Nesse ambiente, a expressão musical dos *oriundi* e dos nativos se encontraram, e dela resultou a cultura musical caipira. Não foi acidental ter sido um *oriundi*, Jorge Galatti, ou Giorgio Galatti (um renomado regente de banda na Mogiana), o compositor da canção inaugural do movimento musical caipira, *Saudade de Matão*.

Foi ressinificando sonoridades e gestualidades, tão somente possível pela sensibilidade do sujeito do processo, que surgiu a expressividade da nova canção e se consubstanciou o movimento de transculturação que venho apresentando como argumento desse artigo.

Para esse “amálgama”, o encontro contou com um aspecto: ambas culturas comungavam de uma “resistência” usando técnicas e expressões que nasciam do uso cotidiano, de expressões espontâneas constituídas, ao mesmo tempo, num sentimento de pertença e resistência. Era, antes de tudo, uma reação à cultura estamental que ambos oprimiam. Também, de um labor musical que nascia de uma exclusão e que, na nova canção, assim como tinha sido na banda, projetavam espaços de interação novos que redimiam subjetividades, como o desterro. Nesse espaço, lentamente, raízes infiltraram-se nas paredes das divisões culturais e em

menos de cinquenta anos, após o primeiro fluxo de imigração, muitos italianos transformaram-se em autores de música caipira, reconhecidos e aplaudidos por toda a comunidade.

Concluindo, todo processo de transculturação tem como espaço vivências onde culturas ancestrais são transformadas por complexas mediações das pertencas, dos encontros provocados na inerência da cultura humana. São movimentos discretos onde muitos elementos se chocam, ressignificando estruturas eloquentes em novos contextos. Não há uma liquidação, e sim uma troca. São simbioses ocultas mediadas pelo cotidiano que, inclusive, se sustentam no grau de porosidade entre as culturas ancestral e nova.

Isso fica explícito no movimento causado pela imigração italiana no último quartel do século XIX. Beneficiados por toda uma conjuntura socioeconômica-cultural que lhes era familiar, da arte à religião, os *oriundi* não só criaram modelos de agenciamentos, como a música de banda e o ensino de música, mas, como no fluxo da ação transcultural, estiveram na raiz de um movimento musical que ainda hoje identifica toda uma cultura: a música caipira.

Em síntese, foi pelas Euterpes e Liras espalhadas pelo interior de São Paulo, pela música da igreja e da ópera, que os estilos musicais se metamorfosearam. Formou-se, discretamente, um novo tipo de canção que não era nem ária de ópera, nem modinha, e tampouco *canzonettas* italianas. Assumindo gestualidades, harmonias e performatividades de tantos lugares que lhes eram comuns, no momento que o movimento imigratório já não se sentia assim, surgiram as tantas saudades cantadas pelos *oriundi* e seus descendentes. E assim se consolidou uma cultura, nas energias das lembranças de múltiplos sentidos, que projetava uma subjetividade de uma nova pertença, ao mesmo tempo real e imaginada: o universo rural paulista no qual os imigrantes foram chamados para transformar.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. *Um Desenho Institucional Para O Novo Associativismo*. Lua Nova, São Paulo, V. 1, N. 39, 1997, P. 149-174.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. São Paulo: Humanitas, 1998.

BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. São Paulo, 2006.

BOCCANERA JUNIOR, Sílio. *O Teatro na Bahia da Colônia à República (1800 – 1923)*. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA/EDUNEB, 2008.

CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. 4ª Ed. 4 reimp. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, vol.II.

FERRARI, Enrique de Olavarria y. *Reseña histórica del teatro en México*. 2ª ed. Ciudad de México: Imprensa "La Europea", 1895, Tomo III.

HADDAD, Gisele. *Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto (SP): Representações e significado social*. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. São Paulo, 2009.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria [1908]. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: W.M.Jackson Inc, 1957. (Série Obras Completas de Machado de Assis, nº9).

_____. *A Semana (2º volume)*. Rio de Janeiro: W.M.Jackson Inc, 1957. (Série Obras Completas de Machado de Assis, nº27)

MACHADO NETO, Diósnio. *Do pernicioso à virtude: a música como agente da emancipação feminina*. *Brasiliana*, v. 25, p. 18–25, 2007.

NOGUEIRA, Lenita Waldige Mendes. *Música em Campinas nos últimos anos do Império*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

PÁSCOA, Márcio. *Ópera em Belém*. Manaus: Valer, 2009.

PEREIRA, João Baptista Borges. *Italianos no Mundo Rural Paulista*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, Edson Santos. *A Dramaturgia Portuguesa nos Palcos Paulistanos: 1864 a 1898*. 2008. Tese de Doutorado. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculo da Universidade de São Paulo. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-05022010-131410/publico/EDOSN_SANTOS_SILVA.pdf>

A TESOURA, nº 2, 1876-77, 7 de janeiro de 1877

DIÁRIO DE SANTOS, ano VIII, 24 de janeiro de 1880

GACETA MUSICAL DE MADRID, Madrid, nº5, ano I, 2 de novembro de 1865.

REVISTA COMMERCIAL, Santos, nº 12, ano IV, 22 de novembro de 1852.

___, Santos, ano X, 26 de abril 1859.

___, Santos, ano XI, 10 de janeiro de 1860.

REVISTA SANTOS ILUSTRADO, nº4, ano I, 26 de janeiro de 1903

ENTREVISTA

CATHERINE WALSH¹: PENSAR- SENTIR-ACTUAR DESDE Y CON LOS GRITOS Y LAS GRIETAS EN AMÉRICA LATINA

POR LENNON OLIVEIRA MATOS ²
IVÁN DAVID SANABRIA GONZÁLEZ ³

América Latina pasa por un momento de reorientación política. Nuevos actores políticos y sociales de alineamiento conservador han ganado fuerza en los últimos años a partir del ocaso de los gobiernos progresistas. Ahora, la movilización social ante uno u otro bando también ha sufrido cambios y reorientaciones, aún más cuando la vida es cada vez menos importante, apurando con ello la normalización de su sustitución o desaparición.

Esta disputa por los espacios de poder institucionales también impacta directamente en el campo

de la cultura como un todo. Así, pensando en la continuidad de los debates de la Revista de Estudios Culturales y en este escenario político que se dibuja en América Latina, presentamos la entrevista realizada con la profesora Catherine Walsh.

Catherine Walsh es una intelectual-militante involucrada durante muchos años en los procesos y luchas de justicia y transformación social, primeramente en Estados Unidos (donde trabajó de cerca con activistas comunitarias y también con el pedagogo brasileño Paulo Freire) y, en los últimos casi 25 años, en Abya Yala (América

¹ Professora e diretora do doutorado em Estudos Culturais da América Latina na Universidade Andina Simón Bolívar, sede do Equador, onde também dirige a Oficina Intercultural e a Cátedra de Estudos da Diáspora Afro-Andina.

² Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e estudante do Mestrado Acadêmico em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo (EACH-USP). E-mail: lennon.matos@usp.br

³ Cientista Político e especialista em direitos humanos e DIH da Universidad Nacional de Colombia, estudante do Mestrado Acadêmico em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Membro da linha de pesquisa de "Políticas públicas y estudios críticos del discurso" do Grupo Colombiano de Análisis del Discurso Mediático. E-mail: ivdsanabria@usp.br

Latina) y Ecuador, donde tiene una trayectoria larga de acompañamiento a los procesos de los movimientos indígenas y afrodescendientes. Es profesora principal y directora/fundadora del Doctorado en Estudios Culturales Latinoamericanos de la Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador, un programa/proyecto con enfoque en el entrettejido de cultura, política, economía, lucha social, y pensamiento crítico, y dirigido a intelectuales comprometidos de la región andina y de América del Sur. Durante 10 años fue la coordinadora del Fondo Documental Afro-Andino, siendo miembro hoy de su equipo coordinador; también fue coordinadora de la Cátedra de Estudios Afro-Andinos hasta 2017.

Su trabajo ha sido principalmente enfocado en el proyecto político, epistémico, ético y existencial de la interculturalidad crítica y la decolonialidad, tomando como ejes centrales la geopolítica de conocimiento, la ancestralidad y filosofías de vida-existencia, la educación, el pensamiento feminista y las luchas en torno a la idea de género, la interculturalidad jurídica, el pensamiento y pedagogía decoloniales de resistencia, insurgen-

cia y re-existencia. Su interés particular hoy es con el “cómo” decolonial y las prácticas concretas de un “otro modo”. Es integrante del proyecto modernidad/(de)colonialidad.

La Profesora Catherine Walsh ha colaborado con varios colectivos a lo largo de las Américas, fue asesora a la Asamblea Constituyente en Ecuador (2007-2008) sobre derechos afroecuatorianos y el Estado intercultural y plurinacional y también ha trabajado colaborativamente con varios gobiernos locales alternativos. En 2010, fue ganadora del premio Illescas de Oro (un premio que lleva el nombre del primer cimarrón en Ecuador: Alonso Illescas) otorgado por las organizaciones afroecuatorianas y la Secretaria de los Pueblos por su contribución académica y la del Fondo Documental Afro-Andino. En el diciembre de 2013, fue invitada por los Subcomandantes Marcos y Moises a participar como estudiante de primera grado en la Escuelita Zapatista y el curso “Libertad según l@s Zapatistas: Gobierno Autónomo I.” Su lista extensiva de más de 200 publicaciones incluye libros, capítulos y artículos publicados en varios continentes y varios idiomas. Actualmente es coordi-

nadora de la serie Pensamiento decolonial en el Editorial Abya-Yala. Ha sido profesora y ponente invitada en, entre otros países, Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, México, Perú, Venezuela, en distintas naciones del Caribe, en Corea, Canadá, Estados Unidos y Europa. En 2011 Catherine recibió la distinción de ser nombrada Andrew W. Mellon Professor en la Universidad de Duke en EEUU y entre 2012 a 2014 pasó un semestre al año en esta misma institución como profesora invitada, recibiendo en 2013 y 2014 el reconocimiento como profesora de excelencia. De julio a agosto de 2018, fue becaria (fellow) en el Instituto de Stellenbosch de Pensamiento Avanzado en Sudáfrica. Es miembro del Consejo editorial internacional: "Global Critical Caribbean Thought", (Pensamiento caribeño crítico global) de la Asociación de Filosofía Caribeña y Rowman & Littlefield International, y co-editora, con Walter D. Mignolo, de la nueva serie de Duke Press "On Decoloniality" (Sobre Decolonialidad), donde ambos publicaron en 2018 el libro *In Decoloniality > Concepts, Analytics, Praxis*.

Estimada Catherine, gracias por la presteza y la disponibilidad para

esta entrevista. En este momento en que estamos es imprescindible establecer una comunicación y articulación que transite más allá de nuestras fronteras nacionales. En este sentido traemos las siguientes cuestiones:

I. Hemos aludido a un escenario en particular latinoamericano identificado por la alineación de una rígida política conservadora, cuya formación histórica y sus efectos violentos interpelan fuertemente a las ciencias sociales y humanas en general y los estudios culturales en particular. Las comentadas causas de la naturaleza de este escenario, por ejemplo, la realizada por Pablo Stefanoni (2018), a través del bloque político resumido como "BBB" ("buey, biblia, bala", que refiere a terratenientes, pastores evangélicos y ex-integrantes de las fuerzas armadas), no bastan para pensar cómo nosotros mismos hacemos parte de la crisis y cómo enfrentar acciones de tal dimensión.

¿Partiendo de este contexto, cómo analizas la participación de las ciencias sociales y humanas en general y los estudios culturales en particu-

lar en esta crisis, cómo dar lugar a rupturas y formas de confrontar el poder de los actores de este escenario?

C.W.: En un artículo publicado en 2007 en la revista *Nómadas* (WALSH, 2007), pregunté sobre las posibilidades de posicionar en la universidad en general y las ciencias sociales / culturales latinoamericanos en particular, conocimientos pensados desde lógicas y racionalidades diversas y desde la(s) diferencia(s) colonial(es), y sobre los peligros de lo mismo, incluyendo la folklorización, la interculturalidad funcional, y el uso, manipulación y control políticos. Y pregunté, con algo de esperanza, sobre la posibilidad de la construcción de ciencias y/o estudios sociales/culturales otras y otros.

Mucho ha sucedido en esos 11 años. Siempre he dicho que la universidad no es “mi lugar”; trabajo allí pero no es, y nunca ha sido, el lugar de mi sentimiento y pensamiento. Sin embargo, mi sentipensar se ha radicalizado en los últimos años. Cada vez estoy más incómoda en la UNI-versidad, más desobediente con respecto a su disciplina y disciplinamiento, su ethos blanco-mestizo, masculino y heteropatriar-

cal, su indiferencia intelectual, su ceguera frente a la realidad y sus complicidades crecientes con el sistema violencia-guerra-muerte que hoy es la modernidad / colonialidad / capitalismo global.

Son sentires sentidos y vividos, cada vez más desesperantes, que empezaron a rebasarse ante la desaparición de 43 estudiantes de la Escuela Normalista de Ayotzinapa el 26 de septiembre de 2014 en Iguala, México; ante los silencios cómplices al respecto en las universidades mexicanas, incluyendo la UNAM donde estuve unas semanas después, y ante las amenazas que viví a mi persona, tal vez por desobedecer el orden implícito de silencio-silenciamiento. Ayotzinapa es solo una realidad entre muchas otras invisibilizadas, negadas y olvidadas por las UNI-versidades y sus llamadas ciencias sociales y humanas. ¿Cuántos jóvenes negros asesinados cada día en Brasil y cuántas mujeres eliminadas? De hecho, la cifra “oficial” de 15 feminicidios por día, es un número bajo ante una realidad aún más espeluznante, y peor con la elección de Bolsonaro. Mientras tanto, los responsables de la matanza de Marielle Franco

siguen “desconocidos”, ni decir de los miles cuyos nombres se quedan en el olvido. Brasil es solo un lugar. Exterminaciones, eliminaciones, despojos de seres, saberes, territorios y vida en ciudad y campo desde México hasta Tierra del Fuego.

No estoy proponiendo la violentología, algo que ha existido en Colombia desde hace tiempo. La violencia como objeto de estudio, tema de interés para las revistas indexadas del Norte Global, lugar de publicación obligada hoy en prácticamente todas las UNI-versidades de América Latina. ¿Cuántos artículos escritos mientras que pueblos, comunidades y colectivos siguen luchando por la vida y dignidad?

El asunto no es actualizar o crear un nuevo objeto de estudio. Es cuestionar desde dónde, cómo, y con quienes mirar, analizar y pensar-actuar. Así recuerdo a lo que la filósofa de origen jamaíquino Sylvia Wynter llamó (en el contexto de la golpiza brutal por policías blancas en Los Ángeles del afroamericano Rodney King), el problema de los “ojos internos” (inner eyes): “la lente y lógica clasificatoria (racial,

cultural, sexo-genérica y epistémicamente condicionadas) de las humanidades y ciencias sociales que imponen límites de cómo podemos ver, conocer y actuar sobre el orden global y nacional; los límites de nuestra Verdad” (Wynter, 1994). Límites que muchas veces ocultan y niegan otras verdades, cerrándose epistemológicamente, ontológicamente, metodológicamente y existencialmente, inclusive a compromisos y cuestiones que sobrepasan las disciplinas por sí. Desde luego, los Estudios Culturales ya en sus varias versiones institucionalizadas, no quedan exentos; con frecuencia, repiten desde un afán transdisciplinar el mismo problema.

Ahí la relevancia del interrogante de la argentina María Eugenia Borsani con respecto a la situación actual de las universidades de América del Sur: “ciencias sociales y humanas deshumanizadas y desmundanizadas, sin gentes ni mundo”, ¿entonces, para qué? Así y de manera relacionada, hablo de “las deshumanidades”, problema conectado a la existencia y vida mismas, a la violencia-guerra-muerte y las complicidades de nues-

ENTREVISTA

tras universidades y nosotrxs mismxs con ella⁴.

II. “Es extraordinaria la dificultad que hemos tenido como izquierda de aprender de la experiencia”, afirmaba Edgardo Lander en una entrevista realizada en 2017 (UVAL, 2017). Ante la descomposición del tejido social venezolano y el giro a la derecha de la región, Lander realiza una lectura crítica del agotamiento del modelo y de una falta general de auto-crítica, pese a los avances fundamentales en infraestructura social y movilización de base. Boaventura de Sousa Santos (2014), en un artículo anterior sobre la necesidad de reinventar las izquierdas en América Latina, hablaba de la “indisponibilidad para la reflexión”, refiriéndose a la falta de balances permanentes y solo finalistas. Con ello sobresalen problemáticas críticas que desencuadraron la legitimidad social, como la profundización del patriarcado, el neoextractivismo y en algunos casos, la utilización de la represión para disuadir la movilización.

En un contexto polarizado con la

derecha gobernando, ¿cómo dar lugar a este proceso de reinención de la izquierda? o ¿cómo pensar un horizonte más allá de los regímenes de dominación del Estado y de sus disputas institucionales?

C.W.: Para muchos intelectuales “críticos”, la oposición binaria de izquierda versus derecha sigue siendo central; el poder estatal como horizonte, solución y también ceguera. Sombras y sobras de paradigmas de décadas pasadas, inclusive de socialismos revolucionarios que hoy, de revolución, no tiene nada (Nicaragua siendo caso ejemplar). Un pensar, que como muchos que luchan desde abajo pueden atestar, hace pasar por alto sus propias violencias, cegueras y complicidades. Un pensar que no logra comprender (o peor niega) el sentido vivo de la realidad social, la diferencia colonial, la crisis civilizatoria, la matriz creciente y cambiante del poder moderno/colonial, y los vínculos actuales de este poder con la guerra-muerte del capital, vínculos y guerra que traspasan y deshacen fronteras entre dere-

⁴ En el texto “(Des)Humanidad(es)”, encaminamos el dialogo con María Eugenia Borsani (WALSH, 2014a). También se puede encontrar una versión abreviada en portugués (WALSH, 2016).

cha e izquierda.

Sudamérica es muestra ejemplar. Entre la ultra derecha en Brasil, Argentina y Colombia, la consolidación de neoliberalismo en Chile, Perú y nuevamente en Ecuador, y los progresismos autoritarios de Bolivia y lo que Zibechi llamó en 2017 la “lucha sin cuartel” en Venezuela (ZIBECHI, 2017), la colonialidad se reconstituye de manera más compleja entretejiéndose con las cabezas viejas, nuevas y renacientes de lo que las y los zapatistas llaman la Hidra del capital (EZLN, 2015). El extractivismo es el indicio más irrefutable. Menos hablado y estudiado, es a lo que se refiere a los campos de pensamiento, conocimiento y educación.

En eso, la alianza Estado-empresa religiosa ejerce un nuevo poder estratégico fundamental. Su eje: “la ideología de género impuesta por el nuevo orden mundial”. En Paraguay, Uruguay, Chile, Brasil, Argentina, Colombia y Perú, y asimismo en Bolivia y Ecuador, el exterminio “sexo-genérica” está en plena operación. En uno de sus “sabatinas” televisadas en el 2014, el presidente de entonces

Rafael Correa, habló de “esta peligrosísima ideología de género”; “esas barbaridades, no son asunto de izquierdas o derechas, sino tema moral”, decía él⁵.

Brasil ya sabe muy bien lo que esta atrás de esta nueva alianza, representado en partidos y políticos, pero también en proyectos, a lo largo de América Latina, de eliminar no solo la llamada ideología de género, sino también el pensamiento crítico, la protesta en contra de las violencias de género, y las violencias sociales, raciales, culturales, sexo-genéricas, epistémicas, espirituales y de existencia-vida y, además, los estudios humanos, culturales y sociales.

Desde hace un tiempo se habla en Brasil de una reforma educativa de flexibilización curricular; haciendo Sociología, Historia, Filosofía, Educación Física y Artes opcionales, así con la pretensión de “alinear los contenidos escolares con los intereses y demandas del mercado laboral, que prefiere personas con más conocimientos técnicos y menos pensamiento crítico sobre la sociedad”

⁵ Ampliar información en: <http://gaceta.es/noticias/presidente-ecuador-desmonta-ideologia-genero-07022017-1702>

ENTREVISTA

(CAMENFORTE, 2016). Algo que se extiende a la universidad.

Brasil no está solo. La eliminación o recorte de departamentos, facultades y docentes de las ciencias sociales y humanas, particularmente los de visión crítica y política, ya es práctica general. El colombiano Renán Vega habla sobre la “Universidad de la ignorancia”, regida por el capitalismo académico y la creciente mercantilización de la educación superior (VEGA, 2015).

La tendencia de hacer la educación más útil al capital y menos a la gente ya es global. En 2015, el ministro de Educación japonés pidió a 60 universidades cerrar carreras de ciencias sociales y abrir “áreas que respondan mejor a necesidades de la sociedad”. En América del Sur, esta tendencia crece no solo en los países neoliberales y derechistas, sino también en los llamados “progresistas”, donde se argumenta la inutilidad de las ciencias sociales al Estado extractivista, al buen vivir y a la modernización nacional.

Ecuador es buen ejemplo. Con su programa de becas completas para el estudio del posgrado en las universidades de “excelencia” en el exte-

rior (Asia, Europa y EEUU), Ecuador fue, durante los años del gobierno de Correa, el país con el mayor nivel de becas en función de la población en toda América Latina, y el tercero a nivel mundial (después de Alemania y Dinamarca). En 2013, un máximo de 10% de las becas estuvo destinado a los campos de ciencias sociales; desde 2014 estos campos han sido simplemente eliminados por no ser funcionales a la matriz productiva y el Plan Nacional del Desarrollo/“Buen Vivir”. Además y con más de mil millones de dólares ya invertidos en la universidad emblemática del gobierno: Yachay Tech, y con rectores, administradores y docentes en su gran mayoría del Norte Global, el gobierno “progresista” de Correa pretendía poner en práctica lo que Arturo Villavicencio nombra como la “repetida promesa de que la ciencia, la investigación de punta y una educación superior funcional son el camino más seguro para el buen vivir” (VILLAVICENCIO, 2013, p. 7). Desarrollo, modernización y reificación de la ciencia-conocimiento “universal” ante la inutilidad de las ciencias sociales y humanas.

Los grandes conflictos que

hemos venido enfrentando en las dos principales instituciones de ciencias sociales – FLACSO y la Universidad Andina, son reflejos en parte, de esta geopolítica de conocimiento del gobierno nacional, que dice enfrentar “el capitalismo cognitivo” para desarrollar y crear una nueva “sociedad del conocimiento”, dando el Estado las facultades de rectoría, planificación, regulación y control epistémico, incluyendo en lo referente a investigación, transferencia, vigilancia, difusión, propiedad intelectual, y uso y explotación también de los saberes locales y ancestrales (estos ahora convertidos en un bien separado de seres colectivos y de su base territorial vital). Diálogos y saberes ya funcionales.

Ante el autoritarismo y represión, la criminalización de la protesta, los intentos continuos de fragmentar, debilitar y eliminar los movimientos sociales, el avance del extractivismo de gran escala (ahora principalmente en manos de la China) con su despojo y destrucción de pueblos, comunidades, naturaleza y autonomía, y ante la satanización del pensamiento crítico y de las luchas de descolonizar el saber y

poder, el binario simplista de derecha-izquierda, pierde fuerza, sentido y razón.

La elección de Lenin Moreno fue muestra clara. Mientras reconocidos académicos de la izquierda como Atilio Borón y Emir Sader intentaban revivir el binarismo al favor de la campaña Correa-Moreno-AP, gran parte de las “izquierdas” asociadas con los movimientos sociales, anunciaron su voto al bancario Lasso como postura anti-Correa. Lo que Sader y Borón – y muchos otros científicos sociales no lograron captar o comprender (tal vez por su anclaje en el estado mismo), es que la lucha hoy no es sobre posiciones ideológicas, partidistas o electorales; es una lucha sobre, desde, con y por LA VIDA. Una lucha que pone en tapete la problemática misma del Estado – llamase plurinacional, intercultural, progresista, derechista, neoliberal – como aparato y herramienta de la guerra de capital. Hoy Venezuela es ejemplo espectacular con su nuevo Instituto de Descolonización / Descolonialidad apoyado por los reconocidos intelectuales Enrique Dussel y Ramón Grosfoguel. A todo eso, se suma el

reciente Foro de Pensamiento Crítico de CLACSO que puso en escena central a los intelectuales de la izquierda estatista, desterrando y despojando miles de voces de las y los de abajo para quienes el pensamiento crítico es VIDA. De hecho fueron importantes las voces de Edgardo Lander⁶ y de Rita Segato⁷ que cuestionaron esta izquierda latinoamericana y mundial. Pero aún más fundamental eran las voces de mujeres indígenas y afrodescendientes que circularon por las redes sociales desde el sótano tomado por ellas y por muchxs otrxs.

Por todo lo dicho aquí, mi postura hoy no es por la “reinención de la izquierda” como ustedes proponen en su pregunta. “La izquierda” (masculina, machista, patriarcal, racista, autoritario, estatista) es parte del problema. Mi apuesta no es por la falsedad de Revoluciones de arriba hacia abajo, ni

tampoco por nuevos horizontes de y desde la totalidad (la ESPERANZA en letra grande). Mi apuesta, más bien, está en y con las luchas desde abajo, luchas lideradas cada vez más por mujeres. Sin duda, el ejemplo más grande hoy es la lucha de las mujeres kurdas.

III. Irrumpe en el escenario latinoamericano una “nueva extrema derecha”, y con ellos la construcción ideológica de un “antiprogresismo”, que ha configurado un ambiente violento que cada día le cuesta la vida a lideresas y líderes sociales, feministas, ambientalistas o defensores de derechos humanos. Destacamos dos ejemplos: uno, el reciente asesinato sistemático de lideresas y líderes sociales en Colombia, que se ha dado posterior a la terminación de las negociaciones de paz entre el Estado y la guerrilla⁸. Las ONG⁹ y las propias instituciones públi-

⁶ Ampliar información en: <http://www.aporrea.org/actualidad/n335480.html>

⁷ Ampliar información en: <http://cctf.cl/2018/12/04/el-encadilamiento-por-el-poder-los-errores-del-pt-de-acuerdo-con-rita-segato/>

⁸ Acuerdo de paz llevado a cabo entre el Estado Colombiano y las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC - EP), entre 2012 y 2016. Antes de la firma del acuerdo, esta era la guerrilla activa más antigua del continente americano.

⁹ Datos tomados de los informes que resumen los datos de las ONG presentes en los territorios (FUNDACIÓN HEINRICH BÖLL, 2018).

cas de control¹⁰, han encontrado que desde enero de 2016 hasta mayo de 2018, van asesinados 283 líderes y lideresas defensores de los derechos humanos¹¹. Por otro lado, en Brasil, ocurrieron varias detenciones y condenas arbitrarias de militantes en los últimos años, siendo las más notorias las realizadas durante las protestas contra la Copa del Mundo de 2014, que durante el 2013, concentró las manifestaciones llamadas “Jornadas de Junio”, en las que fue preso el recolector de materiales reciclables Rafael Braga¹², quien se convertiría en la expresión máxima de la selectividad y recrudescimiento de la justicia. También dejó los 23 condenados en el Estado de Río de Janeiro¹³ en el mismo marco de protestas. La legislación que pretende desarticular las manifestaciones y movimientos sociales se ha perfeccionado, siendo uno de los últimos actos de la ex-

presidenta Dilma Rousseff antes de su impeachment. A ello se suma que durante los 13 años en que el Partido de los Trabajadores (PT) gobernó el país no hubo ningún enfrentamiento la Ley de Seguridad Nacional (1984) promulgada en los últimos años de la Dictadura Militar (1964-1985), por el contrario, fue co-artífice en el perfeccionamiento y ejecución de ésta.

En este sentido, ¿cómo evalúas el estado de la lucha política de parte de los movimientos sociales en este nuevo contexto latinoamericano? Y ¿Cómo desarrollar procesos sociales y políticos alternativos dadas estas nuevas condiciones sociales y culturales violentas?

C.W.: El contexto actual tiene que ser nombrado como es: violencia-guerra-muerte. No es coyuntural. Para

¹⁰ Los órganos de control del Estado colombiano son creados por la Constitución Política de 1991, encabezados por: la Procuraduría General de la Nación, que tiene como fin la protección de los intereses públicos y la vigilancia de los funcionarios públicos, y por la Defensoría del Pueblo, que promueve la defensa de los derechos humanos ofreciendo abogacía pública (DNP, 2010).

¹¹ Datos y análisis entregados en el informe Violencia sistemática contra defensores de derechos territoriales en Colombia (PGN, 2018).

¹² Ampliar la información en: <https://ponte.org/tj-do-rio-de-janeiro-absolve-rafael-braga-por-associao-ao-traffic/>

¹³ Ampliar la información en: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/07/19/O-que-h%C3%A1-na-senten%C3%A7a-que-condenou-23-ativistas-de-protestos-de-rua>

mí, es reflejo de una nueva configuración global de la colonialidad de poder, en la cual América Latina es nuevamente (como fue el caso hace 526 años), el sitio de aplicación, orquestación y prueba. Comprender cómo está tomando forma esta nueva configuración es enfoque de mi trabajo actual, lo que el espacio aquí no me permite elaborar. De hecho, los extractivismos, exterminios, feminicidios, etnogenocidios, forman parte de una estrategia que sobrepasa distinciones entre derecha e izquierda, como también lo que hemos venido llamando movimientos sociales (actualmente caracterizados por la fragmentación, división, individuación y corrupción). Hoy las luchas tienen enfoques y bases que, de manera creciente, buscan cómo cuidar y sembrar vida, cómo pensar-actuar más allá del patriarcado, y cómo abrir grietas para pervivir y re-existir.

En su seminario-semillero “Pensamiento crítico frente a la Hidra Capitalista” (EZLN, 2015), las Comandantas y los Subcomandantes zapatistas hablaron sobre la urgencia de cambio: cambio en el método y horizonte de mirar, cambio en la forma y la estrategia de

luchar, cambio en las maneras de seguir analizando, pensando, teorizando; cambios que responden a la urgencia y necesidad de reeducarnos y reorganizarnos insurgentemente y colectivamente frente a la Tormenta, frente a la ruptura del tejido social, a la destrucción/despoblamiento y simultáneamente, la reconstrucción / reordenamiento, que, de hecho, tiene su reflejo en las llamadas ciencias humanas y sociales. Allí la certeza de las palabras de SupGaleano:

En la llamada ciencias sociales [y podemos añadir estudios sociales y culturales], son individuos quienes producen teorías, hacen análisis, presentan conclusiones. Y son esas individualidades quienes prestan sus nombres a la lucha heráldica de los “ismos”. El “copyright” es una de las cadenas que mejor atan a quienes trabajan con el pensamiento a los pesados engranajes de la Hidra. [La ciencias sociales y sus] mercenarios o merolicos del conocimiento. (EZLN, 2015, p. 327)

Ante la crisis civilizatoria y la guerra-muerte que es hoy el capital - global - racista - heteropatriarcal - colonial, pregunto sobre cambios no solo con respecto al qué hacer, sino más crucialmente a los cómo: ¿cómo

ENTREVISTA

mirar, analizar, pensar-hacer-actuar? ¿Cómo aprender a desaprender para reaprender desde las luchas de y por la vida, y no desde el afán e interés del poder institucional (UNI-versitario o estatal)? ¿Cómo reeducarnos y reorganizarnos con respecto a la Tormenta que ya está, ante las (geo)políticas actuales de deshumanidades-deshumanizaciones, de interculturalidad funcional, y del geo-poder de modernización? ¿Ante la eliminación o mercantilización de la vida, y también de las llamadas ciencias sociales, ante el descenso de su carácter social, la exigencia de su científicidad y su creciente funcionalización en servicio del poder de capital? Y unas preguntas más: ¿cómo darnos cuenta que los conocimientos sociales más relevantes hoy no requieren el disciplinamiento, normativización, o aval de la Universidad, tampoco su inclusión funcional, representativa y performativa – es decir, lo que se vende muchas veces como “el diálogo de saberes”?

IV. Destaca en tu trayectoria la relación que has tejido desde tus experiencias militante y académica, la cual tiene relación particularmente

con el pensamiento crítico brasileño. Quisiéramos preguntarte sobre tu trabajo junto a Paulo Freire en su exilio en los Estados Unidos, pensamiento y desarrollos vigentes en el escenario actual. La pregunta se torna más aguda al encontrar que el nuevo presidente electo en Brasil, Jair Bolsonaro, ha dejado explícito en su plan educativo “expurgar la ideología de Paulo Freire”.

¿De qué formas concebir y reconstruir los gritos y las grietas en la academia y en las nuevas apuestas de la movilización social a partir del legado de Paulo Freire?

C.W.: Mi relación con Paulo es larga. Inició con fuerza a mediados de los 80. Ya más o menos por 1984, Paulo fue invitado a Harvard como profesor visitante por un periodo de tres años. Yo estuve en la Universidad de Massachusetts en Amherst en este tiempo. Logramos negociar con Harvard para que Paulo pasara un semestre al año durante estos tres años en mi Universidad. Así Paulo y yo hicimos un seminario en la Escuela de Educación de la Universidad y trabajemos en los pro-

gramas de educación popular en la comunidad puertorriqueña en una ciudad cerca. Recuerdo con mucho cariño esos momentos, incluyendo las tardes de charla con él y Elsa (su primera esposa) durante los fríos inviernos juntos con una taza de té; la política brasileira y el emergente PT siempre fueron temas centrales. En 1986 organizábamos con un par de compañerxs la primera conferencia en Estados Unidos de pedagogía crítica, y de allí empezó crecer la influencia del pensamiento de Paulo en pensar y construir una educación distinta desde abajo.

Recuerdo cuando empezó su retorno a Brasil; las emociones, las expectativas y los miedos que tenía y luego los retos frente al trabajo en el Ministerio de Educación, trabajo que aceptó con muchas dudas. También recuerdo la última vez que le vi, en la celebración que hicimos entre muchos en el New School for Social Research en New York, a celebrar su cumpleaños de 70.

Como he escrito en otra parte (WALSH, 2014b, 2014c), tomé algo de distancia del pensamiento de Paulo durante algunos años. A vivir la realidad de las luchas del movimiento indí-

gena en los años 90 en Ecuador, y también acompañar los procesos de las organizaciones afros, sentí que Paulo no me ayudaba entender la profundidad de la operación de la matriz del poder colonial. No obstante, fue al leer el poderoso libro de la caribeña Jacqui Alexander (2005) que retorné a la obra de Paulo, releyendo todos sus textos en mi afán de pensar y resaltar lo que ahora llamo las “pedagogías decoloniales”, es decir, las prácticas insurgentes de resistir, re-existir y re-vivir presentes y emergentes en Abya Yala hoy (ver WALSH, 2013 y 2017a).

En agosto 2016, abrí mi conferencia magistral en la UNILA en Foz Iguacu, hablando de Paulo:

Dedico mis palabras a Paulo Freire, amigo, colega, compañero, abuelo-guía ancestral... A recordar a Paulo es especialmente significativo en esos momentos ante el intento, supuestamente de la red informática SERPRO del gobierno federal brasileiro, a desprestigiar y difamar su nombre, legado y biografía en Wikipedia, acto que ocurrió el 28 de junio de 2016.

“No hay una educación neutra”, decía Paulo. A partir de esta afirmación, podemos así argumentar que el acto arriba mencionado conjuntamente

con los intentos del movimiento “Escola sem partido” de despolitizar y desideologizar la educación brasileira – lo que este movimiento llama la educación sin inductinación política y de género-, tampoco son neutrales. A difamar el nombre y legado de Paulo, y a la vez desmantelar las ganancias de los derechos y las políticas culturales de los últimos años (incluyendo, por ejemplo, la enseñanza de la historia de África y Afro-Brasil y el establecimiento del sistema de cuotas en la educación superior) es re-instalar la colonialidad del poder. Los ataques a Paulo son ataques a todos y todas que luchamos por una educación intercultural, democrática, descolonizadora, una educación de liberación... (WALSH, 2017b).

Luego y frente a otros ataques a Paulo por el gobierno golpista de Temer, hice un video que circuló por las redes sociales¹⁴.

En uno de sus últimos libros, Pedagogía de la indignación, Paulo hizo claro su comprensión de la pedagogía como metodología imprescindible dentro de y para las luchas sociales, políticas, ontológicas y epistémicas de liberación. Así, y para él, estas luchas eran –y son- enclaves pedagógicos para aprender, desaprender, reapren-

der, reflexionar, actuar. Las pedagogías de indignación... La rebelión como auto-afirmación... la resistencia que nos mantiene vivos, exclamó él.

Mientras que Bolsonaro puede seguir con su política de “de expurgar la ideología de Paulo Freire”, las pedagogías de indignación, la resistencia y la rebelión - fuera del sistema educativo y en sus grietas - van en crescendo. Aprender a desaprender para en esos tiempos y de las indignaciones y rapias, de las grietas, resistencias y rebeliones, reflexionando, pensa-actuando y agrietando, es la mejor forma a mantenerle a Paulo vivo.

V. Quisiéramos terminar la entrevista planteando lo siguiente: la experiencia personal como ponentes en la última Conferencia CLACSO 2018 en Buenos Aires, dejó claro que la preocupación por los movimientos sociales, las organizaciones de base, las lideresas y líderes que defienden su territorio, no hacen parte de la agenda de una de las organizaciones regionales más importantes del pensamiento crítico

¹⁴ El video se puede ver en el siguiente enlace: <http://www.youtube.com/watch?v=vq9hAPGGdXo>

latinoamericano¹⁵. Así mismo, se da el mismo fenómeno para el caso particular de los estudios culturales, donde se vuelve a hablar de “reconfiguración del campo” aludiendo de nuevo a las meras estrategias internas (Andermann, 2017), desconociendo los actores y la diversidad “externos al campo” y del saber mismo.

¿De qué manera enfrentar el redisciplinamiento de las disciplinas o el conocimiento mismo, las nuevas formas de cierre en los diversos tipos de construcción y dialogo con los distintos saberes, cómo construir una apuesta que vuelva a humanizar las ciencias sociales y humanas?

C.W.: No puedo dejar de preguntar sobre qué se entiende hoy por estudios culturales en sus varias versiones en Brasil, Colombia, Chile, Perú y también Ecuador. No hay una actuali-

zación del libro publicado en 2010 por Nelly Richard que ofreció algo sobre sus “localidades, trayectorias y disputas” en este tiempo entonces (RICHARD, 2010). Mientras que seguimos oficialmente con el nombre de estudios culturales latinoamericanos en el doctorado que dirijo en la Universidad Andina Simón Bolívar en Ecuador, pregunto cada vez más si este nombrar – conscientemente y políticamente contemplado en 2001 y con perspectiva de carácter de proyecto político en el sentido que proponía Stuart Hall –, no nos encierra en un marco UNI-versitario y regional donde se supone que “los estudios culturales” es un campo consensuado y común.

Tengo claro que mi lugar no es la UNI-versidad ni tampoco el oficio de los estudios culturales. Pienso-siento-actúo desde y con los gritos y las grietas. Gritos como mecanismos, estrategias y acciones de lucha, rebeldía, resistencia, desobediencia, insurgen-

¹⁵ Esta posición ha transitado de percepciones personales a posturas colectivas de denuncia o inconformidades respecto al evento. Se han denunciado hechos de racismo y elitismo. Por ejemplo, se puede ver en:

https://iberoamericasocial.com/recolonizacion-clasismo-y-racismo-clacso-y-los-estudios-afrolatinoamericanos/?fbclid=IwAR1vpz7O9j7FsR8_RyuGGMepjOJeaVZQmOU5YeyWc3lvNHcwVQef7iJg

Por otro lado, Arturo Escobar, presente en el evento, habló de dos CLACSO, el oficial y el de los grupos de trabajo, este último, es el que queda en evidencia debilitado:

https://www.lavaca.org/notas/otro-clacso-es-posible/?fbclid=IwAR0vHTBwKB4N_FM8ZDAFoKyrhNW1A-1ONjhm9sxzfohnZl69tHJoE1REMI

cia, ruptura y transgresión ante la condición de silenciamiento, ante los intentos de silenciar y ante los silencios – impuestos y estratégicos – históricamente acumulados; gritos de, desde, con, por y para la vida, por y para el re-existir, re-vivir y con-vivir con justicia y dignidad.

Las grietas son las resquebraduras existentes – en proceso y por venir – que desafían, transgreden, interrumpen y desplazan el sistema dominante, las fisuras donde se construyen y caminan modos-muy-otros de pensar, saber, estar, ser, sentir, hacer y vivir, que dan luz a esperanzas, no la ESPERANZA Grande con mayúsculas que apunta la totalidad (y por eso nunca avanza), sino las esperanzas que construimos “lxs nosotrxs”.

No me interesa inventar o renovar paradigmas. Encuentro lugar en el pensar-hacer, en la praxis de cómo gritar, agrietar, sembrar, caminar y preguntar, en las prácticas accionales, las apuestas praxísticas-políticas y los procesos metodológicos y organizativos que empleamos e inventamos tanto para luchar en contra del proyecto guerra-muerte como para crear, posibilitar

y afirmar la vida fuera de la lógica-estructura capitalista-heteropatriarcal-moderno/colonial imperante... lo que entiendo como el pensar-hacer de las pedagogías y praxis decoloniales.

¿A qué sirve todo eso para los propósitos de esta entrevista? Tal vez algo para cuestionar el oficio mismo de los estudios culturales y las ciencias sociales en América Latina hoy; tal vez algo para pensar las complicidades presentes y crecientes de Universidades, deshumanidades y la guerra del capital; y tal vez algo para caminar preguntando. Así unas preguntas más para terminar: ¿cómo deshacer nuestra participación y complicidad en eso? ¿Cómo provocar una ruptura colectiva, un desplazamiento de nuestros propios lugares epistémicos, políticos y éticos? Allí está, para mí, el desafío pendiente, y el trabajo urgente y real.

Para el momento, si sigo en la universidad, allí con el trabajo cada vez más difícil de agrietar y de mantener abierta esta grieta que ha sido nuestro doctorado...

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, M. Jacqui. *Pedagogies of Crossing*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

ANDERMANN, Jens. Para una hermenéutica de la enemistad: los estudios culturales latinoamericanos y el nuevo fascismo. *Cuadernos de Literatura*, v. 21, n. 41, p. 79-89, 2017.

CAMENFORTE, Matías "Brasil: primero ocuparon las escuelas, ahora la capital," *Unidiversidad*, 29 noviembre 2016. <http://www.unidiversidad.com.ar/brasil-primero-ocuparon-las-escuelas-ahora-la-capital>

DNP. *Elementos básicos sobre el Estado colombiano*. Bogotá D.C.: Departamento Nacional de Planeación, 2010.

EZLN. *El pensamiento crítico frente a la Hidra Capitalista I*. México: EZLN, 2015.

FUNDACIÓN HEINRICH BÖLL. *Informe especial de Derechos Humanos Situación de lideresas y líderes sociales, de defensoras y defensores de derechos humanos y de excombatientes de las Farc-EP y sus familiares*. Ideas Verdes No. 8. Bogotá, 2018

PGN. *Violencia sistemática contra defensores de derechos territoriales en Colombia*. Bogotá D.C.: Procuraduría General de la Nación; Instituto de Estudios del Ministerio Público, 2018.

RICHARD, Nelly (ed.), *En torno a los Estudios Culturales. Localidades, trayectorias y disputas*. Santiago: Clacso/Universidad ARCIS, 2010.

RICHARD, Nelly. Globalización académica, estudios culturales y crítica latinoamericana. En: Daniel Mato (Ed.). *Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p.185-199.

SANTOS, B. S. ¿Reinventar las izquierdas? En: Coraggio, J. L. y Laville, J.-L. (coord.) *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: hacia un dialogo norte-sur*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, CLACSO, 2014.

STEFANONI, Pablo. Antiprogresismo. Un fantasma que recorre América Latina <http://nuso.org/articulo/antiprogresismo/> 2018

UVAL, Natalia. Edgardo Lander: "Uno de los problemas históricos de la izquierda es aprender de la experiencia". <http://kaosenlared.net/edgardo-lander-uno-de-los-problemas-historicos-de-la-izquierda-es-aprender-de-la-experiencia/> 2017

VEGA, Renán. *La universidad de la ignorancia. Capitalismo académico y mercantilización de la educación superior*. Bogotá: Ocean Sur, 2015.

VILLAVICENCIO, Arturo, *¿Hacia dónde va el proyecto universitario de la revolución ciudadana?* Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2013.

WALSH, Catherine. "¿Interculturalidad y (de)colonialidad? Gritos, grietas y siembras desde Abya Yala," en *Poéticas e políticas da linguagem em vias de descolonização*, A. Garcia Diniz; D. Araujo Pereira; L. Kaminski Alves (org.). Foz do Iguaçu, Brasil: Universidad de Integración Latinoamericana, 2017a, pp. 19-53.

WALSH, Catherine (ed.). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, re-existir y re-vivir, Tomo II*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2017b.

WALSH, Catherine. "(Des)Humanidad(es) e universidad(es)", *Observatorio Itaú Cultural*, 20, enero-junio 2016, p.48-57.

WALSH, Catherine. (Des)Humanidad(es), alter/nativas. *Revista de estudios culturales latinoamericanos*. 3, otoño 2014a.

WALSH, Catherine. "Decolonial Pedagogies Walking and Asking. Notes to Paulo Freire from Abya Yala", *International Journal of Lifelong Education*, Vol.34, No.2, dic. 2014b.

WALSH, Catherine. "Pedagogías decoloniales caminando y preguntando. Notas a Paulo Freire desde Abya Yala", *Entramados, Educación y Sociedad*, diciembre 2014c.

WALSH, Catherine (ed.). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, re-existir y re-vivir, Tomo I*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. "Estudios (inter)culturales en clave de-colonial", *Tabula Rasa*, 12, 2010.

WALSH, Catherine. "¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales", *Nómadas*, 26, 2007.

WYNTER, Sylvia. "No Humans Involved. A Letter to my Colleagues". *Forum NHI. Knowledge for the 21st Century*, 1:1, 1994, 42-71.

ZIBECHI, Raúl. "Cuando la izquierda es el problema", *Rebelión*, 4 abril 2017. En <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=225420>